

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Letras

**O OPERADOR DISCURSIVO “MAS” E A
CONTRAPOSIÇÃO DE DOMÍNIOS DE REFERÊNCIA**

Luiz Antônio Ribeiro

Belo Horizonte – MG
2009

Luiz Antônio Ribeiro

**O OPERADOR DISCURSIVO “MAS” E A
CONTRAPOSIÇÃO DE DOMÍNIOS DE REFERÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMINAS, como requisito parcial à obtenção de título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Área de concentração: Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de Pesquisa: Estrutura Formal e Conceitual da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Milton do Nascimento

**Belo Horizonte
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R484o Ribeiro, Luiz Antônio
O operador discursivo “mas” e a contraposição de domínios de referência /
Luiz Antônio Ribeiro. Belo Horizonte, 2009.
163f. : Il.

Orientador: Milton do Nascimento
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. Referência (Linguística). 2. Sintaxe. 3. Linguagem. 4. Cognição. I.
Nascimento, Milton do. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 800.855

Luiz Antônio Ribeiro

O operador discursivo “mas” e a contraposição de domínios de referência

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMINAS, como requisito parcial à obtenção de título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Milton do Nascimento (Orientador) – PUC Minas

Marco Antônio de Oliveira – PUC Minas

Paulo Henrique Aguiar Mendes – PUC Minas

Antônio Luiz Assunção - UFSJ

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva - UFMG

Belo Horizonte, 03 de abril de 2009.

DEDICATÓRIA

Àos meus filhos, Aline e Filipe, que me fazem compreender melhor o sentido da palavra amor.

À Lêda, minha esposa, pelo apoio incondicional, paciência, compreensão e afeto, nos momentos em que meus estudos requereram de mim maior dedicação.

À memória dos meus pais, por terem me ensinado, principalmente, a importância da construção e coerência dos seguintes valores humanos básicos: a verdade, a retidão, a paz e o amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, aos meus professores, pela competência, disponibilidade e atenção com que sempre me receberam, e por despertarem em mim o desejo incessante e inquieto pelas investigações no campo da linguagem.

Agradeço aos funcionários da secretaria pelo apoio e orientação necessária ao meu bom desempenho no curso.

Agradeço à FAPEMIG, pelo incentivo à pesquisa, por meio da concessão da bolsa de estudos, que me favoreceu a realização deste trabalho de pesquisa.

Agradeço aos meus familiares, por me apoiarem sempre e me incentivarem em minhas escolhas.

Agradeço aos meus alunos, que compartilham comigo a ousadia de ensinar e aprender sempre.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram com sua amizade, apoio e também com participações efetivas para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Agradeço, com distinção, ao Professor Doutor Milton do Nascimento, pela orientação cuidadosa e instigante, além da generosidade, presteza, paciência e profundo respeito com que sempre me tratou, o que resultou numa aprendizagem ímpar e no despertar da autoconfiança, ingredientes fundamentais para a concretização deste trabalho.

Partir eu parto...

Mas essa música é mentira.

Mas partir eu parto.

Mas eu não sei onde vou.

(Mário de Andrade)

RESUMO

Na presente tese, procedemos à análise do “mas” e outros itens funcionais congêneres na contraposição de Espaços Referenciais. O corpus selecionado para a pesquisa consistiu de textos extraídos do Projeto NURC/Brasil, além de gêneros textuais de modalidade escrita, que, por sua natureza, aproximam-se das características do texto oral, quais sejam: a entrevista e o blog. A pergunta-chave que norteou nossa pesquisa foi a seguinte: qual a função do “mas” na configuração de um quadro enunciativo? Nosso objetivo central consistiu em procurar explicitar a função sintático-discursiva do item funcional “mas”, ou outro item correlato, no processamento enunciativo. Defendemos a hipótese de que o “mas” é um operador discursivo que atua na contraposição de Espaços Referenciais. A fim de configurar um quadro teórico-metodológico que norteasse os nossos estudos, apresentamos, primeiramente, a concepção de linguagem que adotamos: a linguagem como um fenômeno natural. Segundo tal concepção, somos dotados da faculdade de linguagem, que, no sentido amplo, inclui um sistema sensorio-motor, um sistema conceitual-intencional e mecanismos e/ou princípios computacionais que, através da recursão, fornecem instruções para a interação desses dois sistemas no processamento discursivo. Consideramos ainda que o dialogismo é uma propriedade constitutiva da linguagem e, conseqüentemente, do Processo de Referenciação, que, segundo Nascimento e Oliveira (2004), configura-se em termos de uma e única Instância de Enunciação, que integra todos os demais Domínios Referenciais implementados em seu interior. A esta Instância de Enunciação, referimo-nos como sendo o Espaço-Base, “ERB”, do processamento discursivo. Adotamos o termo “vozes” para nos referir à construção de quaisquer Espaços Referenciais instituídos no interior de um “ERB”. Operamos com uma noção de polifonia entendida como atributo de um mesmo e único processo: a integração hierárquica e recursiva de Instâncias de Enunciação e outros domínios de referência constituídos e integrados no interior de um mesmo “ERB”. Assumimos que um “ERB” deve ser sintática e discursivamente integrado em função de seu núcleo, “pessoa-tempo-espaço”, elementos constituintes do “Aparelho Formal da Enunciação” (BENVENISTE, 1989), e que sua integração obedece ao “Princípio de Integração” (FAUCONNIER e TURNER, 2002, p. 328). Desses autores, assumimos ainda o pressuposto segundo o qual a contrafactualidade é uma propriedade definitória da linguagem e sua viabilidade está na nossa capacidade para efetivar, cognitivamente, operações de mesclagem conceitual. Esses pressupostos foram articulados num quadro de referência teórico-

metodológico utilizado visando à verificação da hipótese segundo a qual a função sintático-discursiva do “mas”, e de outros itens correlatos, pode ser descrita como a de um operador discursivo de 1ª. pessoa, que atua na contraposição e integração de Espaços Referenciais no processamento discursivo, visando sempre à construção da perspectiva estabelecida pelo enunciador do ERB.

Palavras-Chave: Operador Discursivo “mas”; Espaços Referenciais; Discursivização; Princípio de Integração; Contrafactualidade.

ABSTRACT

In the current dissertation, we proceed to the analysis of “mas” (but) and other functional likenesses in counter position to Referential Spaces. The selected research consisted of texts extracted corpus from the NURC/Brasil Project, in addition to textual written modality genres, which of their nature, come close to the characteristics of the oral text, they being: the interview and the blog. The key question which guided our research was the following: what is the function of “but” in the configuration of the enunciation realm? Our central objective consisted of seeking to explain the syntactical-discursive function of the functional item “mas” (but), or other correlated item, in the enunciation processing. We defend the hypothesis that “mas” (but) is a discursive operator which acts in counter position to Referential Spaces. In order to make up a theoretical-methodological frame which would guide our studies, we firstly presented the concept of language adopted: a discursive operator which acts in counter positions of Referential Spaces. So that a theoretical-methodological chart could guide our studies, we first configured a question: language as natural phenomenon. Secondly, such a concept outfits us with the faculty of language, including a sensorial-motor system, a conceptual-intentional system and mechanisms and/or computational principals which, by means of recursion, furnish instructions for the interaction of these two systems in the discursive processing. We further consider that dialogism is a constitutive language property and, consequently, of the Referentiation process, which according to Nascimento e Oliveira (2004), is configured in terms of one and unique Instance of Enunciation, integrating all other Referential Domains implemented in its interior. We refer to this Instance of Enunciation as being Base-Space, “ERB” of the discursive processing. We adopt the term “voices” to refer to the construction of any one of the Referential Spaces instituted in the interior of an “ERB”. We Operate with a notion of polyphony understood attribute of one and the same process: the hierarchical and recursive Instances of Enunciation and other domains constituted and integrated reference within the same “ERB”. We assume that an “ERB” should be syntactically and discursive integrated according to its nucleus, “person-tense-space”, constitutive elements of the “Formal Enunciation Setup do” (Benveniste, 1989), and that its integration follows the “Principle of Integration” (Fauconnier e Turner (2002, p. 328). Of these authors, we furthermore assume that the second presupposition whose counterfactuality is a defining property of language and its viability is in our capacity for, cognitively effecting, operations of conceptual mixing. These presuppositions were articulated in a theoretical-

methodological frame of reference used seeking the verification of the second hypothesis whose syntactical-discursive function of “mas” (but), and other correlated functions, can be described as a discursive 1st person operator acting in counter position and integration of Referential Spaces in the discursive processing always striving for the construction of the perspective established by the constructor of the ERB.

Keywords: Discursive “but” Operator; Referential Spaces; Discursive producing; Principle of Integration; Counter factuality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ESTADO DA ARTE	21
2.1	A conjunção “mas”: uma abordagem inferencial	21
2.2	Operadores discursivos na organização do discurso oral	25
2.2.1	A constituição do texto falado	25
2.2.2.1	Tópico discursivo	26
2.2.2.2	Turnos conversacionais	29
2.2.2.3	Unidades discursivas	32
2.2.2.4	Marcadores discursivos	33
2.3	A noção de itens funcionais	35
2.4	Conclusão	39
3	A CONFIGURAÇÃO DE UM MODELO DE PROCESSAMENTO DISCURSIVO	41
3.1	A língua como um fenômeno natural	41
3.2	Linguagem e dialogia	47
3.3	A noção de Instâncias de Enunciação	48
3.4	A instauração do sujeito na enunciação	49
3.5	As noções de tempo e espaço na enunciação	50
3.6	A construção da referência no ato enunciativo	51
3.7	Concepção polifônica da enunciação	57
3.7.1	A enunciação polifônica de Ducrot	58
3.7.2	A noção de polifonia defendida por Lopes	61
3.7.3	Polifonia e a mesclagem de Espaços Referenciais	63
3.7.4	Por uma conceituação de vozes e polifonia	64
3.8	A representação da estrutura e dinâmica da enunciação	66
3.9	A implementação e integração de Espaços Referenciais	72
3.9.1	O processo de mesclagem conceitual	73
3.9.2	O esquema básico da mesclagem conceitual	74
3.9.3	A integração de Espaços Referenciais e o fenômeno da contrafactualidade	76
3.9.4	A perspectivização e integração de domínios de referência	79
3.9.5	O modo verbal e a contraposição de Espaços Referenciais	84
3.10	Conclusão	85
4	A FUNÇÃO DISCURSIVA DO “MAS” NA CONSTRUÇÃO E INTEGRAÇÃO DE DOMÍNIOS DE REFERÊNCIA	88
4.1	Por uma análise do “mas” numa perspectiva enunciativa	89
4.2	Fatores envolvidos na criação e integração de Espaços de Referência em enunciados com “mas”	91
4.2.1	As pessoas do discurso	92
4.2.2	O tempo verbal e o tempo da enunciação	96
4.2.3	O tipo de verbo	99
4.2.3.1	Verbos <i>dicendi</i>	99

4.2.3.2	Verbos epistêmicos	100
4.2.3.3	Verbos modais	101
4.2.4	Advérbios modalizadores	103
4.3	A implementação e integração de espaços referenciais contrastivos entre si: análise de um texto	105
4.4	Conclusão	114
5	ANÁLISE DOS DADOS: A ATUAÇÃO DO “MAS” NA CONTRAPOSIÇÃO DE ESPAÇOS REFERENCIAIS	115
5.1	A contraposição de Espaços Referenciais mediados pelo operador discursivo “mas” e congêneres: análise de excertos de entrevistas	116
5.1.1	Contração de vozes instituídas por instâncias enunciativas	116
5.1.2	Contração de vozes constituídas na troca de turnos	120
5.1.3	Contração de diferentes perspectivizações de um mesmo locutor/enunciador	121
5.1.4	Contração de vozes evidenciadas no domínio de verbos e expressões epistêmicas	126
5.2	A contraposição de Espaços Referenciais mediados pelo operador discursivo “mas” e congêneres: análise de um texto	130
5.2.1	Contração de vozes instituídas por instâncias enunciativas	131
5.2.2	Contração de vozes constituídas na troca de turnos	134
5.2.3	Contração de diferentes perspectivizações de um mesmo locutor/enunciador	139
5.2.4	Contração de vozes evidenciadas no domínio de verbos e expressões epistêmicas	141
5.3	Conclusão	143
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	148
	ANEXO I	153

1. INTRODUÇÃO

O tema central desta tese versa sobre a função do “mas” na contraposição de domínios de referência. O ponto de partida para essa discussão foi a minha dissertação de mestrado, onde procurei configurar os aspectos semântico-pragmáticos da conjunção “mas”, no que diz respeito à negação de uma expectativa convidada. Naquela pesquisa, argumentamos que o conector “mas” não pode negar um segmento coordenado prévio e tampouco uma pressuposição lógica implícita nesse segmento, já que isso impactaria na progressão do discurso. Levantamos, assim, a hipótese de que a negação expressa por “mas” relaciona-se não com o par coordenado anterior ou com uma pressuposição lógica nele implícita, mas com uma expectativa, uma inferência convidada.

Considerando que a linguagem nos possibilita um amplo campo de experiências, que nos facultam sempre novos olhares e novas descobertas, no presente trabalho, vamos proceder à análise do “mas” no interior de um quadro enunciativo. O quadro teórico a ser adotado na abordagem do objeto de estudo delimitado se fundamentará nos seguintes pressupostos teórico-metodológicos, que configuram um modelo de processamento discursivo:

- a) a linguagem é um fenômeno natural: somos dotados da faculdade de linguagem, que, no sentido amplo, inclui um sistema sensorio-motor, um sistema conceitual-intencional e mecanismos computacionais para recursão;
- b) a dialogia é uma propriedade constitutiva da linguagem e, conseqüentemente, do processo de referenciação;
- c) a referenciação só se implementa pela instauração de instâncias de enunciação em um único espaço referencial básico;
- d) a polifonia deve ser entendida como atributo de um mesmo e único processo: a integração hierárquica e recursiva de instâncias de enunciação e outros domínios de referência constituídos e integrados no interior de um mesmo Espaço-Base (ERB);
- e) a contrafactualidade é uma das propriedades definitórias da linguagem e sua viabilidade está na nossa capacidade para efetivar, cognitivamente, operações de mesclagem conceitual.

Esta pesquisa fundamenta-se no seguinte questionamento: qual a função do “mas” na configuração de um quadro enunciativo? Normalmente, os estudos que envolvem a descrição do “mas” e seu caráter contrajuntivo são desenvolvidos levando-se em consideração a articulação de sintagmas, orações, enunciados, pressuposições e inferências. Entretanto, ao propormos tratar esse problema no âmbito do discurso, deparamos com alguns fatores sistêmicos responsáveis pela configuração do processo enunciativo, que interferem na explicação do fenômeno. São eles: a) a distinção entre 1ª e 3ª pessoas; b) a sobreposição, ou não, entre o tempo da enunciação e o tempo referenciado; c) o tipo de verbo (verbos *dicendi*, epistêmicos, modais); e) os advérbios modalizadores. Trata-se de fatores envolvidos, todos, na criação e integração de Domínios de Referência que condicionam a organização dos enunciados.

Estamos defendendo nesta tese a hipótese geral de que o “mas” é um operador discursivo de primeira pessoa, que atua na contraposição de Espaços Referenciais. Na oportunidade, também procuraremos estudar outros itens lexicais congêneres como “e”, “só (tem) que”, “já”, “enquanto”, “agora”, “apesar de que” e “ou”, a fim de verificar se eles também contrapõem Espaços Referenciais. Os objetivos a serem alcançados com o presente trabalho podem ser assim especificados:

I - Geral:

verificar a hipótese aventada na presente tese, segundo a qual o “mas” é um operador discursivo de primeira pessoa, que atua na articulação de asserções a partir dos quais se dá a implementação e integração de Espaços Referenciais.

II - Específicos:

- a) refletir sobre o caráter contrapositivo da conjunção “mas” estabelecido entre o segmento que ele introduz e uma inferência convidada relativa ao segmento prévio coordenado, visando à reorientação de nossos estudos no interior de um quadro enunciativo;
- b) explicar como ocorre o processo de contraposição entre vozes no âmbito de uma Instância de Enunciação Básica – ERB;
- c) explicar a função do “mas” e outros itens funcionais congêneres na contraposição e integração de Espaços Referenciais;

- d) elaborar uma descrição de alguns fatores pertinentes envolvidos na criação e integração de Espaços de Referência que se contrapõem entre si por intermédio do “mas”, de forma a submeter os resultados deste estudo aos princípios e/ou mecanismos que regem a Integração Conceitual no processamento discursivo;
- e) analisar tal descrição à luz dos princípios e/ou mecanismos da Integração Conceitual, visando a especificar como e por que eles afetam o licenciamento de proposições (enunciados, asserções) que contêm o Operador Discursivo “mas” ou itens correlacionados.

O *corpus* analisado compreende textos extraídos do Projeto NURC/Brasil¹. Privilegiamos, nesta pesquisa, uma amostragem do português falado nas cidades de Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Foram também contemplados gêneros textuais de modalidade escrita, que, por sua natureza, aproximam-se das características do texto oral, quais sejam: a entrevista e o blog. O critério de seleção dos dados baseou-se na ocorrência explícita do Operador Discursivo “mas” e outros de natureza semelhante, a saber: “e”, “só (tem) que”, “já”, “enquanto”, “agora”, “apesar de que” e “ou”. Também consideramos a ocorrência de enunciados em que não se tem a presença explícita do operador “mas”, mas que poderia tê-la.

Este trabalho apresentará a seguinte organização:

No segundo capítulo, Estado da Arte, será apresentada uma breve resenha crítica da Dissertação de Mestrado e conseqüente proposta de análise do “mas” na perspectiva do discurso. Assim, discorreremos sobre a conjunção “mas” e a contraposição de ideias entre o segmento que ele introduz e uma inferência convidada relativa ao segmento prévio coordenado. Em seguida, promoveremos uma descrição do “mas” como um marcador da estruturação textual e seu caráter contrapositivo. Essa discussão nos permitirá reorientar nossos estudos e promover posteriormente a inscrição do “mas” no quadro da Teoria da Integração Conceitual.

O terceiro capítulo propõe a delimitação de um quadro de referência teórico que possibilite uma explicitação do modelo de processamento discursivo a ser adotado na condução deste trabalho. Procuramos definir a noção de língua com a qual iremos operar, a qual se caracteriza principalmente por ser um fenômeno natural e por sua natureza dialógica. Para delinear um modelo de processamento de linguagem capaz de sustentar nossa hipótese,

¹ O quadro das entrevistas escolhidas é o seguinte: D2 (Diálogo entre dois Informantes); DID (Diálogo entre o Informante e o Documentador); Inquérito; nome da cidade e número do documento.

primeiramente vamos nos ater aos estudos de Chomsky (1995, 2002), Chomsky, Fitch e Hauser (2002) e Jackendoff (2002) principalmente no que diz respeito a operações específicas da linguagem, em termos de um sistema computacional centrado na recursividade.

Em seguida, tendo em vista a concepção de linguagem como uma atividade interativa, serão discutidos os pressupostos teóricos de Benveniste (1989, 1995) acerca do processamento discursivo. Vamos considerar a posição do falante e as condições de produção dos atos de linguagem relevantes para a compreensão dos fatos lingüísticos. Nesse sentido, compreendemos a linguagem como o lugar onde o indivíduo se constitui como sujeito. Outra reflexão importante diz respeito à criação e articulação de uma Instância de Enunciação Base – ERB, no interior da qual outros Espaços de Referência serão criados e integrados, sendo esta uma condição indispensável para que ocorra o processamento discursivo.

Por fim, acrescentemos a essas considerações processos e/ou operações subjacentes à produção de significados pela mente humana, à luz da Teoria da Integração Conceitual proposta por Fauconnier e Turner (2002). Essa teoria delimita como objeto de estudo a mesclagem conceitual (*conceptual blending*), que se realiza através de três operações básicas da mente: Identidade, Integração e Imaginação. Considerando-se que a contrafactualidade é uma propriedade básica da mente e que a análise apresentada envolve “raciocínio contrafactual”, daremos ênfase a esse tema.

No quarto capítulo, refletiremos sobre a função discursiva do “mas” na construção e integração de domínios de referência. Na oportunidade, analisaremos alguns enunciados com “mas”, procurando refletir sobre os fatores envolvidos na criação e integração de Espaços de Referência.

No quinto capítulo, será processada a análise dos dados visando à confirmação, ou não, da hipótese segundo a qual o “mas” atua como um operador discursivo de primeira pessoa na contraposição de Espaços Referenciais. Procuraremos analisar a função do “mas” na contraposição de Espaços Referenciais implementados por:

- a) vozes instituídas por instâncias enunciativas;
- b) vozes na troca de turnos;
- c) diferentes perspectivizações de um mesmo locutor/enunciador;
- d) vozes evidenciadas no domínio de verbos e expressões epistêmicas.

Encontramos, na literatura atual e em circulação no meio acadêmico, várias obras e trabalhos de pesquisa que versam sobre a conjunção “mas”. Uma obra de expressão, nesse

sentido, é a de Ducrot (1987), relativamente à construção de uma teoria polifônica da enunciação e a inserção do “mas” nesse quadro teórico. Entretanto observamos que, em grande parte dessas obras, a descrição do “mas” se fundamenta em uma análise focada essencialmente no produto e, em sua maioria, não transcende o âmbito da frase. Elegem-se, como objeto de investigação, as informações presentes na superfície lingüística e um conjunto de pressuposições que elas podem gerar. Desconsidera-se, desse modo, um estudo do “mas” pautado em uma abordagem processual e também as operações sintático-discursivas básicas necessariamente envolvidas na configuração de textos/proposições em que se evidencia a contraposição de Espaços Referenciais.

Tendo isso em conta, acreditamos que o quadro teórico desenvolvido na presente tese pode oferecer algumas contribuições no sentido de levantar problemas e (tentar) projetar luz sobre possíveis questões que envolvem o “mas” e que até então permanecem obscuras. Dentre essas contribuições, em primeiro lugar, queremos destacar o desenvolvimento de uma fundamentação mais consistente sobre os princípios discursivos e cognitivos que governam a emergência da contraposição de Domínios de Referência.

Veremos a seu tempo, nos capítulos 3 e 4, a importância de se operar com uma noção de Discursivização, como sendo uma operação básica do Processo de Referenciação. Também destacaremos, nesses mesmos capítulos, que a mente opera a partir de três princípios básicos, Identidade, Integração e Imaginação, fundamentais na construção de uma Rede de Espaços Referenciais Integrada - ERB. Ainda, nesse sentido, queremos destacar a contrafactualidade, uma propriedade básica da mente que representa uma condição essencial para que se efetive a contraposição de Espaços Referenciais.

Outro ponto que também merece destaque é o grau de refinamento das formas de perspectivização da contraposição de vozes, em especial a contraposição mediada pelo “mas”, operador discursivo de primeira pessoa. Assim sendo, destacaremos a importância do locutor/enunciador no processo de Integração de Espaços Referenciais, considerando, com Benveniste (1989, p. 84), que “O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala.” Também enfocaremos o processo de embutimento de “outras vozes” à voz do sujeito discursivo na constituição do discurso, o que evidencia um caso de polifonia.

Também queremos destacar as interfaces estabelecidas entre uma teoria que concebe a língua como um fenômeno natural, com propriedades recursivas, conforme Chomsky (1995); os processos enunciativos, que fornecerão os índices formais que constituem o “Aparelho Formal da Enunciação”, conforme Benveniste (1989, p. 81-90); e os processos de implementação e mesclagem de Espaços Referenciais, conforme Fauconnier e Turner (2002).

Por fim acreditamos ser relevante nossa tentativa de embasar o quadro referencial proposto com uma análise que privilegie o texto, em especial o texto falado e/ou congêneres, mesmo que em algum momento, por questões de metodologia, apresentemos uma análise de proposições ou excertos de textos. Um olhar crítico sobre o texto falado e/ou assemelhados centrado no processamento, e não no produto, favorece a percepção de estratégias sintático-discursivas que envolvem o uso do “mas” e a contraposição de Espaços Referenciais no interior de um Domínio de Referência Integrado Único – ERB.

Passemos, portanto, ao estudo em questão.

2. ESTADO DA ARTE

Neste capítulo, promoveremos o estudo do “mas” sob duas vertentes teóricas. Primeiramente voltaremos nosso olhar para o “mas” como um conector que assinala a contraposição de idéias entre o segmento que ele introduz e uma inferência convidada relativa ao segmento prévio coordenado. Em seguida, apresentaremos uma descrição do funcionamento discursivo de “mas”, como um marcador da estruturação textual que tem a particularidade de favorecer a inscrição do falante no discurso e de assinalar a introdução de segmentos discursivos de caráter contrapositivo. Essa reflexão se faz importante para que possamos promover, no próximo capítulo, a inscrição do “mas” no quadro da Teoria da Integração Conceitual.

2.1. A conjunção “mas”: uma abordagem inferencial

Em minha Dissertação de Mestrado, propusemos uma descrição semântica da conjunção “mas”, voltando-se as investigações para o seu caráter de contraposição, ou seja, procuramos analisar as principais ocorrências de “mas”, cuja regularidade parece comprovar que o segmento introduzido por esse conector nega uma inferência convidada, relacionada a um segmento coordenado anterior. Em outros casos, a inferência será abstraída do contexto da enunciação.

Em tal trabalho, levantamos a seguinte questão: considerando ser inegável a força semântica de oposição que o conector “mas” veicula, se esta oposição não se faz com o segmento anterior e tampouco com a pressuposição lógica, a que então estaria relacionada? A hipótese levantada na Dissertação é que o sentido de contrajunção veiculado pela conjunção “mas” não se relaciona ao segmento coordenado anterior nem à sua pressuposição, mas a uma inferência convidada, expressão usada por Geis e Zwick (1971).

Estabelece-se, dessa forma, a noção entre inferências ou pressuposições lógicas e inferências ou pressuposições convidadas. As inferências lógicas estão relacionadas às informações implícitas numa mesma sentença e fazem parte do significado proposicional da mesma, ou seja, são conteúdos inevitáveis e, ao que tudo indica, independentes de fatores culturais e individuais. Assim, para a seguinte proposição, “O Papa João Paulo II canonizou a Irmã Madre Teresa de Calcutá”, temos o conteúdo pressuposto de que a Irmã Madre Teresa de Calcutá não era considerada santa antes; e o conteúdo posto, de que essa Irmã passou a ser

considerada santa a partir da canonização. Esse conteúdo pressuposto não poderá ser negado sob pena de provocar controvérsias.

Já as inferências convidadas são entendidas como uma expectativa cultural decorrente da conexão entre o que está sendo enunciado e/ou do próprio contexto da enunciação e conhecimentos que compõem o *background* do sujeito falante. Estas vêm à tona quando certas sentenças exprimem uma seqüência temporal de situações que convidam a inferência, sendo a primeira situação a causa de / ou razão para a segunda. É o que os autores denominam de causa inferida. Assim, um cartaz afixado próximo a uma grade com os dizeres “Tinta fresca” já será o bastante para que o leitor infira que não poderá encostar-se no local sob pena de sujar-se ou estragar a pintura.

Consideramos também os estudos de Robin Lakoff (1971) acerca de um grupo de conjunções, dentre elas a conjunção “mas”. Essa autora aponta a necessidade de um tópico comum entre as sentenças, o qual deve se manifestar na superficialidade da estrutura lingüística ou derivar de combinações de pressuposições e deduções. A ampla difusão de uma pressuposição interfere no grau de aceitação da conjunção das sentenças. Daí que algumas sentenças aparentemente bem formadas do ponto de vista sintático não são entendidas, e outras, aparentemente ininteligíveis, são amplamente passíveis de aceitação.

As inferências convidadas são subjacentes à estrutura lingüística e decorrentes de expectativas culturais. Elas podem ser negadas ou questionadas, e um segmento introduzido por “mas” presta-se a esse feito. Observamos, em tal pesquisa, que nem todos os casos de “mas” se enquadravam nessa teoria, contudo ela abrangia uma ampla quantidade de diferentes usos desse conector. Passemos a alguns exemplos que elucidaram a hipótese defendida em tal Dissertação:

No seguinte enunciado,

(01) Paulo é professor, mas tem boa situação econômica.,

cria-se, no primeiro segmento, em virtude de um estereótipo cultural (ou talvez de uma verdade universal), a idéia de que professor ganha pouco. Mas esse não é o caso de um acarretamento lógico, sendo que a única pressuposição possível para esse primeiro segmento relaciona-se à existência de Paulo. Negar que Paulo existe é tornar sem sentido o enunciado. A má condição financeira de Paulo é uma expectativa cultural, que não encontra respaldo na estrutura lingüística, mas que é evocada por estar relacionada a valores presentes na sociedade. Essa expectativa será frustrada no segundo segmento, o que mostra que enunciados

introduzidos por “mas” negam não o segmento anterior, mas a inferência criada a partir dele:

- a) “Paulo é professor”: afirmação presente no primeiro segmento;
- b) Os professores são mal remunerados: expectativa cultural;
- c) Logo, espera-se que Paulo não tenha boa situação econômica: inferência convidada;
- d) Mas... negação da inferência convidada.

Em uma mesma proposição, é possível encontrar expectativas sucessivas, em um processo de gradação, que evolui de uma expectativa mais abrangente até outra mais específica, que será, então, negada:

(02) Guilherme é um ótimo jogador, mas exigiu do Atlético um salário considerado abusivo pelo clube.

No primeiro argumento, ao apresentar Guilherme como um ótimo jogador, cria-se uma expectativa de que ele poderá ser contratado pelo clube. Essa expectativa, no entanto, é negada, tendo em vista o contra-argumento de que o salário exigido pelo jogador é abusivo, o que inviabiliza sua contratação. A afirmação de que “Guilherme é um ótimo jogador”, no entanto, não levanta expectativas de que ele peça um salário razoavelmente baixo, daí ter-se uma orientação argumentativa diferente. Pode-se dizer que aqui a relação de oposição é menos imediata, pois toma como referência não uma expectativa diretamente suscitada pela primeira sentença, mas uma derivação dela:

- a) “Guilherme é um ótimo jogador”: afirmação presente no primeiro segmento;
- b) Os atleticanos gostariam que ótimos jogadores fossem contratados pelo Atlético: expectativa mais abrangente;
- c) Os atleticanos gostariam que Guilherme fosse contratado pelo Atlético: expectativa mais específica;
- d) logo eles esperavam que Guilherme fosse contratado pelo Atlético: inferência convidada;
- e) Mas... negação implícita da inferência convidada com apresentação da causa: mas Guilherme não foi contratado porque “exigiu do Atlético um salário considerado abusivo pelo clube.”

Vê-se, portanto, nesse exemplo, que a negação só será percebida após o processamento de pelo menos duas expectativas e uma inferência convidada. É certo que, na interação, esse processamento muitas vezes é feito automaticamente, na maioria das vezes de forma inconsciente. Mas, em alguns casos, é possível que haja necessidade de maiores esclarecimentos para que o sentido seja resgatado. Tudo dependerá da interação entre os falantes, bagagem cultural do interlocutor, do contexto da comunicação, etc.

Em suma, nessa Dissertação de Mestrado, procuramos discutir sobre o valor adversativo da conjunção “mas” e a negação de inferências convidadas. As inferências convidadas são uma forma de implícito, processadas pelo falante a partir da superfície lingüística do texto. São, na verdade, uma ideia sugerida, uma hipótese, uma expectativa criada a partir do que foi enunciado e, por isso, podem ser questionadas ou negadas. Essas expectativas subjacentes à estrutura lingüística ocorrem tendo em vista o contexto sócio-interacional dos falantes.

O estudo realizado é de grande importância uma vez que oferece uma ampla descrição semântica da conjunção “mas” e o seu caráter de contraposição, considerando-se a articulação de sintagmas, orações, enunciados, pressuposições e inferências. Para isso, foi apresentada uma revisão das descrições tradicionais dos segmentos coordenados e, dentre estes, da oração coordenada sindética adversativa bem como do emprego da conjunção “mas”. Em decorrência da hipótese levantada, foi esboçado um quadro teórico sobre as bases semânticas do “mas”, ressaltando-se as diferentes concepções quanto à negação e à pressuposição, buscando-se destacar a importância dessas definições para uma melhor compreensão da negação expressa pelo conector analisado. Também se apresentou a descrição da conjunção “mas” segundo a teoria polifônica da enunciação na concepção de Ducrot (1987). Em seguida, foi apresentada a teoria sobre as inferências convidadas, buscando definir o que são elas, como são processadas e como se classificam. Esse esboço teórico fundamentou a análise de diferentes usos de “mas”.

Entretanto é de fundamental importância considerar que:

- a) privilegiei, nesse estudo, uma análise do caráter contrajuntivo da conjunção “mas”, a partir de sintagmas, orações e enunciados isolados. Apesar da importância do trabalho, conforme mencionado anteriormente, o estudo da conjunção “mas” convida a uma retomada em outras bases, em que se considere primordialmente o contexto enunciativo e a contrafactualidade na integração de Espaços Referenciais;

- b) procurei estabelecer a diferenciação entre as expressões “inferências lógicas” e “inferências convidadas”, contudo ainda assim pairou no ar a seguinte questão: não seriam todas as inferências, de certa forma, ou lógicas ou convidadas?
- c) além disso, por não priorizar o evento discursivo e focar a análise no enunciado, não considerei que as inferências são ativações importantes que se manifestam no transcorrer do jogo enunciativo.

Essas questões nos permitiram redirecionar a pesquisa, fundamentando o estudo do “mas” em uma abordagem textual-interativa. Nessa perspectiva, mais do que simples mecanismo conectivo, o “mas” bem como outros itens lexicais que cumprem funções comunicativas semelhantes serão estudados como operadores discursivos, responsáveis por exercer duas macro-funções no discurso, a textual e a interacional, que integram os componentes ideacional/textual e interpessoal da linguagem, respectivamente.

2.2. Operadores discursivos na organização do discurso oral

Nesta unidade, objetivamos explicitar os pressupostos teórico-metodológicos que se integrem num quadro de referência teórico, o qual nos permita desenvolver uma descrição do funcionamento discursivo dos operadores discursivos em sua particularidade de assinalar a introdução de segmentos discursivos de caráter contrapositivo, a saber: “mas”, “e”, “só que”, “já”, “enquanto”, “agora”, “apesar de que” e “ou”. Nosso foco central é o estudo do “mas”, sendo este o operador discursivo, por excelência, mediador de asserções contrapositivas. Esses operadores atuam no nível da estrutura temático-informacional e também na inscrição do falante no discurso. Os seus valores discursivos envolvem os domínios intra e intertópicos. O eixo teórico que fundamenta nossa análise recupera estudos concernentes à organização do texto falado, orientados por uma concepção de linguagem sócio-interativa.

2.2.1. A constituição do texto falado

Valemo-nos aqui do conceito de texto como unidade sociocomunicativa, realizado no processo interacional, sendo, portanto, resultante de uma co-produção entre interlocutores. Ressaltamos, juntamente com Castilho (2001, p. 62), que “a interação verbal resulta do exercício de uma competência comunicativa que se concretiza por meio de textos.” Quando se tem por objetivo uma abordagem textual-interativa do português falado, é importante definir

algumas categorias imprescindíveis para a nossa compreensão do assunto em pauta. É o que faremos a seguir, limitando-nos àquelas que consideramos importantes para composição do nosso quadro teórico-metodológico.

2.2.2.1. Tópico discursivo

Operando com a categoria de tópico discursivo, Jubran (2006, p. 89-132) preocupa-se primeiramente em identificar e delimitar os segmentos tópicos. Para essa autora, o tópico envolve os participantes do ato interacional, que atuam de forma colaborativa na construção da conversação. Esta se assenta em um conjunto de fatores contextuais, dentre os quais se destacam a circunstância da conversação, o grau de conhecimento entre os interlocutores, os conhecimentos partilhados entre si, sua visão de mundo e seus conhecimentos prévios.

A noção de tópico recobre não só o intercâmbio verbal como também todo o dinamismo da estrutura conversacional. O segmento tópico compreende duas propriedades básicas, a saber: centração e organicidade.

A centração é uma propriedade que se define pelo falar sobre alguma coisa e se caracteriza pelos seguintes traços:

- a) **concernência**: relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual – implicativa, associativa, exemplificativa, ou de outra ordem – pela qual se dá a integração desses enunciados em um conjunto específico de referentes (objetos de discurso);
- b) **relevância**: proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos;
- c) **pontualização**: localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento da mensagem. (JUBRAN, 2006, p. 92)

Tendo em vista que uma única conversação pode se constituir de vários tópicos, é possível abstrair desse evento certa organicidade, que se caracteriza pela distribuição dos assuntos em quadros tópicos. A organização tópica se estabelece em dois planos: o plano hierárquico e o plano sequencial. No plano hierárquico, tendo em vista a abrangência do assunto, é possível desdobrar as sequências textuais em supertópicos e subtópicos. Estes dão origem a quadros tópicos, que se caracterizam, obrigatoriamente, pela centração em um tópico mais abrangente e pela divisão interna em tópicos co-constituintes. Além disso, podem apresentar subdivisões sucessivas no interior de cada tópico co-constituente. Sendo assim, um tópico pode vir a ser simultaneamente supertópico ou subtópico, caso venha a mediar uma relação de dependência entre dois níveis não imediatos.

No plano sequencial, a distribuição da linearidade discursiva caracteriza-se por dois fenômenos básicos: a continuidade e a descontinuidade. A continuidade decorre de uma relação de adjacência entre segmentos tópicos, com abertura de um tópico subsequente tendo em vista o esgotamento do tópico anterior. A descontinuidade decorre de uma perturbação da sequencialidade linear, motivada por uma suspensão definitiva de um tópico; pela cisão do tópico, que passa a se apresentar em partes descontínuas, em virtude da intercalação de outros tópicos; e pela expansão de um tópico, que foi apenas enunciado anteriormente.

Em função de seu papel discursivo, os interlocutores atuam na tomada de turno, reintrodução e mudança de tópico. Fávero et. al. (2006, p. 148) explicam que, diante de um desvio de tópico, o falante poderá retomá-lo a partir de uma pergunta, usando, assim, da propriedade da recursividade. Essa pergunta, muitas vezes, vem introduzida por “mas” conforme destacado no seguinte exemplo:

(03)

E- Que coisa! [E não acharam os ladrões, ("não é?")]

F- [É, eu tenho medo,] [não], não, depois apareceu [a]- a Brasília. Depois ("de") muitos meses apareceu. (est) [("Acho uns quatro ou cinco mês")] apareceu na Brasília- apareceu Brasília. Tanto está com a Brasília de novo. (est) Pelada, não é? Quer dizer, roubaram o- os banco, roubaram tudo do carro, apareceu.

E- [É, nunca acham, (inint.)] que prejuízo (est) para família, heim? [que coisa, (inint.)]

F- [E aqui vez] Em quando, aqui para- aqui (hes) na minha rua nunca deu não. Essa rua quatro aqui e a frei Alexandre (est) nunca deu. Mas naquela outra sala, rua três também já deu. Vez em quando dão por aqui. Quer dizer, que a gente fica (hes) assim, não é? Sobressaltada, não é? (est)

E- Fica sim, tem de ficar, não é?

F- É.

I- Está frio, não é? (barulho pausa gravador)

F- **Mas** é. É isto.

E- **Mas** você estava dando, antes desse- dessa conversa, você estava dando os sintomas da pressão alta? (est) Como é? você falou que [coração-]

F- [Eu sinto- é,] eu sinto- o ouvido faz <s-> (imitando). (est) Sabe? Dá aquela pressão no ouvido, (est) eu já sei que a pressão está alta. Pode tirar a pressão que eu já sei que é alta.

(DID RJ 16) (grifos nossos)

Como se observa, o tópico em pauta girava em torno de roubo de automóvel. Em seu discurso, o falante parece estarrecido, mas, ao mesmo tempo, parece se conformar com a situação vivida. Percebe-se a conclusão de seu comentário a partir da afirmação “É isto”, o que possibilita a tomada de turno pelo entrevistador. Este, por sua vez, prefere não dar continuidade ao assunto, reintroduzindo o tópico anterior sobre sintomas da pressão alta, que, ao que tudo indica, ainda não havia sido concluído. Isso ocorre exatamente a partir de uma pergunta introduzida pelo Operador Discursivo “mas” intertópico.

Os mesmos autores (2006, p. 149) destacam o redirecionamento de tópicos a partir de uma pergunta, com vistas a um novo encaminhamento para a conversação, sem necessariamente retomar um tópico já abordado. A exemplo do item anterior, observamos que a introdução desse novo tópico muitas vezes se dá a partir do Operador Discursivo “mas”, conforme destacado no exemplo a seguir:

(04)

F- É! Meu pai mora muito longe de mim, sabe? Meu pai mora a quinhentos metros de mim. (riso e) Mas, se não fosse eu estar trabalhando com ele esse mês que eu estou sem carro, a gente ia se ver uma vez por mês. [Sabe?]

I- [Só?]

F- É, nos damos muito bem, muito bem, mesmo; eu, meu pai, minha mãe, meu- minhas duas irmãs. Mas é assim: eles lá, eu cá. (est) É gozado, não é? [meu pai-]

E- [O senhor falou, assim,] se sentia um pouco reprimido por causa dos cachorros que você-

F- É, ele chega aqui, eu tenho que prender os bicho todo- (fim lado e início)

F- Já está piscando aí. (riso i) Vamos começar o nosso bate-papo, aí, formal!

E- (rindo) Nada! Não é nada formal, não!

F- Tem até um bilhete aqui: "pilha nova." (riso e) Isso não é comigo.

E- **Mas** então, vamos falar um pouco sobre o futuro? Por exemplo, o futuro das crianças, por exemplo. Que que o senhor gostaria para eles?

(DID RJ 26) (grifos nossos)

Nesse segmento, o falante tinha a posse da palavra, até que o entrevistador toma o turno e redireciona a conversa para um novo tópico discursivo, a respeito do futuro das crianças. Urbano (2006, p. 516) destaca a forte atuação do Operador Discursivo “mas” como orientador da interação no jogo de turnos e também sua função de sequenciador, por introduzir novo tópico, possibilitando a progressão do diálogo.

2.2.2.2. Turnos conversacionais

A Análise da Conversação parte do princípio de que a unidade da conversação é o turno, que se define como o segmento produzido por um falante com direito à fala – o locutor - no ato do discurso. Tal segmento é acompanhado de um silêncio ou de uma contribuição do interlocutor. Nesse sentido, a conversação deve ser entendida como o exercício da fala, num processo de realização colaborativa entre os interlocutores. A interação representa muito mais do que a soma das atividades dos participantes, uma vez que, a cada intervenção, um interlocutor manifesta sua análise do turno anterior e constitui, simultaneamente, o contexto para o turno subsequente. As ocorrências na sequência de turnos, tais como pausas e sobreposições de fala, devem ser incluídas na análise, já que podem, potencialmente, agir sobre o turno subsequente.

No ato da conversação, a alternância de turnos é apontada como um modelo regulador das trocas verbais, nas quais os participantes de interações se revezam nas posições de falante e ouvinte. Castilho (2001, p. 37) apresenta três estratégias nas quais os interlocutores, durante as trocas de turnos, podem se envolver: a manutenção do turno, o “assalto” ao turno e a passagem consentida de turno. Passemos ao estudo dessas três estratégias:

- a) **manutenção de turno:** é a estratégia do locutor, que pode se utilizar, dentre outros, dos seguintes recursos para sustentar o turno: hesitações e pausas não muito longas, frequentemente preenchidas através de fáticos tal como “ah”; alongamentos de vogais e de consoantes em artigos como o::, u::ma; conjunções e preposições do tipo porque:: mas::; reformulação do pensamento e autocorreção, que é a substituição de um item lexical escolhido ou mudança do rumo de conversa, que ocasionariam perda de turno. Considere-se o seguinte exemplo:

(05)

L2 não **mas... que nem... não que vá acabar o mun::do essas coisas... mas** que nem a civilização romana... vai vir outro tipo de coisa... **mas::** ... aquele jornalista que escreveu o livro () ele estava contando **de um ... de um** camarada que ele descobriu **ai...** um francês que que viveu no século dezenove... que era paranormal **e... éh::...** - - não estou lembrando o nome do camarada -- ... **mas** além de ter um poder de curar incrível... **assis... desses tipo... sei lá... éh:: Arigó** né?

(DID SP 343) (grifos nossos)

O tópico discursivo acima gira sobre previsões para a humanidade. O locutor utilizou-se de pequenas pausas conforme podemos observar pelo reiterado uso de reticências, repetições (de um ... de um), alongamento de consoantes (mun::do, mass:), reformulação e autocorreção (não que vá acabar o mun::do essas coisas... ; assis... desses tipo... sei lá... éh:: Arigó). Esses recursos assinalam a hesitação na fala e garantem que o locutor ganhe tempo para formular seu raciocínio, mantendo o turno.

- b) Assalto ao turno:** quando um participante não convidado a se expressar sobrepõe-se a quem está falando no momento, diz-se que houve um assalto ao turno. Essa é uma estratégia do ouvinte, que pode se valer de interrupção direta, por meio da superposição de vozes, heterocorreção colaborativa e aproveitamento de uma pausa ou hesitação. Vejamos o seguinte exemplo:

(06)

L2 você tem uma vantagem sobre a gente entende? O dia que você estiver chateado o dia estiver muito bonito você pode pegar seu carro e:: dar uma deslocada para o litoral e tal

[

L1 é mas seria difícil né?

Que você que para a subsistência você

[

L2 um dia chuvoso

L1 você precisa trabalhar bastante

L2 precisa... um dia um dia de chuva você entra num cinema distrai um pouquinho...

L1 não isso realmente não existe não há problema nenhum se o indivíduo que estiver bastante chateado qualquer coisa assim... VÊ... inclusive que o:: que o:: ... que o próprio a própria conduta dele naquele dia não está rendendo...

L2 não é produtiva...

L1 não é produtiva ele pode procurar uma uma outra forma qualquer de ... espairecer...

L2 não deixa de ser um privilégio né? ... nós ali dentro ficamos ali fechados você é obrigado a cumprir... as oito horas determinadas e...

L1 você vê que você ganha...

[

L2 você () fica fechado ali mas você fica ali... você já pensou aquele Tédio que negócio CHAto... (DID SP 62)

No inquérito acima, dois falantes discutem a respeito das dificuldades e vantagens de trabalhar como vendedor. Observa-se que, como a comunicação é algo fluido e espontâneo, a todo tempo ocorre uma tentativa de interrupção da fala do interlocutor e a tomada de turno. Nessa tentativa, ocorre superposição de vozes como mostram os trechos destacados por colchetes. Também é possível identificar a tomada de turno nos trechos em que há reticências, o que evidencia uma pausa do locutor, e a conseqüente voz do interlocutor. A heterocorreção colaborativa também é evidenciada na fala de L2 - “não é produtiva” – como forma de esclarecer o raciocínio de L1. Castilho (2001, p. 40) adverte que essa atitude nunca é inocente, sendo que, sob o disfarce de uma colaboração verbal, a verdadeira intenção do falante é tomar a palavra.

- c) **Passagem consentida de turno:** essa passagem pode ser requerida de forma explícita, por exemplo, quando o falante encerra seu turno com uma pergunta do tipo “né?”, “não é?”, “entende?”, em busca de uma confirmação ou opinião do ouvinte. Também pode ser consentida implicitamente em situações nas quais, ainda que o falante não solicite ao ouvinte a posse do turno, ele indica, geralmente com uma pausa ou com um olhar, que já concluiu o seu raciocínio. Considere-se o seguinte exemplo:

(07)

L1 kren-akarore

L2 são::... tribos assim que têm mais ou menos a mesma estrutura... todos no no... Alto Xingu eu acho Baixo não sei... e:: aí eu não entrei ((ruídos)) se tem algum sistema de hierarquia ((fala muito baixo)) pajé é a mesma coisa né? Que pajé tem uma posição social elevada... só que ((ri)) ela estava contando assim... que um vez um um dos médicos ficou com uma dor no não sei do quê... dor de estômago e tal... falou “ah vamos chamar os pajés né?” aí vieram três pajés e ficaram duas horas suan::do ali em cima... mas fazendo os maiores estardalha::ços e tal acabaram tirando::... (acho que) uma pena uma pena de passarinho uma galinha... um negócio assim... pronto sarou... mas ((ri)) ficaram duas horas ali em cima cantando pulando eles... suando mesmo né? literalmente

L1 e tiraram o quê? pena de passarinho do cara?

L2 é... um negócio assim... pronto sarou era isso que estava inteferindo... era um espírito não sei das quantas... que estava né?

L1 e:: o cara ficou bom?

L2 não sei ela disse que ((ri)) ela não sabe se ele ficou bom porque não teve coragem de dizer que ainda estava com dor de estômago... ou se realmente melhorou alguma coisa... eu acho que não porque ele não a/se não acredita acho que não melhora né?... – você não quer dar uma olhada para ver se está gravando?—

(DID SP 343)

O tópico acima versa sobre o papel do pajé na tribo. O diálogo é marcado pelo par pergunta-resposta, em que L1 pergunta e L2 responde. A pergunta é uma forma explícita de passagem consentida de turno, já que o locutor cede a vez ao interlocutor para que responda. Este, por sua vez, ao completar o seu raciocínio, encerra o turno e devolve a palavra ao parceiro com uma pergunta do tipo “né?”. Ao final do trecho em destaque, há uma digressão, quando L2 afasta-se do tópico e, por um ato de fala indireto, procura saber se o gravador estava funcionando.

2.2.2.3. Unidades discursivas

Castilho (2001, p. 63) conceitua unidade discursiva (UD), como sendo

um segmento do texto caracterizado (i) semanticamente, por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao processamento de um subtema, e (ii) formalmente, por se compor de um núcleo e de duas margens.

Embora a Unidade Discursiva (UD) não deva ser entendida como uma estrutura canônica, regida por padrões previsíveis e definidos, existem alguns sinais característicos da língua falada que contribuem para a sua identificação e delimitação, tais como os marcadores conversacionais e a pausa. A unidade discursiva compõe-se de um núcleo e das marcas esquerda e direita, sendo facultativa a representação destas. O núcleo (N) é o elemento essencial e obrigatório, que contém o conteúdo informacional. As margens são opcionais e, quando ocorrem, a da esquerda (ME) só é ocupada por elementos que colocam em cena o “falante”, ou o “enunciador”, elementos da “sintaxe da enunciação”, cuja função é introduzir o conteúdo proposicional ou sua retomada; a da direita (MD) é preenchida por elementos que colocam em cena o enunciatário, elementos fáticos - na versão de Jakobson (1995, p. 127) - e outros, por meio dos quais o locutor busca a aprovação ou a concordância do interlocutor.

Todos são definidos na sintaxe da enunciação, mas trata-se de uma definição de caráter “sintático”, “formal”.

Observe-se o seguinte exemplo:

ME	N	MD
Mas,	para eles, ainda a televisão, uma coisa muito misteriosa,	Sabe?

Quadro 01: Exemplo de Unidade Discursiva

(DID RJ 43)

Na seqüência da exposição, foram caracterizadas as três partes que constituem a UD: o núcleo (N), relacionado à informação; a margem direita (MD), que aponta para a elaboração do núcleo; e a margem esquerda (ME), que se volta para o falante. De tal constructo, vamos aproveitar as funções estabelecidas em suas margens, vistas, estas, como o lugar privilegiado para a ocorrência dos Operadores Discursivos: os da esquerda, Operadores Discursivos voltados para a inserção do locutor/enunciador na enunciação; os da direita, Operadores Discursivos voltados para a inserção do ouvinte/enunciatário no processo de enunciação.

2.2.2.4. Marcadores Discursivos²

Definem-se como Marcadores discursivos, expressão à qual estamos nos referindo como Operadores Discursivos, os mecanismos que atuam no nível do discurso (ora entendido como organização textual-interativa), com vistas a estabelecer algum tipo de relação entre unidades de discurso e/ou entre os interlocutores. Para Risso et al. (2006, p. 424), a característica básica dos Operadores Discursivos é operar

no plano da atividade enunciativa e não no plano do conteúdo (...) Nessa qualidade, estabelecem-se como embreadores dos enunciados com as condições da enunciação, apontando para as instâncias produtoras do discurso e definindo a relação dessas instâncias com a estrutura textual-interativa.

Os Operadores Discursivos, portanto, podem cumprir duas funções distintas: atuar como mecanismos coesivos e como marcadores de relações interpessoais. Na condição de mecanismos coesivos, sua função é promover a articulação dos segmentos do discurso,

² Estamos propondo a substituição da expressão “Marcadores Discursivos” por “Operadores Discursivos”. Reservaremos a definição de “Marcadores Discursivos” para o par dialógico “eu-tu” e congêneres, conforme será explicado quando tratarmos da noção de itens funcionais.

estabelecendo algum tipo de relação semântica. Nesse sentido, seriam basicamente sequenciadores e estabeleceriam na fala, por exemplo, abertura, expansão, retomada e fechamento de tópicos bem como distinção de estruturas de figura e fundo, em posições inter ou intratópicas. Alguns itens funcionais que realizam essa função são: “agora”, “então”, “e”, “mas”, “aí”, “ou seja”, “enfim”, “em resumo”, “quer dizer”, etc.

Os Operadores Discursivos exercem também funções interacionais quando, no ato da interação conversacional, cumprem alguma função decorrente da relação face-a-face entre os interlocutores, configurando-se, assim, o componente interpessoal da linguagem. Podemos citar alguns exemplos desses Operadores Discursivos, a saber: “entende?”, “né?”, “sabe?”, “bom...”, “olha...”, “claro”, “sei”, “uhn uhn”, etc. É importante observar que os Operadores Discursivos são externos ao conteúdo proposicional e sintaticamente independentes de suas unidades adjacentes.

Nossa análise inicialmente recairá sobre o item “mas” em sua condição particular de Operador Discursivo de primeira pessoa. Além deste, outros itens também serão objeto de nossa investigação, a saber: “e”, “só que”, “já”, “enquanto”, “agora”, “apesar de que” e “ou”. Também consideraremos algumas proposições entre as quais se observa a relação de contraste, sem que haja a presença de um operador discursivo.

O estudo do “mas” numa perspectiva do discurso é importante, pois favorece um contato direto com os processos e estratégias de textualização responsáveis pela construção do sentido do texto/discurso falado. Nessa perspectiva, abandona-se um estudo focado em enunciados isolados, em virtude de outro fundamentado em uma visão de linguagem como atividade interativa. Essa concepção envolve pelo menos um locutor e um interlocutor em uma situação particular de discurso, os quais interagem a propósito de um tópico previamente negociado. Operamos, assim, com uma noção de linguagem como manifestação da competência comunicativa dos falantes, capazes de manter a interação social. Portanto as estruturas lingüísticas não podem ser estudadas como objetos autônomos, cristalizados e, sim, no próprio contexto comunicativo.

Na presente tese, vamos estudar principalmente a função do “mas” na contraposição de Domínios de Referência. Ao inserirmos o estudo do “mas” no quadro do processamento discursivo, partiremos do pressuposto de que todas as categorias básicas pertinentes ao tema devem denotar operações que resultam de princípios com os quais a mente opera. Daí a necessidade de enquadrar as noções discutidas anteriormente como resultantes de operações mentais. Privilegiamos uma análise do texto enquanto processamento discursivo e não enquanto produto. Assim, desconsideramos a noção de marcadores discursivos sequenciais,

que favorecem uma hierarquização tópica linear, e a noção de sentido imanente veiculado por conectores intra e intertópicos, por acreditarmos que, na referenciação, o sentido se processa *in situ*, e a hierarquização, de forma não linear, por meio da ativação de Espaços Referenciais. Tendo isso em conta, faz-se necessário, desde já, apresentar a noção de itens lexicais com a qual iremos trabalhar.

2.3. A noção de itens funcionais

No presente trabalho, ganha relevo o operador discursivo “mas” e outros de natureza assemelhada, que atuam na contraposição de Domínios de Referência. Faz-se necessário explicar a noção de item funcional com a qual iremos trabalhar e, para isso, vamos nos valer das abordagens teóricas desenvolvidas por Benveniste (1989, 1995).

Para Benveniste, a língua é o único sistema que combina simultaneamente dois planos, o semiótico e semântico, os quais, embora sejam dotados de estatutos distintos, tornam possível a sustentação do processo dinâmico da enunciação. O plano semiótico, que contempla a significância dos signos, preocupa-se com o emprego das formas, concebe seu objeto como estruturado e tem, como objetivo principal, a descoberta de regras internas às estruturas e a descrição das características distintivas das unidades. Nessa perspectiva, a língua não é senão “um conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis” (1989, p.81). Seu campo de atuação, no entanto, não lhe possibilita desenvolver o estudo do funcionamento discursivo, que exige um aparelho conceitual apropriado, a que Benveniste intitulou “O Aparelho Formal da Enunciação”.

O plano semântico está relacionado ao campo específico da significância, engendrada pelo discurso. Resulta da atividade do locutor que coloca a língua em funcionamento. Nesse campo, o objeto da lingüística é o estudo dos mecanismos através dos quais o falante transforma a língua em discurso ao apropriar-se dela. Ressaltam-se, a partir dessa concepção, duas constatações importantes.

A primeira delas está na oposição entre o signo semiótico e a frase. O signo caracteriza-se como uma propriedade intrínseca da língua e tem o significado como algo que lhe é inerente, sem uma aplicação particular. Já a frase, sendo expressão do semântico, é marcada pela especificidade, ou seja, seu sentido vincula-se estritamente à situação de discurso e à postura do locutor.

A segunda constatação parte da necessidade de se estabelecer o tipo de unidade

conveniente à estrutura formal. O signo está para a unidade semiótica, assim como a palavra, ou melhor dizendo, seu emprego, está para a unidade semântica. Conforme explica Benveniste (1989, p. 232), “O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional.” Quanto ao sentido da frase, este resulta de sua compreensão global e se realiza pelo emprego particular das palavras, sua organização sintática e pela ação que umas exercem sobre as outras.

Merece destaque, na presente tese, a distinção que Benveniste (1989, p. 277-283) tece entre os itens lexicais referenciais e não-referenciais, quando trata da natureza dos pronomes. Segundo esse autor,

(...) os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo que chamamos de ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em forma de palavra pelo locutor (BENVENISTE, 1989, p. 277).

Benveniste tece importantes considerações acerca de um grupo de signos e seu movimento referencial na língua. Trata-se dos indicadores da Dêixis, os quais não devem ser pensados em relação ao mundo objetivo, mas à instância do discurso. O autor destaca dois tipos de signos relacionados à referência: os indicadores de subjetividade, que se manifestam na enunciação, e os índices de objetividade, que mantêm referência externa à língua.

Os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa passam a ser objeto de reflexão, por se tratarem de indicadores de subjetividade. Esses “índices de pessoa” são marcados pela relação eu/tu, cuja referência resulta exclusivamente de uma instância enunciativa: é no ato de dizer “eu” que ocorre a sua instanciação e também a instituição de um “tu”. Esses pronomes não podem ser definidos como signos nominais, como uma classe de referência, pois, conforme afirma Benveniste (1995, p. 278), “cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular”. Não se pode conceber, portanto, a significação do “eu” e do “tu” independente do ato de enunciação; fora disso, não passam de signos vazios, sem referência quanto à realidade.

A classe dos pronomes denominados de “terceira pessoa”, que tem como paradigma o pronome “ele”, é uma categoria que difere dos pronomes “eu” e “tu”, tanto por sua função quanto por sua natureza. Quanto à função, essa categoria de pronomes substitui um segmento do enunciado ou sua totalidade, não passando, portanto, de substitutos abreviativos. Sendo assim, o pronome “ele”, designado como “não-pessoa”, representa o membro não marcado da correlação de pessoa e tem sua referência manifestada fora da relação “eu/tu”. Quanto à

natureza, os pronomes da terceira pessoa não são autorreferentes e se destacam por combinarem com qualquer referência objetiva, por reunirem um vasto número de formas pronominais e demonstrativas e não se atualizarem exclusivamente na instância do discurso.

Além dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa, a referência à enunciação inclui também uma série de outros indicadores. Estes são constituídos, entre outras classes, pelos pronomes demonstrativos, tais como “este”, que se relacionam com os indicadores de pessoa; e advérbios do tipo “aqui” e “agora”, que configuram a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea à instância discursiva que contém “eu”. É imprescindível a relação entre esses elementos dêiticos e a instância de discurso instaurada, pois permite a um falante, no exercício da língua, apresentar-se, como um “eu”, isto é, como enunciador, constituindo aquele a quem se dirige - um “tu” - como enunciatário, em um determinado momento definido por “agora” e em um espaço específico designado por “aqui”.

Essa descrição nos permite apresentar aqui duas oposições entre o par de pronomes “eu-tu” e o pronome “ele”. A primeira oposição é relativa à correlação de pessoalidade, em que o par “eu-tu” se opõe à não-pessoa “ele”. Enquanto o par “eu-tu” se instaura no interior de um enunciado e adquire o estatuto de pessoa, o pronome “ele” pode representar uma multiplicidade de sujeitos ou outros referentes. A segunda oposição diz respeito à reversibilidade entre “eu” e “tu”, que se alternam na relação dialógica: o que “eu” postula como “tu” pode inverter-se em “eu”, e vice-versa. Essa relação não ocorre entre uma dessas duas pessoas e o pronome “ele”, uma vez que esse pronome refere-se exclusivamente a uma invariante não-pessoal.

O verbo, como classe, representa um outro conjunto de signos que, ao lado dos pronomes, merece atenção especial, por também se submeter à categoria da pessoa. Um estudo das pessoas no verbo deve fundamentar-se nas oposições que as diferenciam. A primeira pessoa, “eu”, quando designa o falante, implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”. A segunda pessoa, “tu”, somente pode ser concebida em uma situação proposta a partir do “eu”, a quem incumbe uma predicação, a referenciação de “tu”. A terceira pessoa, também designada como não-pessoa, somente se estabelece fora do eixo “eu-tu” e comporta uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, que não se refere a uma “pessoa” específica.

Chamemos a atenção agora para a análise de Benveniste acerca de certos verbos, que, usados em primeira pessoa, denotam disposições do sujeito que fala. Tradicionalmente verbos como “supor”, “presumir” e “concluir” são descritos como epistêmicos por indicarem atitudes proposicionais. Estes, quando empregados em primeira pessoa, diferem, por exemplo, de

verbos como “raciocinar” e “refletir”, que denotam operações mentais. Enquanto os primeiros indicam uma atitude em relação a uma situação apresentada, os demais manifestam uma operação descrita. Ao enunciar, por exemplo, “suponho que vai chover”, o enunciador manifesta certa atitude quanto ao enunciado seguinte “...vai chover”. Esse grupo de verbos normalmente é empregado acompanhado de “... que” e uma proposição, a qual representa o verdadeiro enunciado. Já a forma verbal pessoal que a governa, expressa em primeira pessoa, será responsável por lhe garantir o caráter de subjetividade – dúvida, presunção, inferência – que indicará a atitude do enunciador em relação ao enunciado que profere.

Além dos verbos epistêmicos, outra categoria se destaca como elementos introdutores de enunciadores distintos no discurso. São os verbos e as expressões *dicendi*, que designam todos os verbos que diretamente referenciam uma elocução. Nessa categoria destacam-se verbos como “dizer”, “pronunciar”, “falar”, “chamar”, “denominar”, “designar”, etc., bem como expressões do tipo “fez um comentário” e “deu uma explicação”, além de substantivos deverbais tais como “a exposição”, “uma advertência”, etc. Essa categoria é utilizada para indiciar a instauração de uma nova instância de enunciação, distinta daquela a que pertence a voz fundadora do discurso, conforme será analisado posteriormente.

Essas ponderações levam-nos a repensar o estatuto de “mas” e de outros conectivos anteriormente destacados enquanto marcadores discursivos. Para tanto, retomemos a tese de Benveniste (1989, p. 281), segundo a qual as categorias de pessoa, tempo e espaço se articulam em um sistema único de referências internas, configurando, desse modo, a construção de instâncias de discurso. A caracterização dessas instâncias fundamenta-se na relação dialógica entre um falante que, em um tempo e espaço específicos, enuncia-se como “eu” (locutor) e que a cada nova enunciação atualiza a sua posição de enunciador, instaurando simultaneamente um “tu”, o qual se manifesta na instância de discurso como alocutário/enunciatário, para, juntos, construírem a referência. Vamos reservar, portanto, o estatuto de marcador discursivo para o par dialógico eu/tu (e correlatos), índices específicos produzidos e atualizados na e pela enunciação.

Quanto ao “mas” e os outros itens lexicais congêneres, passaremos a denominá-los como operadores discursivos de primeira pessoa. Ressaltamos aqui a importância desses operadores na articulação de enunciados de orientações discursivas diferentes, em que prevalece o ponto de vista expresso no enunciado que eles introduzem. Estamos designando esses operadores discursivos como sendo de primeira pessoa para os casos em que as asserções que eles introduzem predicam sempre o “eu”, ou seja, a Instância de Discursivo que constitui o Espaço Base da realidade do falante (ERB). A seu tempo, observaremos que o uso

desses operadores discursivos favorece a conexão de proposições em que se instauram e se integram diferentes Espaços Referenciais.

Em síntese, a noção de item lexical com a qual iremos operar requer seja considerada a distinção proposta por Benveniste, para quem o falante, ao se apropriar do “eu”, faz uso de um item lexical dentre os muitos disponíveis na língua, que não passam de categorias vazias, no sentido de que têm sua referência estabelecida exclusivamente na “realidade do discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 278). Estamos atribuindo a não-referencialidade a todos os itens lexicais que, neste trabalho, denominamos “itens funcionais”, formas que “não remetem à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e refletem, assim, o seu próprio emprego” (BENVENISTE, 1995, p. 280). Isto nos parece importante, pois nos permite incluir nessa categoria todos os itens que possuem função constitutivamente discursiva, tais como os verbos e/ou expressões *dicendi*, os epistêmicos, os operadores discursivos, etc. Esta decisão implica estender a tais itens a propriedade que Benveniste (1989, p. 69) atribui aos pronomes: “Mas, fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente do discurso.”

Assim, estamos contrapondo a noção de itens funcionais (o par dialógico eu-tu, os *dicendi*, os epistêmicos, os operadores discursivos, etc.), que só se atualizam e se tornam plenos de significação no e pelo ato da linguagem, à noção de itens lexicais (o pronome ele, mesa, cadeira, o Presidente, etc.), que, por sua natureza objetiva, são considerados itens referenciais.

2.4. Conclusão

Neste capítulo, buscamos apresentar uma resenha crítica da minha Dissertação de Mestrado, trabalho no qual procuramos configurar os aspectos semântico-pragmáticos da conjunção “mas”, no que diz respeito à negação de uma expectativa convidada. Em linhas gerais, retomamos o assunto central, de que certo tipo de “mas” não se contrapõe a um segmento coordenado prévio, e, sim, a uma expectativa, uma inferência convidada. Em seguida, apresentamos uma proposta do “mas” na perspectiva do discurso, com vistas a examinar esse conector, dentre outros congêneres, em sua condição particular de Operadores Discursivos de primeira pessoa. Partimos da hipótese geral de que o “mas” é um operador discursivo de primeira pessoa que atua na contraposição de Espaços Referenciais.

Na tentativa de configurar o nosso quadro teórico, recorreremos aos estudos relacionados à construção do texto falado. Na oportunidade, verificamos que, de acordo com Jubran (2006, p. 89-132), uma interação organiza-se em tópicos, desenvolvidos pelos interlocutores no ato comunicativo. Esses tópicos são definidos segundo uma perspectiva discursiva, a partir de duas propriedades centrais: a centração e a organicidade.

Para essa autora, a estrutura tópica é o eixo norteador da organização discursiva e constitui um traço fundamental para definição dos processos relacionados ao fluxo da conversação entre os falantes. A linearidade na construção do tópico discursivo garante a organicidade da interação, sendo os Operadores Discursivos seqüenciadores um importante recurso nesse processo, já que favorecem não só a negociação entre os falantes como também a distribuição das informações no texto. Destaca-se, aqui, a atuação do MD “mas”, entre outros marcadores, na contraposição expressa nos níveis intra e intertópicos.

Por fim, apresentamos a distinção entre item lexical (correlato de não-pessoa) e item funcional (correlato de pessoa). Tal distinção nos permitiu acrescentar ao par dialógico “eu-tu” uma categoria de itens de natureza discursiva, tais como os verbos e/ou expressões *dicendi*, os epistêmicos, os operadores discursivos de primeira pessoa, etc. Estamos considerando que todos esses índices lingüísticos são itens funcionais, categorias vazias que só se atualizam no/pelo discurso.

No próximo capítulo, proporemos a delimitação de um quadro de referência teórico que possibilite uma explicitação do modelo de processamento discursivo, o qual subsidiará a hipótese levantada na presente tese, de que o “mas” é um operador discursivo de primeira pessoa atuante na contraposição de Domínios de Referência.

3. A CONFIGURAÇÃO DE UM MODELO DE PROCESSAMENTO DISCURSIVO

Uma forma de tornar clara a focalização dada a um determinado objeto é descrever suas propriedades e características mais convenientes ao propósito que se deseja alcançar. Sendo assim, parece-nos bastante oportuno, neste momento, apresentar e discutir os pressupostos teórico-metodológicos adotados para especificação de um modelo de processamento discursivo. Entendemos o processamento discursivo como “qualquer ação de linguagem que envolva a produção de texto/sentido”, conforme definem Nascimento e Oliveira (2004, p. 285). O procedimento aqui adotado justifica-se pelo fato de que, na presente tese, pretendemos demonstrar que o “mas” é um operador discursivo de primeira pessoa que atua na articulação de asserções a partir dos quais se dá a implementação e integração de Espaços Referenciais.

3.1. A língua como um fenômeno natural

Estamos adotando na presente tese uma concepção de mente e linguagem entendida como uma determinação biológica da espécie humana, portanto pertencente ao mundo natural, em conformidade com as concepções de Chomsky (1995, 2002, 2004) e Hauser, Chomsky e Fitch (2002). A linguagem humana deve ser estudada a partir de um prisma biológico, seguindo-se uma metodologia naturalista voltada para a investigação dos fenômenos lingüísticos e mentais, conforme observa Chomsky (2004):

A perspectiva biolinguística concebe a língua humana em todos os seus aspectos – som, significado, estrutura – como um estado de algum componente da mente, tal como compreendida pelos cientistas do Século XVIII, os quais reconheceram que, após Newton ter destruído a “filosofia mecânica”, baseada no conceito intuitivo de mundo material, nenhum problema coerente da mente-corpo se mantém, e nós podemos considerar somente aspectos do mundo denominado “mental”, como o resultado de uma estrutura orgânica como aquela do cérebro, como o químico-filósofo Joseph Priestley observou.³

³ Texto original: “The biolinguistic perspective views a person’s language in all of its aspects – sound, meaning, structure -- as a state of some component of the mind, understanding “mind” in the sense of 18th century scientists who recognized that after Newton’s demolition of the “mechanical philosophy,” based on the intuitive concept of a material world, no coherent mind-body problem remains, and we can only regard aspects of the world “termed mental,” as the result of “such an organical structure as that of the brain,” as chemist-philosopher Joseph Priestley observed.”

Um estudo que contemple uma abordagem naturalista requer seja desconsiderado um viés teórico que privilegie o dualismo mente-corpo. O funcionamento da mente e da linguagem deve ser estudado tal como se estuda o funcionamento dos demais organismos vivos. Essa percepção é o que leva Chomsky a entender a mente como um órgão do corpo, tal como fazem os cientistas ao estudarem o sistema visual, imunológico ou circulatório:

A faculdade de linguagem pode razoavelmente ser considerada como um “órgão da língua” na mesma proporção em que os cientistas falam do sistema visual, ou sistema imunológico, ou sistema circulatório, como órgão do corpo. Compreendido dessa forma, um órgão não é algo que possa ser removido do corpo, deixando o resto intacto. Ele é um subsistema de uma estrutura mais complexa. Esperamos compreender toda a complexidade por investigar partes que têm características distintas e suas interações. O estudo da faculdade de linguagem procede da mesma maneira. Nós assumimos mais além que o órgão da linguagem é como outros órgãos, cuja característica básica é uma expressão dos genes. (CHOMSKY, 2004)⁴

Em outra passagem, esse autor adverte

Gostaria de discutir uma abordagem da mente que toma a linguagem e os fenômenos similares como elementos do mundo natural a serem estudados por meio de métodos ordinários de pesquisa empírica. Usarei os termos “mente” e “mental” aqui sem significação metafísica. Assim, entendo “mental” como estando no mesmo nível de “químico”, “óptico” ou “elétrico”. (CHOMSKY, 2005, p. 193).

O enquadramento dos estudos da mente e da linguagem no campo das ciências naturais implica a existência de um organismo que se desenvolve a partir da interação e adaptação a ambientes cada vez mais complexos. Em outras palavras, isso significa que a mente e a linguagem são determinadas em função da complexidade do ambiente ao qual deve se adaptar. A figura a seguir elucida a constituição e o funcionamento da faculdade de linguagem, bem como sua interrelação com os demais sistemas que constituem o organismo interno e o ambiente externo:

⁴ Texto original: „The “Faculty of language can reasonably be regarded as a “language organ” in the sense in which scientists speak of the visual system, or immune system, or circulatory system, as organs of the body. Understood in this way, an organ is not something that can be removed from the body, leaving the rest intact. It is a subsystem of a more complex structure. We hope to understand the full complexity by investigating parts that have distinctive characteristics, and their interactions. Study of the faculty of language proceeds in the same way. We assume further that the language organ is like others in that its basic character is an expression of the genes.”

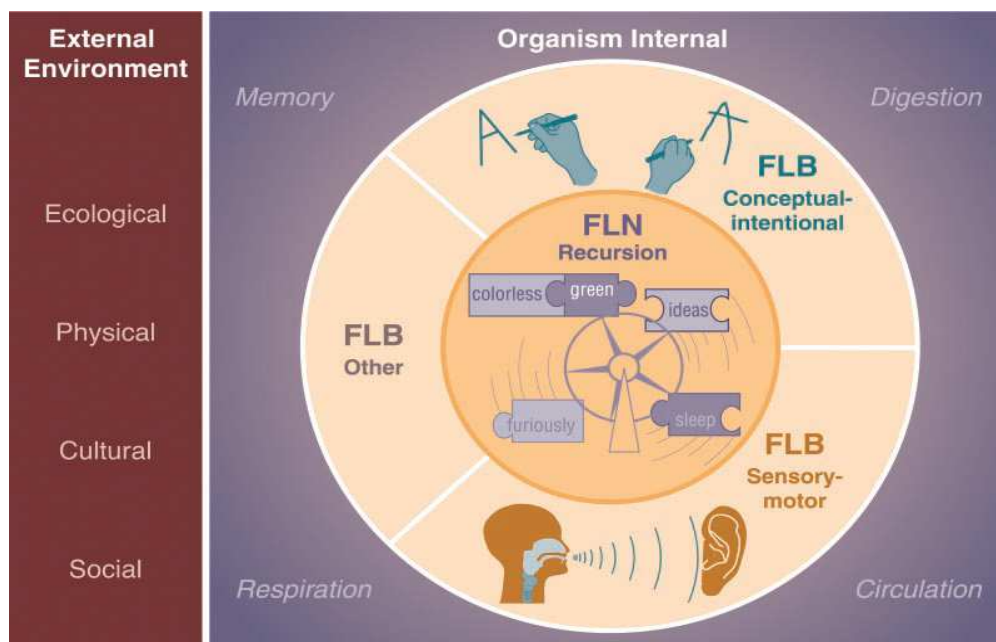


Figura 1. Representação esquemática dos fatores do organismo externo e interno relacionados à faculdade de linguagem (HAUSER, CHOMSKY & FITCH, 2002, p. 1570)

O estudo da faculdade de linguagem humana é de fundamental importância para nós, já que representa, no âmbito do “processador”, o aparato formal que favorecerá uma comunicação inteligível entre os homens. Somos dotados da faculdade de linguagem, um componente particular da mente, que, com sua propriedade, estrutura e organização específicas, possibilita-nos a aquisição e desenvolvimento da linguagem. Nesse sentido, podemos nos valer das seguintes explicações de Chomsky (2002, p. 7-8):

Uma hipótese natural é que as crianças nascem com uma faculdade de linguagem (Saussure), uma “tendência instintiva” para a linguagem (Darwin); esta capacidade cognitiva deve envolver, em primeiro lugar, recursos receptivos para separar sinais lingüísticos de outros sons conhecidos e, então, construir, na base de outros recursos internos ativados por uma limitada e fragmentada experiência lingüística, o rico sistema de conhecimento que todo falante possui.⁵

Compreende-se, assim, a noção chomskyana de “faculdade da linguagem”, como um subsistema mental/cerebral, cujo processo de maturação se desenvolve desde o nascimento até atingir a fase adulta, quando as propriedades fonológicas, sintáticas e semânticas adquirem

⁵ Texto original: “A natural hypothesis is that children are Born with a “language faculty” (Saussure), an “instinctive tendency” for language (Darwin); this cognitive capacity must involve, in the first place, receptive resources to separate linguistic signal from the rest of the background noise, and then to build, on the basis of other inner resources activated by a limited and fragmentary linguistic experience, the rich system of linguistic knowledge that every speaker possesses.”

um “status” computacional, estabilizado na sua essência. Hauser, Chomsky & Fitch (2002, p. 1571) definem esse sistema computacional como a “Faculty of Language in the narrow sense” – FLN (Faculdade de linguagem no sentido estrito) e sua interação com os demais sistemas, provendo com instruções as interfaces, o sistema sensório-motor (SM: subsistema percepto-articulatório: fonética/fonologia), o sistema conceitual-intencional (CI: subsistema conceitual-intencional: semântica/pragmática), bem como outros sistemas possíveis. Todos esses sistemas constituem a “Faculty of Language in the broad sense” – FLB (Faculdade de linguagem no sentido amplo).

Destacamos aqui as considerações de Chomsky (2004) a respeito da natureza do sistema computacional (Língua-I), “Linguagem em sentido restrito”, que é apenas um sistema “funcional” a serviço da “referência e do “sentido”, mas que não tem referência, não tem sentido. Para esse autor

Se aprovarmos as perspectivas da Biolinguística, uma língua é um estado da faculdade de linguagem – língua-I, no uso técnico, em que "I" sublinha o fato de que a concepção é interna, individual, e intensional (com um "s," não um "c") – ou seja, a formulação efetiva dos princípios gerativos, não o conjunto que ela enumera; este último nós podemos pensar como uma propriedade mais abstrata da língua-I, da mesma maneira como nós podemos pensar do conjunto de possíveis trajetórias de um cometa através do sistema solar como uma propriedade abstrata desse sistema.⁶ (CHOMSKY, 2004)

O termo “Intensional” (com –s mesmo) usado pelo autor diz respeito ao sistema computacional (sem referência), a meras computações como a integração de Espaços Referenciais. A questão da “intenção” entra em cena quando está em jogo o “sentido”, a “referência”, a “referenciação”: o sistema de comunicação. O sistema computacional está a serviço dos sistemas de interface que, articulados, produzem “som/sentido” (referência, etc). Para nós, essas observações são importantes uma vez que estamos estendendo a sintaxe do enunciado (sintaxe no sentido de computação) para a enunciação. A integração recursiva de Espaços Referenciais é um problema de sintaxe, a serviço da produção de sentido (som/significado). O fulcro desta tese está na “Língua-I”, na computação de Espaços Referenciais com vistas à integração dos sistemas de interface, à produção de texto/sentido. Isto se conjuga com as seguintes afirmações de Hauser, Chomsky e Fitch (2002, p.1569)

⁶ Texto original: “if we adopt the biolinguistic perspective, a language is a state of the faculty of language - an I-language in technical usage, where "I" underscores the fact that the conception is internalist, individual, and intensional (with an "s," not a "t") - that is, the actual formulation of the generative principles, not the set it enumerates; the latter we can think of as a more abstract property of the I-language, rather as we can think of the set of possible trajectories of a comet through the solar system as an abstract property of that system.”

Nós afirmamos que deve ser feita uma distinção entre a faculdade de linguagem no sentido amplo (FLB) e no sentido estrito (FLN). A FLB inclui um sistema sensório-motor, um sistema conceitual-intencional e mecanismos computacionais para recursão, proporcionando a capacidade de gerar um conjunto infinito de expressões a partir de conjunto finito de elementos. Nós levantamos a hipótese de que FLN inclui somente recursão e este é um componente exclusivamente humano da faculdade de linguagem. Nós ainda argumentamos que a FLN deve ter evoluído por razões outras que a língua, daí a necessidade de estudos comparativos que pesquise evidências de tais computações fora do domínio da comunicação (por exemplo, número, navegação e relações sociais).⁷

Reafirmamos que nos interessa, particularmente nesta pesquisa, o conceito de faculdade da linguagem compreendida em seu sentido estrito (FLN), cuja propriedade nuclear é a recursão. Essa é uma habilidade exclusiva do ser humano atribuída estritamente à sintaxe. A FLN toma um conjunto finito de elementos e produz um arranjo infinito de expressões discretas, que funcionam como instruções para a ligação som/sentido, para os sistemas Sensório-Motor e Conceitual-Intencional. Cada expressão é, neste sentido, um par de arranjo sintático de sons e significados (π, λ), que garante a interrelação dos níveis de interface. É preciso que uma expressão lingüística satisfaça as condições de ambos os componentes das interfaces, com vistas a realizar as suas condições de legibilidade.

Conhecer uma linguagem, no sentido de possuir uma Competência Comunicativa, implica necessariamente ser capaz de operar com princípios que garantam atuar com/sobre mecanismos recursivos. Ao falar, nós usamos nossa criatividade lingüística, que nos permite produzir/entender estruturas de som/sentido configuradas hierárquica e recursivamente.

Uma vez que o número de estruturas possíveis de uma linguagem humana é ilimitado, os seus usuários não podem estocá-las em suas mentes. Sendo assim, o conhecimento funcional da linguagem, ou “*f-knowledge*”, segundo Jackendoff (2002, p. 39), requer a associação de dois componentes: o primeiro é o léxico, uma lista finita de elementos estruturais que estão disponíveis para serem combinados; o segundo é um conjunto de princípios combinatoriais ou uma gramática interna, sendo esta um constituinte real da mente/cérebro, que funciona em conformidade com os princípios da GU (Gramática Universal).

⁷ Texto original: “We submit that a distinction should be made between the faculty of language in the broad sense (FLB) and in the narrow sense (FLN). FLB includes a sensory-motor system, a conceptual-intentional system, and the computational mechanisms for recursion, providing the capacity to generate an infinite range of expressions from a finite set of elements. We hypothesize that FLN only includes recursion and is the only uniquely human component of the faculty of language. We further argue that FLN may have evolved for reasons other than language, hence comparative studies might look for evidence of such computations outside of the domain of communication (for example, number, navigation, and social relations).”

Essa organização sintática resulta em elaboradas e ricas formas de expressão, dentre as quais podemos destacar os sucessivos encaixes de sintagmas, múltiplos modificadores adjetivais, bem como cláusulas completivas e relativas. No Programa Minimalista (1995), Chomsky defende a idéia de que a operação sintática básica “Merge” integra recursivamente dois elementos, a partir dos quais se forma um terceiro elemento, que é a projeção de um dos seus dois subconstituintes. Esse elemento, por sua vez, pode ser combinado com outro e assim iterativamente. Nota-se, portanto, que a recursividade parece poder ser derivada da própria atuação da operação “Merge”.

Jackendoff (2002) sustenta que são igualmente importantes e ilimitadas as mensagens e os efeitos de sentido veiculados na expressão das idéias. É preciso levar em conta que uma sentença significa mais que a disposição aleatória de palavras. A organização vocabular na estrutura frasal requer seja considerada uma relação semântica entre elas e também as propriedades fonológicas das palavras. Em suma, o caráter recursivo da linguagem relaciona-se com uma formulação precisa de princípios combinatórios que caracterizam a competência lingüística do falante.

Chamamos a atenção para o fato de que a recursividade, instanciada, por exemplo, na organização hierárquica dos constituintes de uma oração, não é uma propriedade e/ou um mecanismo restrito ao âmbito da frase e/ou enunciado. Para nós, tal propriedade, como veremos, instancia-se em mecanismos responsáveis pela configuração de todo e qualquer texto. Esse entendimento é crucial para que possamos operar com a recursão na integração de Espaços Referenciais conforme afirmam Fauconnier e Turner (2002, p. 334):

Recursão: um corolário essencial do objetivo global da mesclagem para o alcance da Escala Humana é que um espaço integrado a partir de uma rede muitas vezes pode ser usado como um *input* para outra rede de integração conceitual.⁸

Dentre as categorias funcionais que possibilitam o agenciamento e integração de Espaços Referenciais, destacamos, na presente pesquisa, os verbos e expressões *dicendi*, bem como os epistêmicos. Como vimos na definição de itens funcionais apresentada no segundo capítulo, essas categorias gramaticais são vazias de sentido e só se atualizam no discurso. Desse modo, funcionam como *links* discursivos.

⁸ Texto original: “RECURSION: One crucial corollary of the overarching goal of blending to Achieve Human Scale is that a blended space from one network can often be used as an input to another blending network”

3.2. Linguagem e dialogia

O estudo do “mas” à luz de um quadro enunciativo requer o entendimento de que a dialogia é uma propriedade constitutiva da linguagem e, conseqüentemente, do processo de referenciação, conforme salienta Bakhtin (2003, p. 301): “Um traço essencial (constitutivo) do enunciado⁹ é o seu direcionamento a alguém, o seu endereçamento.” Em sequência, esse autor afirma: “Portanto, o direcionamento, o endereçamento do enunciado é sua peculiaridade constitutiva sem a qual não há nem pode haver enunciado.” (BAKHTIN, 2003, p. 305).

A língua como atividade interativa é caracterizada pelo diálogo, pela interação dos sujeitos. Trata-se de uma atividade humana, social e histórica; de um processo coletivo do qual resulta o sistema lingüístico e comunicativo usado em uma comunidade. É esse o pensamento de Bronckart (1999, p. 34), para quem

a linguagem humana se apresenta, inicialmente, como uma produção interativa associada às atividades sociais, sendo ela o instrumento pelo qual os interactantes, intencionalmente, emitem pretensões à validade relativas às propriedades do meio em que essa atividade se desenvolve. A linguagem é, portanto, primariamente, uma característica da atividade social humana, cuja função maior é de ordem comunicativa ou pragmática.

Sob essa ótica, a linguagem somente cumpre sua função quando se manifesta em seu caráter interacional. É principalmente através da linguagem que o indivíduo se estabelece e interage com o seu semelhante numa relação especular de busca do outro, ambos se instituindo não só como simples interlocutores, mas também enquanto sujeitos atuantes num mesmo espaço sócio-cultural.

É notória a afirmação de Benveniste (1995, p. 286), para quem “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. Dessa assertiva, alguns pontos fundamentais carecem de uma reflexão mais cuidada. O primeiro deles diz respeito à subjetividade na linguagem, ou seja, a capacidade de o locutor se instituir como sujeito no ato de instauração do discurso. Pode-se afirmar, portanto, que o sujeito é a origem e centro do

⁹ Bakhtin emprega o termo *viskázivanie*, derivado do infinitivo *viskázivat*, que significa ato de enunciar, se exprimir, transmitir pensamentos, sentimentos, etc. em palavras. O próprio autor situa *viskázivanie* no campo da parole saussureana. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (Hucitec, São Paulo), o mesmo termo aparece traduzido como “enunciação” e “enunciado”. Mas Bakhtin não faz distinção entre enunciado e enunciação, ou melhor, emprega o termo *viskázivanie* quer para o ato de produção do discurso oral, quer para o discurso escrito, o discurso da cultura, um romance já publicado e absorvido por uma cultura, etc. Por essa razão, resolvemos não desdobrar o termo (já que o próprio autor não o fez!) e traduzir *viskázivanie* por enunciado. (N. do T.) [p. 261]

discurso. Outro aspecto importante a ser destacado refere-se ao caráter dialógico da linguagem, uma vez que essa consciência do “eu” só será possível em contraposição a uma segunda pessoa, o “tu”, a quem se dirige. Além disso, uma relação dialógica é determinada pela alternância dos papéis eu/tu entre os sujeitos falantes, que se posicionam no discurso ora como locutor, ora como alocutário. Esse dialogismo nos faz perceber a enunciação como um processo resultante do intercâmbio entre sujeitos, que tornam possível a construção do sentido.

Também é importante destacar a singularidade da Enunciação, ou seja, cada ato de discurso deve ser considerado original, pois possibilita a inserção do locutor em um novo tempo, circunstância e discurso, o que caracteriza sempre uma nova experiência humana. Em suma, a enunciação requer a presença dos seguintes elementos constituintes da situação interativa: um locutor (eu) que se institui como enunciador e dirige-se a um alocutário (tu), instituindo-o como enunciatário, num determinado tempo e lugar discursivos. A relação dinâmica estabelecida entre esses elementos faz com que cada Instância de Enunciação seja sempre única. Tendo em vista a importância da noção de Instância de Enunciação neste trabalho, esse assunto será mais bem explorado a seguir.

3.3. A noção de Instâncias de Enunciação

Uma outra concepção que se faz premente neste trabalho diz respeito à noção de Instâncias de Enunciação¹⁰, bem como ao processo de instauração do sujeito, tempo e espaço no discurso, além da noção de polifonia com a qual iremos operar.

É de fundamental importância, neste estudo, a reflexão que Benveniste faz acerca da singularidade da enunciação. Para esse autor, a ação do locutor com/sobre a língua será sempre única e ímpar, uma vez que as condições de produção não se repetem. Ao afirmar que a subjetividade é o colocar a língua em funcionamento por um ato individual, Benveniste determina a existência de instâncias de discurso e o fato de que cada uma delas tem o seu próprio centro de referência interno:

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua pessoa, definindo ao mesmo tempo e a si

¹⁰ O que estamos chamando de “instância de enunciação” é o que Benveniste (1989, p. 84) chama de “instância do discurso”.

mesmo como 'eu' e a um parceiro como 'tu'. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes. (BENVENISTE, 1995, p. 289)

Nesse sentido, estamos adotando a noção de Instância Enunciativa, aqui definida como um modelo de organização dialógica que especifica o processo de construção de relações entre enunciador(es) e enunciatário(s), situados em um tempo e espaço discursivos como fatores constituintes da referência discursiva. A representação da estrutura e dinâmica da enunciação se constitui pela identificação, no âmbito do processamento discursivo, de instâncias de enunciação e das relações que se processam entre elas.

3.4. A instauração do sujeito na enunciação

Não podemos deixar de considerar nesta pesquisa a noção de subjetividade, uma vez que esta é de suma importância na explicação da integração de espaços referenciais. Entendemos como subjetividade a instituição do sujeito falante enquanto actante enunciativo; é a capacidade de o indivíduo, num ato particular de produção discursiva, posicionar-se como sujeito no momento exato em que se enuncia como "eu", instituindo a própria existência da linguagem. O sujeito se transforma, assim, no centro do discurso.

A manifestação do "eu" no discurso faz surgir a presença de um outro indivíduo lingüístico, o "tu", o segundo membro essencial para que ocorra a dialogia. Em verdade, não se pode conceber "eu" a não ser por contraste com "tu". O sujeito falante eleva o outro à condição de existência no processo de comunicação. A presença de "eu-tu" revela a existência de um só ente, cuja origem é a reciprocidade entre dois indivíduos lingüísticos que fundamentam uma realidade dialógica, interativa: "É numa realidade dialética que englobe dois termos (eu-tu) e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento lingüístico da subjetividade" (BENVENISTE, 1995, p. 287). Essa constituição simultânea entre dois sujeitos requer que a noção de subjetividade incorpore o conceito de intersubjetividade, condição indispensável no processo de comunicação.

A categoria de pessoa é fundamental para a transformação da linguagem em discurso. As marcas do sujeito são indiciadas no discurso a partir de múltiplos mecanismos: através da manifestação de "eu" e "tu" bem como dos elementos dêiticos, como morfemas verbais, os pronomes possessivos e demonstrativos, advérbios, expressões que remetem à idéia de tempo, lugar, objeto mostrado, etc.; e também através de expressões afetivas, valorativas, modalizadoras, interpretativas, etc.

É importante frisar que Benveniste (1995), em suas reflexões sobre os pronomes pessoais, compreende a noção de pessoa restrita a “eu” e “tu”, excluindo o pronome “ele”, o membro não marcado da correlação de pessoa. O autor afirma que as instâncias de emprego de “eu”, diferentemente do que sucede com um nome, não constituem uma classe de referência, já que não existe um “objeto” definível como “eu” ao qual essas instâncias se remetem. Cada “eu” constitui seu próprio centro de referência interno e corresponde sempre a um ser exclusivo, proposto como tal no processamento discursivo.

3.5. As noções de tempo e espaço na enunciação

Além das categorias de pessoas, os indicadores de tempo¹¹ e de espaço também são de fundamental importância na configuração de nosso quadro teórico. Novamente reportamos a Benveniste (1995), para quem o centro gerador e axial do tempo lingüístico é o presente da instância da fala, sendo que a única forma que o homem encontrou para viver o “agora” é concretizando-o através da inserção do discurso no mundo. Da enunciação, instaura-se a categoria do presente, que está na origem da categoria de tempo. Dessa forma o presente da enunciação seria a possibilidade da própria expressão, da referenciação dos tempos¹², inclusive do presente.

A língua ordena o tempo a partir de um eixo, e esse é sempre e somente a instância do discurso. A relação entre o advérbio de tempo “agora” e o “eu” discursivo, segundo o autor, delimita “a instância temporal coextensiva e contemporânea da presente instância do discurso que contém ‘eu’” (BENVENISTE, 1989, p. 45). Essa série de índices temporais contempla um

¹¹ No artigo “A Linguagem e a Experiência Humana”, Benveniste (1989, p. 68-80) estabelece quatro noções de tempo: o “tempo físico”, que abarca a experiência individual; o tempo psicológico, filtrado pelas vivências subjetivas da personagem; o “tempo crônico”, que reflete o tempo dos acontecimentos; e o “tempo lingüístico”, intrinsecamente ligado à atividade do locutor. Como é este último o que nos interessa neste trabalho, procuramos tratar exclusivamente dele.

¹² Chamamos a atenção aqui para a distinção entre o “Tempo Lingüístico” e os tempos referenciados. O tempo referenciado é (ou se torna) o tempo crônico: “...e o tempo lingüístico manifesta-se irredutível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico” (BENVENISTE, 1989, p.74). Continua o autor: “...É evidente que este presente, (o lingüístico, o da enunciação), na medida em que é função do discurso, não pode ser localizado em uma divisão particular do tempo crônico, porque ele admite todas as divisões e não se refere a nenhuma em particular.” (Idem, p. 75). Em suma, o tempo do discurso é o eixo a partir do qual se referencia todo e qualquer tempo, mas não coincide com nenhum: “Eis aí mais uma vez uma propriedade original da linguagem, tão particular que seria oportuno buscar um termo distinto para designar o tempo lingüístico e separá-lo assim das outras noções confundidas sob o mesmo nome”. (idem, p. 75). Em comunicação pessoal, o Professor Marco Antônio de Oliveira, ao se referir ao presente lingüístico, denominou-o como “não tempo” ou “tempo em aberto”. Essa compreensão do tempo possibilita-nos integrar a referenciação de todos os tempos cronológicos, inclusive o presente.

extenso número de termos provenientes da mesma relação: ontem, hoje, amanhã, na próxima semana, daqui a três anos, etc.

Além dos advérbios, Benveniste também analisa os tempos verbais como constituintes da categoria de índices de tempo. Em suas reflexões, destaca a importância do tempo presente da enunciação, do discurso, sendo que os demais “tempos”, inclusive o presente, só são criados (referenciados) a partir do tempo axial da linguagem. Em outras palavras, todos os tempos verbais (presente, passado e futuro) se distinguem uns dos outros através de sua relação com o presente da enunciação, como destaca o autor: “O presente lingüístico é o fundamento das oposições temporais da língua” (1989, p. 75). Em seguida, ele afirma que “a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é por natureza implícito.” (1989, p. 76). É essencial, portanto, que consideremos a relação entre os elementos indicadores de tempo e a presente instância do discurso. A própria língua apresenta-se a si mesma, por meio dos índices de pessoa e de tempo, os quais são colocados à disposição do locutor no momento em que ele se institui pela linguagem. Em última análise, Benveniste (1989, p. 53) enfatiza a importância do fator tempo lingüístico, ao afirmar que “é fácil ver que o domínio da subjetividade aumenta ainda ao anexar-se-lhe a expressão da temporalidade”.

Assim como o tempo, a noção de espaço também está circunscrita no âmbito do discurso, ou seja, toda e qualquer enunciação se dá sempre no aqui/agora, espaço da realidade do locutor. Sua característica central é que ele se define e se organiza em função do discurso. O espaço lingüístico, o “aqui” discursivo, é o lugar de onde alguém fala e se atualiza em cada ato enunciativo, configurando-se sempre como novo e original. Dessa forma, o espaço lingüístico é sempre específico e compreende suas próprias delimitações.

Por fim, cumpre-nos ressaltar que aqui denominamos “Espaço Base” ao espaço enunciativo, constitutivo da linguagem, da fala, do discurso; por isso é que ele integra todo e qualquer outro Espaço Referencial. A língua deve, por necessidade, ordenar o tempo e o espaço a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância de discurso.

3.6. A construção da referência no ato enunciativo

Este estudo se circunscreve no âmbito do processamento discursivo, expressão esta utilizada para nos referir a qualquer ação de linguagem que envolva a produção de sentido. Sendo assim, procuraremos apresentar um esboço teórico que fundamentará o quadro de referência através do qual pretendemos explicitar como se dá a implementação e

contraposição de Espaços Referenciais. Nesse sentido, uma questão se torna de fundamental importância: como se constitui um Domínio de Referência? Para respondê-la, primeiramente buscaremos identificar as operações envolvidas na referenciação. Em seguida, apresentaremos o processo pelo qual se implementam e se integram diferentes Domínios de Referência.

Defendemos, com Benveniste (1989), que o ato de utilização da língua introduz, em primeiro lugar, o locutor como condição essencial à enunciação. Esse processamento possibilita que sejam colocadas em cena várias e diferentes “representações cognitivas”, dentre as quais podemos citar a relação enunciador/enunciatório, bem como outras entidades linguísticas instanciadas principalmente pelo processamento dêitico:

Desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário. (BENVENISTE, 1989, p. 84).

A atividade discursiva pressupõe um locutor que, por meio da interação com o outro, seu alocutário, objetiva estabelecer uma relação com o mundo. A referência é, portanto, um aspecto crucial a ser levado em conta no ato da enunciação:

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir idênticamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Como se observa, o significado é co-construído no curso de uma interação. Não estamos tratando de um produto acabado, na forma linguística. A referência não é imanente ao texto. A mente humana recria o real, reorganiza a realidade, por meio de operações de discursivização. O processo de referenciação implica uma co-referenciação, pois evidencia a construção dialógica de referências, possível somente através da interrelação discursiva estabelecida entre os co-locutores instituídos no jogo comunicativo.

Segundo Benveniste, cada instância de discurso, compreendida na relação estabelecida entre o locutor e sua própria enunciação e, simultaneamente, com o alocutário, constitui um centro de referência interno no processo da enunciação. Nesse centro de referência interno, instituem-se o enunciador e o enunciatório, respectivamente, compreendidos em um tempo e espaço específicos:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala na sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação

faz com que cada instância do discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 84).

A referenciação caracteriza-se, portanto, por sua singularidade: a instância de discurso referencia-se a partir de um “eu”, que se apresenta por meio de índices específicos produzidos e atualizados na e pela enunciação, ou seja, ela é um evento único definido num tempo e num espaço. As categorias de pessoa, tempo e espaço se articulam em um “sistema de referências internas” configurando, desse modo, a construção de instâncias de discurso. Esse espaço/tempo da enunciação, da instância de enunciação, como um todo, é o espaço que delimita a referência/referenciação. Nesse sentido, entendemos que toda Instância de Enunciação representa um Espaço Referencial Básico (ERB).

Ganha relevo neste estudo a noção de dêixis, que, em sentido restrito, aponta para um ato de mostração corporal num apontamento verbal. Entretanto esse termo será incorporado também nos estudos acerca da referenciação e abrangerá a categoria de pessoa, espaço e tempo. Essa nova noção de dêixis requer a compreensão de uma premissa central, postulada por Benveniste (1989, 1995): a de um sujeito que, ao se instituir como “eu”, aponta para si próprio num ato particular, discreto, único de produção discursiva. Delineiam-se, desse modo, as linhas mestras da estrutura do “Aparelho Formal da Enunciação”, que se traduz pelo emprego de formas específicas através das quais a língua é atualizada.

Segundo Lopes (1998, p.108), o “Aparelho Formal da Enunciação” pode ser assim representado:

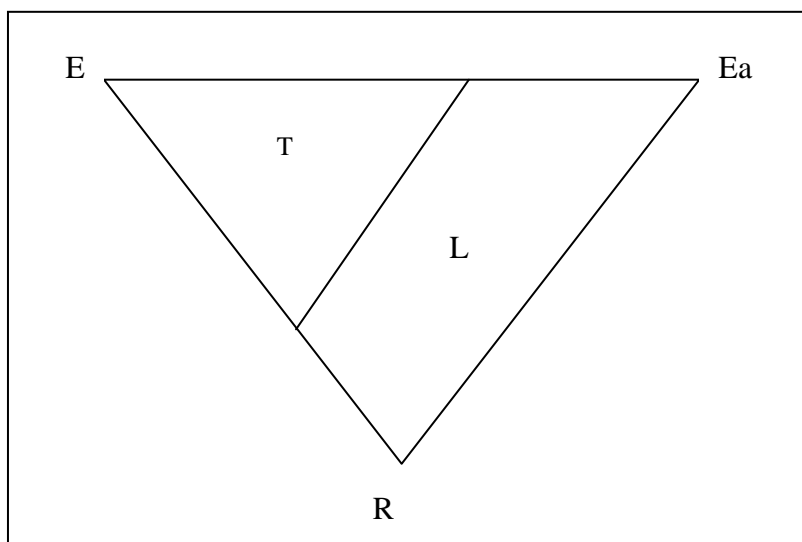


Gráfico (1) - Representação do Aparelho Formal da Enunciação

Essa estrutura favorece a percepção dos elementos envolvidos na instanciação do Aparelho formal da Enunciação, na implementação do processamento discursivo: um locutor (L), que se institui como enunciador (E) e que postula a presença de um alocutário (A), co-instituído na e pela atividade lingüística como enunciatário (Ea). Juntos, eles instanciam a referência (R) num tempo (T) e espaço (L) discursivos.

Adotar esses pressupostos é assumir que o Processo de Referenciação está condicionado à criação e articulação de Instâncias de Enunciação. A representação da estrutura e dinâmica da enunciação se constitui pela identificação, no âmbito do processamento discursivo, de instâncias de enunciação e das relações que se processam entre elas. Não há como produzir o sentido sem a criação e articulação de Instâncias de Enunciação, que se instituem como domínios cognitivos em que enunciados são interpretados.

Até o presente momento, fundamentando-nos nas ideias de Benveniste (1989, 1991), destacamos as operações envolvidas na referenciação, pertinentes à constituição do enunciador/enunciatário em determinado tempo e espaço discursivo. Falta-nos também compreender como se instituem e se integram diferentes Espaços de Referenciação concernentes ao ato de referenciar.

O ponto de partida para responder a essa questão pode ser encontrado na seguinte definição de Discursivização, apresentada por Nascimento e Oliveira (2004, p. 290):

Discursivização (D): criação, numa, e única, instância enunciativa, de um espaço de referenciação X, que integre, recursivamente, numa rede, todos os espaços de referenciação instituídos no processo discursivo.

Fundamentamo-nos, assim, em um aporte teórico segundo o qual o ato de colocar a língua em funcionamento, ou seja, a produção discursiva ocorre por meio da ativação e articulação simultânea de Espaços Referenciais no interior de uma única Rede de Espaços, que constitui o Plano-Base. Valemo-nos, assim, das reflexões de Martins (2000), que, advogando que o processamento dêitico é condição essencial para a implementação e integração de Espaços Referenciais, postula que a “Instância de Enunciação Zero (IE0) é o Espaço primitivo, o Espaço ERB, base para a criação e integração de todo e qualquer Espaço Mental¹³:

¹³ Estamos usando na presente tese a expressão “Espaços Referenciais”, a fim de destacar o caráter processual das operações discursivas. Essa expressão era usada inicialmente por Fauconnier, que posteriormente passou a adotar a nomenclatura “Espaços Mentais”, em virtude de ampliação de seu escopo teórico.

Desse modo, todas essas operações de construção de Espaços Mentais no âmbito do discurso nos levam a compor um quadro que possibilita compreender que a construção de tais Espaços dá-se em função da instauração de instâncias enunciativas no discurso, por operações de Gramaticalização/Semantização comandadas pelo processamento dêitico. Nesta perspectiva, pode-se dizer que a construção de Espaços Mentais no discurso é, na verdade, embasada pela relação discursiva que se processa entre o locutor, que se constrói como enunciador no processamento discursivo, e dá voz a outros enunciadores através de recursos advindos da língua, e o ouvinte, instituído no mesmo processo, como enunciatário. Nesse sentido, postula-se neste trabalho que instâncias enunciativas são, por natureza, Espaços Mentais. (MARTINS, 2000, P. 112).

Também nos valem das concepções teóricas de Fauconnier (1997), segundo as quais a linguagem é provida de recursos que viabilizam a implementação de diferentes Domínios de Referência, no interior de um Espaço-Base. Associamos essa noção de Espaço-Base à concepção de Espaço-R, da realidade do falante, criado automaticamente na implementação do processamento discursivo. Com base nessas reflexões, adotamos a proposição segundo a qual o Espaço-ERB só se implementa pela instauração de Instâncias de Enunciação, Espaços Referenciais Básicos. Salientamos, contudo, e como demonstraremos mais à frente, que toda Instância de Enunciação é um Espaço Referencial, mas nem todo Espaço Referencial é uma Instância de Enunciação.

Isso nos possibilita concluir que o Espaço ERB pode integrar, de maneira recursiva, outros Domínios de Referência, constituídos ou não por Instâncias Enunciativas. Caso ocorra a implementação de um ou mais espaços no interior de um Espaço ERB, a Referenciação ocorrerá no Domínio Único de Referência Integrado, no qual o conjunto dos enunciados será interpretado.

Passemos à análise da seguinte fala de Demóstenes Torres, procurador da Justiça e senador (DEM-GO), tal qual apresentada na revista *Veja*, com vistas a uma compreensão geral do assunto de que estamos tratando. Para melhor identificação e análise das Instâncias Enunciativas, apresentaremos a Instância de Enunciação Zero, que constitui o Espaço-ERB, entre chaves, a qual será assim representada: ERB{...}ERB. As demais instâncias enunciativas (Instância de Enunciação Um e Dois), que se instituem no interior do ERB, serão delimitadas entre colchetes, de acordo com as seguintes representações: IE1[...], IE2[...]. Também destacamos os itens funcionais responsáveis pela implementação e articulação das Instâncias Enunciativas, que se organizam hierarquicamente no interior do ERB. Passemos a este estudo:

(08)

ERB {Há duas bobagens incomensuráveis que regem o tratamento da criminalidade. A primeira é a **IE1 [decisão]** de governo de que a causa da violência repousa na pobreza. A outra **IE2 [diz]** ser premente substituir a atividade das polícias pelas ações de cidadania.}

ERB

(Veja, ed. 2067, 12 jul. 2008, p. 59) (grifos nossos)

Uma das mais básicas condições do discurso compartilhada entre locutor e alocutário é o próprio fato de sua constituição: o processamento discursivo é o veículo através do qual os participantes do ato verbal, designados pela relação “eu-tu”, instituem-se como atores de um conjunto de coordenadas espácio-temporais, geradoras da possibilidade de referência. As operações de referenciação se realizam, portanto, a partir do sistema de coordenadas “eu/tu-aqui-agora” da enunciação, elementos-chave para a construção da significação e que representam a base do funcionamento da dêixis.

O texto em análise apresenta uma série de elementos que apontam para a situação de enunciação: os participantes do ato verbal, bem como o tempo e o espaço em que eles se situam. Sua interpretação exige o conhecimento compartilhado da situação, sem o qual a eficácia comunicativa ficaria comprometida. Tem-se, assim, o conhecimento partilhado como elemento constitutivo do complexo de relações que se instituem no e pelo ato verbal.

Cada Instância de Enunciação, que representa um evento singular, ao construir a sua referência, constitui-se na relação “eu” (E = sujeito-enunciador) / “tu” (ET = sujeito-enunciatório), a qual se institui em um tempo (T) e em um espaço (L) discursivos, compondo, desse modo, a tríade enunciativa (enunciador-enunciatório-referência). A Instância de Enunciação Zero, que constitui o Espaço ERB, ao se instaurar no discurso, organiza-se em função do seu “eu” (E0), que institui um “tu” (ET0); do seu “aqui” (L0) e do seu “agora” (T0). No interior do ERB instauram-se e se articulam duas novas instâncias enunciativas (IE1; IE2), as quais são constituídas, por sua vez, na relação “eu” / “tu”, em seu tempo e espaço discursivos próprios. Os itens funcionais que possibilitam a instauração e integração dessas Instâncias Enunciativas são os *dicendi* “decisão” e “diz”, responsáveis por introduzir novas vozes no interior da fala do locutor/enunciador.

Tendo em vista o sistema de organização das enunciações, criado por Lopes (1998), o texto em análise apresenta a seguinte configuração:

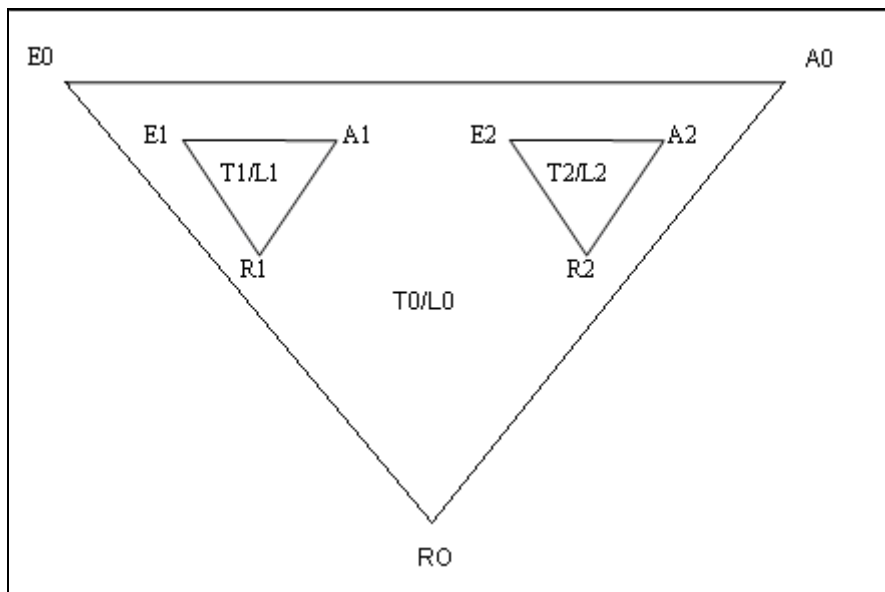


Gráfico (2): A construção de instâncias de enunciativas

Estamos considerando que cada Instância de Enunciação é um Espaço Referencial por natureza. No interior de ERB, ativam-se dois novos Espaços Referenciais (IE1, IE2), que se integram para formar o Espaço Único Integrado, domínio único de referência, onde se dá a referenciação do enunciado.

A partir desse exemplo, procuramos comprovar a tese benvenistiana de que “a referência é parte integrante da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 84), o que significa dizer que a relação “eu”/”tu” só se constitui, no processo de construção de sentido, por intermédio de operações de referência. Também procuramos delinear como as instâncias de enunciação, Espaços Referenciais por excelência, implementam-se e se integram em um único domínio de referência integrado. Nas próximas seções, trataremos, com maior esmero, dos elementos que constituem as operações de discursivização.

3.7. Conceção polifônica da enunciação

Discorrer acerca de uma visão polifônica da enunciação neste trabalho justifica-se, tendo em vista que estamos tratando da contraposição de Domínios de Referência no interior de um Domínio de Referência Integrado Único (ERB). Nesse sentido, o conceito de polifonia é de fundamental importância porque nos possibilita elencar alguns mecanismos sintático-discursivos de contraposição/integração de “vozes” que funcionam no processo de discursivização. Além disso, possibilita-nos identificar o processo por meio do qual se dá a constituição/integração de Instâncias de Enunciação tomadas como Espaços Referenciais

constituintes/constitutivos do processamento discursivo, além de outros Espaços Referenciais constituídos no interior de uma Instância de Enunciação Zero (ERB), formando-se, assim, uma rede polifônica.

Para tanto, vamos nos valer principalmente do aporte teórico de Ducrot (1987), Benveniste (1989), Lopes (1998), Fauconnier (1997) Fauconnier e Sweetser (1996) Fauconnier e Turner (2002). Destacamos, de antemão, que tais teorias não são convergentes, mas nos oferecem subsídios importantes para que possamos compreender como ocorre o processo de constituição/contraposição de vozes no interior de uma rede de Espaços Referenciais (ERB). Passemos a este estudo.

3.7.1. A enunciação polifônica de Ducrot

Interessa-nos, na presente tese, o pensamento de Ducrot (1987) segundo o qual é possível reconhecer, em um mesmo enunciado, a presença de diferentes vozes que se organizam hierarquicamente. A polifonia ocorre quando é possível diferenciar, em um texto, pelo menos dois tipos de “personagem”: o locutor e o enunciador. O locutor é aquele a quem se deve imputar a responsabilidade do enunciado, o ser a quem faz referência o “eu” e as marcas de primeira pessoa, à exceção do discurso direto.

Do enunciado, podem-se destacar outras vozes, diferentes da do locutor. Os seres responsáveis por essas diferentes vozes são designados como enunciadores, conforme define Ducrot (1987, p. 193): “o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes”. Os enunciadores, portanto, são os seres cujas vozes ecoam no enunciado. O enunciado, portanto, apenas reflete o ponto de vista, a posição, a atitude dos enunciadores, mas não suas palavras, no sentido material do termo.

A responsabilidade pelo enunciado cumpre ao locutor, aquele que dá existência, através deste, a enunciadores cujos pontos de vista e cujas atitudes ele organiza. O próprio posicionamento do locutor pode ser atribuído a um enunciador. O locutor está na origem do discurso, enquanto as atitudes expressas neste são atribuídas a enunciadores, que nele deixam entrever seus pontos de vista.

Também não podemos deixar de considerar os estudos desse autor acerca da conjunção “mas”, tendo em vista que sua função discursiva se atrela praticamente ao papel polifônico que certas estruturas podem acomodar. Para Ducrot (1987), a descrição de um enunciado introduzido pela conjunção “mas” não ocorre em virtude de uma oposição marcada

por uma relação de adversidade entre dois segmentos, e sim devido a uma relação interdiscursiva expressa na enunciação, em que a oposição revela-se pelo não engajamento do discurso do outro. Alguém que recebe um convite para ir ao cinema poderá ouvir de seu interlocutor a seguinte resposta:

(09) Este filme é realmente muito bom, mas eu estou cansado.

Para Ducrot, o enunciado acima compreende uma estrutura do tipo “p mas q”. Trata-se de um enunciado complexo, cuja responsabilidade é atribuída a um determinado locutor, que coloca em cena dois enunciadores os quais argumentam em sentidos opostos. O primeiro enunciador argumenta favoravelmente a assistir ao filme, enquanto o segundo manifesta posicionamento contrário, conforme se observa a partir do segmento introduzido por “mas”. A voz do locutor se identifica com o ponto de vista do enunciador desse segmento.

Não podemos desconsiderar essa valiosa contribuição de Ducrot, contudo destacamos algumas críticas que recaem sobre sua teoria:

- a) a contraposição com “mas” não se estabelece apenas entre argumentos de enunciadores distintos. Na presente tese, observaremos que a contraposição, que tem como base a contrafactualidade, pode ocorrer, por exemplo, entre pontos de vista distintos originários de um único locutor em um mesmo Espaço de Referência ou se configurar entre espaços, a partir de verbos epistêmicos;
- b) a teoria de Ducrot não prevê que as Instâncias Enunciativas se articulam no discurso, em cujo âmbito se constrói(em) seu(s) respectivo(s) enunciadore(s), com tempo e espaço lingüisticamente determinados, constituindo-se, assim, uma rede de Espaços Referenciais.

Para fundamentar nossas críticas, passemos à análise do seguinte trecho de um diálogo entre documentador e informante, que conversam sobre peça teatral:

(10)

Doc. você já havia dito pra gente... que::: o cenário às vezes não é muito importante... que muitas peças de teatro são muito bem aceitas... sendo que elas não foram não têm cenário certo? ... então gostaria de saber o seguinte você lembra de alguma peça que tenha feito

bastante sucesso... que tenha atinGIdo realmente a ma/ a massa... e que não tenha cenário? e se você lembrar daria pra você dizer pra gente?

Inf. Recentemente... Chico Anísio tinha um espetáculo em São Paulo ... ((pigarreou)) ele:: se apresentava sozinho... **a não ser com** o conjunto musical e alguns recursos de:: slides sendo projetados na:: na parede no finzinho da peça... coisa que durou:: cinco ou dez minutos no máximo... fora isso cenário não existia nenhum... e a peça fez muito sucesso... **mas** daí aí ainda existiam recursos técnicos ... **agora** um um exemplo óbvio... de:: que cenário é secundário e a interpretação dos artistas é o principal... é uma peça que:: eu assisti outro dia não está:: em temporada em São Paulo... foi apresentada pelo Teatro Popular do Sesi... eu assi:: de surpresa ia passando em frente ao Teatro municipal vi que estava anunciada a peça entrei... inclusive pensei que tinha que pagar ingresso:: e fiquei contente não tinha era grátis ((risos))... o Teatro Municipal estava completamente lotado... e não é pelo fato de ter sido grátis... de não ter sido cobrado ingresso... para todo aquele público... que a peça faria sucesso... porque se o público não gostasse teria saído antes de terminar... **ou**:: no intervalo de um ato para outro **ou** então não teria batido palma no fim... e no final da peça todo mundo aplaudiu de PÉ... uma peça do Molière... foi adapta::da... evidentemente... para atingir a:: um público... não tão culto... talvez né? não sei... **e**:: fez um sucesso tremendo e não não não... possuía cenário nenhum recursos técnicos nenhum nada nada nada a não ser os artistas trabalhando... e um roupagem exTREMamente simples realmente... **e**:: fez um sucesso enorme... **ma::s** (você) deve lembrar um pouquinho... voltando para:: no tempo que:: séculos e séculos atrás o teatro fazia sucesso... atingia totalmente as massas... em roma na Grécia... **e**:: não existia cenário nenhum... os artistas interpretavam em cima de blocos de pedra **e**:: faziam sucesso... quer dizer cenário é PUramente secundário o PRINCipal É a interpretação é o valor DO artistas só isso.

(DID SP 161) (grifos nossos)

O modelo de processamento discursivo adotado nesta pesquisa fundamenta-se na proposição de que todo o texto configura-se em termos de um Espaço de Referência Básico - ERB e que todos os demais Domínios Referenciais são implementados e articulados em função desta. Esse domínio deve ser compreendido como o Espaço Base, da realidade do falante (ERB), que é construído no aqui/agora do discurso. Não privilegiamos, dessa forma, a análise de enunciados isolados, desvinculados do contexto enunciativo criado no e pelo discurso.

Além disso, no interior do texto/discurso, um olhar atento sobre o funcionamento do “mas” nos permitirá concluir que as duas ocorrências desse conector se afastam do tipo de

estrutura “p mas q”, analisada por Ducrot. Na primeira ocorrência de “mas”, observa-se que a contraposição de pontos de vista não se estabelece entre um e outro enunciado apenas, mas entre um enunciado e um conjunto de enunciados. É certo também que no interior de um mesmo espaço interlocutivo, de responsabilidade de um mesmo locutor, articulam-se dois pontos de vista – duas vozes – que se contrapõem, sendo o segundo deles argumentativamente dominante. Nesse sentido, o sucesso da peça poderia ser atribuído, em certa medida, à presença de recursos técnicos.

Análise semelhante poderíamos empreender em relação à ocorrência do segundo “mas”. A que o segmento que ele introduz se contrapõe? Observe-se que não há uma contraposição de pontos de vista no interior de um único enunciado imputado ao locutor. O segmento introduzido por “mas” também não se contrapõe aos enunciados anteriores. A ocorrência desse operador discursivo serve para opor diferentes argumentos que integram o conjunto de pontos de vista defendido pelo locutor/enunciador no interior de um mesmo Domínio de Referência.

No interior do excerto de texto em análise, destacamos também outros operadores discursivos (e, ou, agora, a não ser com) que também atuam na base de enunciados que fazem parte de um Domínio de Referência Integrado em que se evidencia a contraposição de vozes. A teoria de Ducrot restringe-se ao “mas” e não abarca esses e outros operadores. Não vamos ater neles agora, mas, na presente tese, eles também serão objetos de análise.

A fim de compreendermos melhor como ocorre a implementação e integração de diferentes vozes no interior do ERB, o que evidencia um caso de polifonia, passaremos aos estudos de Lopes (1998), que certamente agregam grande valor à presente tese.

3.7.2. A noção de polifonia defendida por Lopes

Lopes (1998) considera que o processo de referenciação se dá em planos enunciativos. Isso significa que outros planos, correspondentes a outras instâncias enunciativas, são articulados no interior de um plano maior, que corresponde à IE0, ou ERB conforme a nomenclatura utilizada na presente tese, e que engloba a totalidade da referenciação. Cada um desses planos tem o seu domínio de referência, e, juntos, eles constituem uma Rede de Espaços Referenciais. A polifonia se constrói, assim, na articulação desses sistemas enunciativos. Para essa autora,

“cada uma das Instâncias de Enunciação que constitui um discurso constrói seu(s) enunciador(es) não só assumindo uma certa responsabilidade na instância enunciativa, mas também [...] estabelecendo planos enunciativos que se articulam, com pontos de vista, “tempos” e “lugares” específicos, lingüisticamente constituídos em cada um desses planos” (LOPES, 1998, p.104).

A integração das Instâncias de Enunciação resulta de uma configuração hierárquica e recursivamente instituída no/pelo processamento discursivo. O exemplo (08) analisado anteriormente mostra com clareza como se dá esse processo de implementação e hierarquização de Instâncias Enunciativas. Em tal exemplo, destacam-se as formas de dizer, criadoras e articuladoras de Instâncias de Enunciação. É preciso enfatizar ainda, juntamente com Lopes (1998, p.164), que a

polifonia não pode ser vista apenas como uma pluralidade de vozes no texto, como resultado de pontos de vista, enfim, como produto. Mais do que isso, ela deve ser vista como pluralidade de instâncias de enunciação, pluralidade de tempos e de espaços discursivos, processados por operações lingüísticas que se dão na interface de várias dimensões discursivas.

Nesse sentido, a polifonia deve ser estudada como uma propriedade do discurso, da discursivização, visto que representa um “processo constitutivo de articulação de Instâncias Enunciativas no discurso, nas quais enunciadores e enunciatários manifestam-se e enunciam seus discursos.” (Lopes, 1998, p. 104). A integração das Instâncias de Enunciação, portanto, decorre do caráter dialógico, heterogêneo, polifônico da linguagem. Considerando que a construção e integração de Espaços Referenciais está intrinsecamente ligada ao modo de construção de Instâncias Enunciativas, estudaremos com mais profundidade esse assunto, quando tratarmos da representação da estrutura e dinâmica da enunciação.

Para além dos estudos efetivados por Lopes (1998), estamos defendendo a hipótese que toda Instância Enunciativa se configura como um Espaço Referencial, caracterizado como o Espaço Base, da realidade do falante (ERB); um Domínio de Referência Integrado Único em que, na relação enunciador/referência/enunciatário, processa-se a significação dos enunciados, como assevera Benveniste em “O Aparelho Formal da Enunciação” (1989). Observamos, também, que, além das Instâncias Enunciativas, existem outras possibilidades de implementação e integração de Espaços Referenciais no interior de um Domínio de Referência Integrado Único, assunto este que também não foi explorado por Lopes (1998), mas que ganha importância significativa em nossos estudos, uma vez que envolve a instituição e contraposição de vozes, o que favorece, sobremaneira, a construção do conceito de polifonia que ora estamos tentando delinear. É o que vamos abordar em seguida.

3.7.3. *Polifonia e a mesclagem de Espaços Referenciais*

Vamos nos valer agora da teoria desenvolvida por Fauconnier (1997), Fauconnier e Turner (2002), autores segundo os quais a linguagem possui diferentes recursos que nos possibilitam a criação de diferentes domínios cognitivos. Fauconnier (1997, p. 149), discorrendo sobre o processo de mesclagem, ressalta que pensamento e linguagem dependem, entre outras coisas, de nossa capacidade de manipular redes de projeções entre espaços. Tais projeções se efetuam a partir de construções locais de espaços e conexões estabelecidas com base no discurso cotidiano. Todas as formas de pensamento são criativas no sentido de que produzem novos *links*, novas configurações e, correspondentemente, novos significados e novas conceptualizações.

Estamos partindo do pressuposto de que o domínio básico do processo de Referenciação configura-se em termos da ERB, em função do qual todos os demais Domínios Referenciais serão construídos e articulados. Nesse sentido, podemos afirmar que a implementação e integração de Espaços Referenciais resulta primeiramente da caracterização de Instâncias Enunciativas no processamento discursivo, visto que todo “Espaço-Origem”, ou situação *default*, identifica-se com a instância fundadora do discurso (ERB).

É importante destacar também que a implementação de Instâncias Enunciativas decorre, necessariamente, das operações básicas de Identificação, Integração e Imaginação. A contrafactualidade é uma propriedade constitutiva dessas três operações e não há como proceder a uma investigação do processamento discursivo sem que tal fenômeno seja levado em conta. Portanto a contrafactualidade é uma propriedade básica do processo de Discursivização.

Ao assumirmos que as Instâncias Enunciativas são um dos tipos de Espaço de Referência, estamos assumindo também que o caráter polifônico de um texto resulta do processamento de uma rede de Espaços Referenciais. Há que se considerar, contudo, que nem todos os Domínios de referência se constituem a partir da implementação de Instâncias de Enunciação, no interior do Espaço Base (ERB). Outros tipos de Espaços Referenciais são construídos a partir de recursos fornecidos pela própria situação de discurso. É o caso, por exemplo, dos espaços construídos a partir dos verbos epistêmicos. A título de ilustração, observe-se o seguinte comentário de Tony Bellotto, quando, ao caminhar pela praia de Ipanema, no Rio de Janeiro, encontrou Batman e Robin num botequim bebendo cerveja:

(11)

ERB { **Achei** que era Carnaval antes da hora, **mas** como era reduto gay, não estranhei. } ERB

(<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/robinho-caso-estupro-417869.shtml>) (grifos nossos)

Nesse enunciado, a forma verbal epistêmica “achei” cria um Espaço de referência contrafactual, que se opõe ao ERB, o espaço da realidade do falante. Esse espaço, criado no interior do Espaço-Base, delimitado no texto pelas chaves, a este se integra e, juntos, formam um terceiro espaço, onde se dá a referenciação do texto como um todo. Observe-se que o segmento introduzido por “mas” deve ser interpretado no domínio de ERB, o espaço da realidade do falante, daí considerarmos tal operador discursivo como sendo de primeira pessoa. Nesse sentido, assumimos que todo texto é polifônico, uma vez que evidencia a contraposição de diferentes vozes/perspectivas no interior de um Domínio de Referência Integrado Único.

Também não podemos deixar de considerar outros casos de manifestação da polifonia, como a contraposição de vozes na troca de turnos e as diferentes perspectivizações no interior de uma única voz. Exemplo desse último caso é o que analisamos em (10) neste capítulo. Exemplos como esses serão analisados com maior profundidade nos capítulos 3 e 4.

A perspectivização também é assunto intrinsecamente relacionado ao fenômeno da polifonia e que estudaremos com maior profundidade ainda neste capítulo. Tomando como base a teoria dos Espaços Mentais, Sanders e Redeker (1996), ao tratar do processo de embutimento de vozes no interior de uma única rede de espaços, discorrem sobre a perspectivização. Ressaltamos que, para esses autores, a mesclagem de vozes resulta da expressão da visão subjetiva de um sujeito de discurso, que importa para a sua elocução a expressão subjetiva de outro falante. Desse modo, o discurso do outro é perspectivizado sob a responsabilidade desse sujeito discursivo, que deve se responsabilizar pelo modo como a voz do outro será focalizada. Nesse sentido, também podemos afirmar que todo texto é polifônico.

3.7.4. Por uma conceituação de vozes e de polifonia

Ao tratarmos de uma concepção polifônica de enunciação, procuramos explicitar a manifestação da polifonia no processamento discursivo, focalizando sua ocorrência na construção e articulação de Instâncias de Enunciação, bem como na implementação e integração de outros Espaços Referenciais no interior de um ERB. Configura-se, desse modo, uma rede polifônica instituída por diferentes “vozes” hierarquicamente organizadas e

indiciadas no texto. Estamos utilizando o termo “vozes” para nos referir quer a asserções, ou proposições; quer a espaços referenciais constituídos por Instâncias de Enunciação; quer a outros Espaços Referenciais configurados em função de elementos constituintes básicos de uma Instância de Enunciação, tais como tempo, espaço, pessoa (do discurso), como aqueles implementados pelos epistêmicos.

Essas concepções nos permitem operar com os seguintes pressupostos:

- a) o domínio básico do processo de Referenciação configura-se em termos da Instância de Enunciação Zero, em função da qual todos os demais Domínios Referenciais serão construídos e articulados. Esse domínio deve ser compreendido como o Espaço-Base, da realidade do falante (ERB);
- b) a integração das Instâncias de Enunciação dá-se por uma configuração hierárquica e recursivamente instituída no/pelo processamento discursivo;
- c) o Espaço de Referência Básico - ERB pode integrar, recursivamente, outros Espaços de Referência, constituídos, ou não, por Instâncias Enunciativas;
- d) o ERB, bem como os demais Espaços de Referenciação que ele venha a integrar, não se indicia de forma linear na materialidade do texto, mas de forma multidimensional.
- e) a contrafactualidade possibilita ao homem realizar a integração conceitual e proceder à Referenciação; portanto, a contrafactualidade é uma propriedade básica do processo de Discursivização;
- f) processualmente considerada, a noção de polifonia pode ser vista como atributo de um mesmo e único processo: a integração hierárquica e recursiva de Espaços Referenciais que constituem um Domínio de Referência Integrado Único (ERB).

Em suma, podemos afirmar que a polifonia é uma propriedade constitutiva de todo e qualquer texto/discurso. O texto, operacionalizado como evento comunicativo, representa uma complexa rede pluridimensional constituída a partir da implementação e integração de Instâncias Enunciativas, além de outros diferentes tipos de Espaços Referenciais. Isso significa que todo texto é formado sempre por um Espaço Referencial integrado, resultante das operações responsáveis pela sua própria construção, ou seja, resultante da integração de/com os demais espaços. Por isso, apresentaremos, a seguir, em sua essência, como se processa a estrutura e dinâmica da enunciação.

3.8. A representação da estrutura e dinâmica da enunciação

Retomemos aqui o conceito de Instâncias de Enunciação, um modelo de organização dialógica, que pode ser representado pela tríade enunciativa Enunciador (E) / Enunciatário (Ea), Tempo (T) e Espaço (L) discursivos, em que se constrói a Referência (R).

Faz-se necessário identificar, no enunciado, as vozes que o compõem, ou seja, é preciso delimitar, a partir da materialidade linguística do texto, a instauração de cada Instância Enunciativa. Para tanto, é importante ter em mente que toda Instância de Enunciação é introduzida por uma “forma de dizer”. Magalhães (1998) relaciona o seguinte conjunto de itens lexicais e/ou recursos linguísticos que compreendem essas formas de dizer e que são, portanto, responsáveis por ativar a construção de Instâncias Enunciativas no discurso através do processamento dêitico: instauração da “situação *default*”, uso de verbos *dicendi*, nomes deverbais, termos de elocução, parênteses, aspas, dois pontos e travessão. Passaremos a descrever alguns desses mecanismos, dada a sua manifestação no discurso oral e tendo em vista a sua importância no processo de Referenciação:

I - **instauração da situação *default***: diz respeito à entrada súbita da voz de um locutor, que, ao introduzir uma operação de discursivização, institui-se como enunciador e ativa uma Instância de Enunciação. Essa Instância compreende todo o processamento do discurso, desde o momento em que o locutor introduz a sua fala até o final desta. Sendo assim, todo evento comunicativo, qualquer que seja sua extensão, constitui/é constituído por uma Instância de Enunciação, que representa o plano base de todo o discurso, a qual intitulamos Instância de Enunciação Zero - IE0, ou Espaço ERB, e a partir da qual poderão se instituir outras Instâncias de Enunciação. Ao fazer uso da palavra, o locutor constitui-se como o Enunciador Zero - E0 e se dirige a um alocutário, constituído como o Enunciatário Zero - Ea0. O tempo e o espaço relativo a essa IE0 são sempre o “aqui” e o “agora” da realidade do locutor/enunciador. O presente (e aqui estamos falando do tempo linguístico, não do “presente” referenciado) é o tempo zero da enunciação. Na criação de outras Instâncias de Enunciação no interior da Instância de Enunciação Zero, outras formas de dizer são ativadas por meio dos seguintes itens lexicais:

II – **verbos *dicendi***: são verbos que referenciam uma elocução distinta da voz fundadora do discurso. Nesse grupo, além dos verbos “falar” e “dizer”, comumente usados para introduzir uma informação básica, neutra, podemos citar outros como “afirmar”, “citar”,

“comentar”, “explicar”, “expor”, “pronunciar”, “falar”, “nomear”, “chamar”, “denominar”, “designar”, “determinar”, “advertir”, “fixar”, “postular”, “notificar”, “avisar”, “aventar”, “murmurar”, “sussurrar”, “resmungar”, “acusar”, “esbravejar”, “condenar”, “espantar-se”, “indignar-se”, “extrapolar”, “enfurecer-se”.

III – **nomes deverbais**: são nomes que possuem, no léxico, um correlato de origem verbal e que também funcionam como criadores de Instâncias de Enunciação, tais como: “comentário” (comentar), “queixa” (queixar), “protesto” (protestar), “confidência” (confidenciar), “desabafo” (desabafar), “resposta” (responder), “escrita” (escrever), “promessa” (prometer) e “sugestão” (sugerir).

V - **termos de elocução**: são nomes que, no discurso, evidenciam a ativação de uma nova Instância de Enunciação, por formalizar uma elocução, um dizer. Esses, diferentemente dos deverbais, não se originam de verbos. Magalhães (1998, p.140-145) apresenta os seguintes exemplos desse recurso: itens lexicais como “palavra”, “concepção”, “lei”, “plebiscito”, “autor”; palavras e expressões modalizadoras de elocução, tais como “segundo”, “de acordo com”, “em relação a”; os “sintagmas especiais de elocução” cujo “foco está dirigido para o adjetivo e não para o substantivo como ocorre, de forma geral, em relação aos sintagmas nominais”, como “virulência verbal”, “contestação discursiva” e “costura de alianças”.

Em síntese, é fundamental ter em mente que a construção de Instâncias de Enunciação no discurso deve-se à configuração de uma nova relação enunciador-enunciatório, através da qual se institui um novo parceiro interlocutivo em um tempo/espaço específico determinado pelo aqui/agora de cada Instância Enunciativa.

Esclarece-se, desse modo, como se dá a ocorrência da polifonia, nesse contexto entendida como a superposição de diferentes vozes no discurso. Nossa proposta, com isso, é ultrapassar a visão simplista de enumerar “pessoas ou entidades” concretas que emergem no discurso, na perspectiva de explicitar a implementação e integração de diferentes vozes no interior de um mesmo Domínio de Referência - ERB.

Para exemplificar como se dá a construção de Instâncias de Enunciação, procederemos à análise de uma carta do Consulado-Geral do Japão em São Paulo, publicada na Revista Veja, que nos ajudará a compreender esse processo.

Antes de começar a análise propriamente dita, é importante ter em mente que a referência só pode ser considerada em função da dinâmica do discurso, opondo-se, portanto, à visão que a marca como denominação pura de um referente. Diferenciamos, assim, os itens lexicais dos itens funcionais. O conhecimento lexical (léxico) é composto de itens referenciais e não referenciais. Estes últimos, denominados itens funcionais, só cumprem sua função comunicativa, caso sobre eles e com eles seja operada uma ação lingüística.

Lembramos também que a construção de Instâncias de Enunciação no discurso deve-se à configuração de um novo enunciador, que, por sua vez, institui um novo enunciatário em um tempo/espaco específico determinado pelo aqui/agora de cada Instância Enunciativa. Os itens funcionais destacados no texto abaixo são responsáveis pela articulação de diversas Instâncias de Enunciação, que se organizam em níveis enunciativos hierarquicamente organizados em função da construção da referência de cada Instância Enunciativa.

Passemos a este estudo:

(12)

ERB {O governo japonês **IE1** [lamenta] **IE2** [a publicação] das fotos como sendo do Exército japonês, sob o **IE3** [título] “Os verdadeiros imperdoáveis”, na **IE4** [revista] VEJA datada de 31 de janeiro. É extremamente lamentável que essa renomada **IE4** [revista] **IE5** [publique] **IE6** [considerações] baseadas em fotos cuja veracidade não pode ser comprovada, pois não **IE7** [fornece a informação básica] do local onde foram tiradas. Em relação aos **IE8** [trechos] “tenacidade da recusa do Japão oficial em enfrentar a própria história” e “mais do que reconstruir o país e transformá-lo num prodigioso sucesso econômico, o maior feito da história recente do Japão foi enterrar esse passado tenebroso”, primeiramente **IE0** [esclarecemos] que, em relação às **IE9** [questões] do passado, o governo japonês **IE10** [tem manifestado], até os dias atuais e de inúmeras formas, [a sua retratação] e o seu **IE11** [pedido] de desculpas. A nossa nação está profundamente arrependida por ter ocasionado, no passado, sofrimentos e dificuldades imensuráveis às pessoas da Ásia. E, com base nesse profundo arrependimento, por mais de sessenta anos vem defendendo a administração da liberdade e da democracia, dos direitos humanos básicos e da justiça, como uma nação livre e democrática; e, por meio da contribuição para a paz mundial, tem demonstrado o sincero arrependimento com atitudes reais, o que será mantido para sempre. Portanto, **IE12** [afirmar] que o Japão “se recusa oficialmente a enfrentar a própria história” é desconsiderar unilateralmente as atitudes acima **IE13** [mencionadas], o que é lamentável.

Masuo Nishibayashi

Cônsul-geral do Consulado Geral do Japão em São Paulo.} **ERB**

Revista Veja, São Paulo, 7 fev. 2007, p. 42.

(Observações e grifos nossos)

Nessa carta, o locutor, aqui identificado como Masuo Nishibayashi, em nome do governo japonês, toma da palavra e institui o alocutário, identificado, em primeiro plano, como sendo a Revista Veja e, por extensão, os seus leitores, a quem os esclarecimentos prestados pelo Consulado Geral do Japão devem interessar. Esse texto elucida o “quadro figurativo da enunciação” desenhado por Benveniste (1989, p. 87), que se caracteriza pelo estabelecimento de uma situação de interlocução cuja cena apresenta, de um lado, aquele que fala e, de outro, aquele com quem se fala. Essas duas “figuras” indiciam, respectivamente, no discurso, a origem e o fim da enunciação. Além disso, deve-se prever a alteridade entre os sujeitos falantes, sendo que, em um momento, aquele que foi instituído como o fim da enunciação - o alocutário -, em outro momento se tornará a sua origem - o locutor. Atente-se ao fato de que essa carta é uma resposta a uma publicação feita pela Revista Veja. Por fim, é importante destacar que cada Instância de Enunciação se situa num tempo e num espaço específicos, em harmonia com as demais Instâncias de Enunciação.

Na carta em análise, instaurou-se a instância **IE0**, o Espaço **ERB**, a partir de uma situação *default*, a instância básica responsável por fundar o discurso e que se confunde com a imagem do locutor. Esse plano base foi instituído, em um primeiro momento, sem a utilização de qualquer recurso dêitico que apontasse para o autor do texto como um dos enunciadores instituídos no e pelo discurso. Essas marcas lingüísticas são explicitadas, no interior do texto, através da desinência do verbo “esclarecemos” e do uso do possessivo “nossa”. Como se percebe, esse enunciador, indiciado pela dêixis de 1ª pessoa do plural, não só se identifica como a voz que fala no texto como também institui o governo japonês como seu co-enunciador, sendo essa referência construída na relação entre as informações gramaticais explicitadas no enunciado e a própria instância em que se localiza. Instituiu-se a **IE1** através do verbo *dicendi* “lamentar”, que, no processamento discursivo, designa uma situação de elocução expressa no presente, imputada ao governo japonês. Para além da simples ação de dizer, registra-se, com esse emprego verbal, o sentimento manifestado por esse enunciador.

A configuração das **IE2** a **IE8** nos possibilita a identificação e caracterização do enunciatário, representado pela Revista Veja. As **IE2** e **IE3** indiciam-se, respectivamente, através do deverbis “publicação” e do termo de elocução “título”. O termo de elocução

“revista” invoca uma nova Instância de Enunciação, a **IE4**. Esse termo será retomado anaforicamente logo em seguida, não constituindo, portanto, uma nova Instância de Enunciação. Nessa retomada, o enunciador deixa transparecer a importância desse veículo de comunicação frente à opinião pública. A **IE5** é instaurada pelo verbo “publique”, que tem como complemento a **IE6**, indiciada pelo deverbais “considerações”. A **IE7** é colocada em cena através da estrutura “não fornece a informação básica” relacionada ao termo “fotos”. O termo de elocução “trechos” referencia uma nova Instância de Enunciação, **IE8**. Esse termo vem acompanhado de alguns comentários apresentados entre aspas, os quais constituem um discurso reportado. Nesse caso, as aspas não chegam a construir uma nova Instância de Enunciação, uma vez que as informações já vieram introduzidas por uma outra forma de dizer. A **IE9** é deflagrada pelo deverbais “questões”, que sintetiza, ao mesmo tempo em que suaviza, as ações dos japoneses sobre os povos asiáticos. Esse deverbais, oriundo do *dicendi* “questionar”, deixa a entender que as ações praticadas são passíveis de discussões. Temos em **IE10** e **IE11** duas Instâncias de Enunciação deflagradas, respectivamente, a partir dos segmentos “tem manifestado”, “a sua retratação” e “pedido”, que poderiam ser substituídos pelos *dicendi* “retratou-se” e “pediu”, ações estas imputadas ao governo japonês. A configuração de **IE12**, indiciada pelo *dicendi* “afirmar”, instancia-se, no processamento discursivo, como uma menção à atitude tomada pela Revista Veja. Mais uma vez, as aspas serão desconsideradas como introdutoras de Instâncias Enunciativas, por se vincularem a um verbo *dicendi* anteriormente expresso. Por fim, tem-se a instauração da **IE13**, expressa pelo particípio “mencionadas”, que é um processo de retomada de **IE0 (ERB)**, pois deixa entrever a voz desse enunciador.

O tempo enunciativo, eixo gerador, o presente da enunciação, possibilita as marcas de tempos gramaticais expressas por verbos e locuções verbais tais como “lamenta”, “fornece”, “tem manifestado” e “vem defendendo”. Outro elemento dêitico que, sempre em função do tempo da enunciação, também referencia o tempo presente é a expressão adverbial “até os dias atuais”. Outros verbos e expressões temporais relativamente ao passado e futuro também são relacionados no texto, tais como: “foram tiradas”, “datada de 31 de janeiro”, “história recente do Japão”, “foi enterrar”, “passado tenebroso” e “será mantido para sempre”. A dêixis temporal tem, no “agora”, o marco de referência para a localização temporal. O tempo, tal como o concebemos através da linguagem, é de natureza dêitica: presente, passado e futuro não são noções absolutas; ao contrário, relativizam-se de acordo com o momento, o presente, o “tempo aberto” da enunciação.

Estamos considerando que a interlocução é configurada como sendo entre o “governo japonês” e o público leitor da Revista Veja. Esse texto exemplifica, portanto, um caso de contraposição entre Espaços Referenciais constituídos por diferentes “falas”. Dessas operações, que se caracterizam pela ativação das propriedades dos itens funcionais, resulta a distinção entre os diferentes planos enunciativos que configuram esse texto/discurso. De acordo com o sistema de organização das enunciações, criado por Lopes (1998), podemos apresentar a seguinte configuração para a construção de Instâncias Enunciativas relacionadas nesse texto:

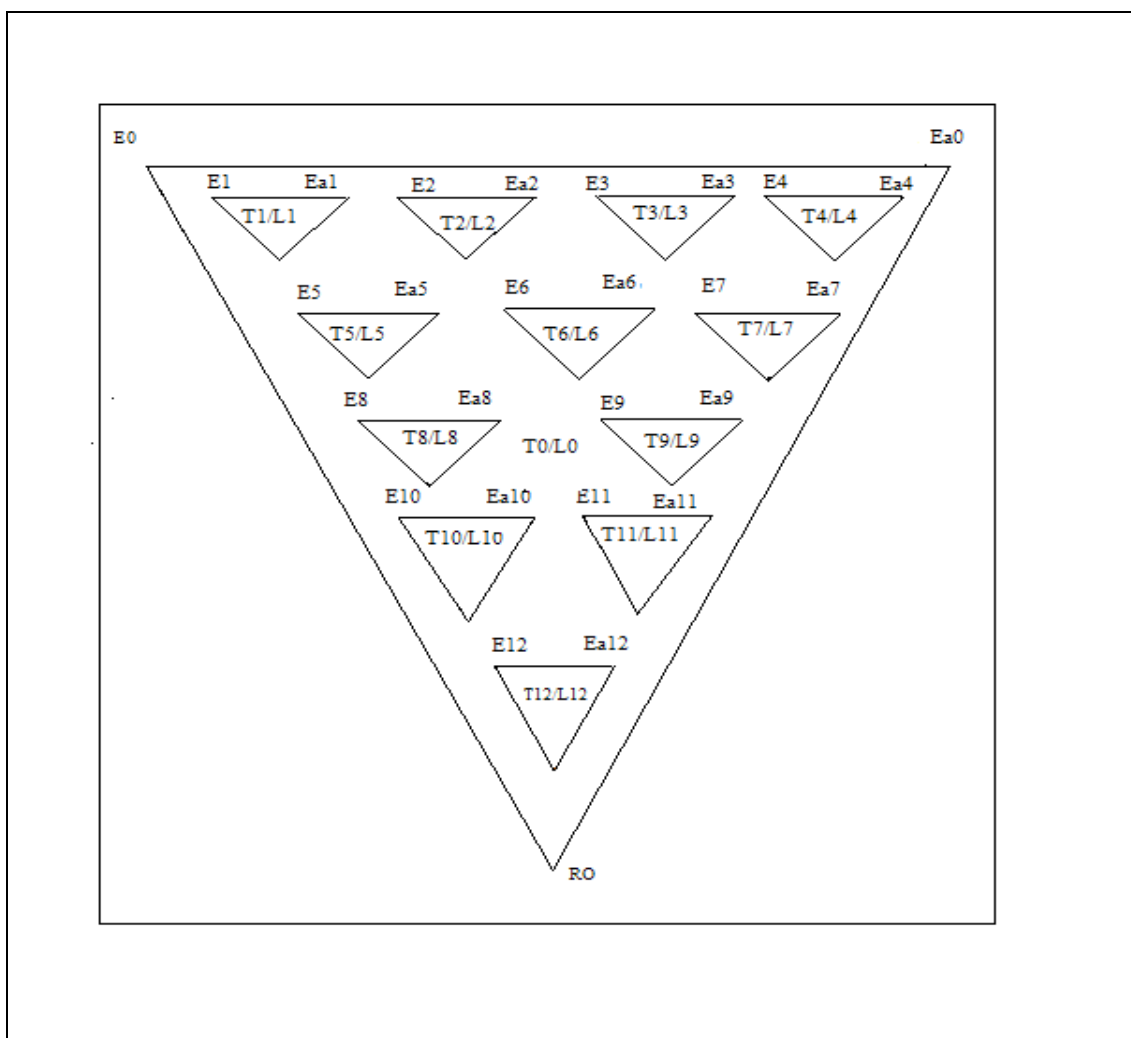


Gráfico (3) - Representação de instâncias enunciativas

A construção de Instâncias de Enunciação decorre principalmente da habilidade do locutor em operacionalizar os recursos lingüísticos que possibilitarão a enunciação pretendida. Conforme apresentado, o **ERB**, a que denominamos situação *default*, é básico para a

construção e integração de outras Instâncias de Enunciação. As diversas instâncias articuladas em seu interior mantêm um quadro de referência próprio ao mesmo tempo em que se subordinam ao **ERB**, já que são semantizadas e gramaticalizadas no interior deste. Esclarece-se, desse modo, como se dá a ocorrência da polifonia, nesse contexto entendida como a superposição de diferentes vozes instauradas no discurso. Nossa proposta, com isso, é ultrapassar a visão simplista de enumerar “pessoas ou entidades” concretas que emergem no discurso, na perspectiva de reafirmar a importância da seleção de itens funcionais na construção do processo de referenciação.

3.9. A implementação e integração de espaços referenciais

Ao propor uma descrição do “mas” em um quadro enunciativo e definidas as noções de linguagem e de Instância de Enunciação, pretendemos refletir agora sobre a criação e articulação de Espaços Referenciais no processamento discursivo. Na oportunidade, discutiremos sobre a função dos operadores discursivos na integração de Espaços Referenciais.

Vamos nos valer, para tanto, da Teoria da Integração Conceitual, de Fauconnier & Turner (2002), autores que destacam a importância das operações cognitivas para os seres humanos: a capacidade de mesclar diversos Espaços Mentais e, a partir dessa mescla, criar novos Espaços que possuem uma estrutura emergente.

Queremos ressaltar, de antemão, que não vamos operar com determinados conceitos tal como se vem geralmente fazendo no âmbito dessa teoria. Evitaremos trabalhar com Espaços *Inputs*, que, a nosso ver, reflete uma linearização do processo enunciativo, uma representação ordenada de “objetos” estáticos, algo a ser evitado, como nos adverte Fauconnier e Turner (2002, p. 46), ao comentar um diagrama construído com espaços *input*:

Embora esta maneira estática de ilustrar aspectos da integração seja conveniente para nós, tal diagrama é realmente apenas um instantâneo de um imaginativo e complexo processo que pode envolver a desativação de conexões prévias, reconfiguração de espaços anteriores e outras ações. Nós entendemos que essas linhas no diagrama (linhas que representam projeções e mapeamentos conceituais) correspondem a ativações neurais e mesclagens. Aqui, portanto, estão os aspectos essenciais da mesclagem, apresentados em uma seqüência não significativa para refletir estágios atuais do processo.¹⁴

¹⁴ Texto original: “While this static way of illustrating aspects of conceptual integration is convenient for us, such a diagram is really just a snapshot of an imaginative and complicated process that can involve deactivating previous connections, reframing previous spaces, and other actions. We think of the lines in this diagram (lines that represent conceptual projections and mappings) as corresponding to neural coactivations and bindings. Here,

Também não estamos trabalhando com a noção de “Espaços Mentais”. Nós estamos adotando a expressão “Espaços Referenciais”, operacionalizados através de uma e única operação, que atua sempre com/sobre um e único Espaço Referencial - ERB, composto e recomposto para integrar outros Espaços Referenciais. Aproveitamos da teoria dos Espaços Mentais apenas os princípios básicos que especificam a integração hierárquica de Espaços Referenciais. Feitas as devidas ressalvas, passemos, portanto, ao esboço da Teoria da Integração Conceitual.

3.9.1. O processo de mesclagem conceitual

Segundo Fauconnier e Turner (2002), a Integração Conceitual ocorre essencialmente por meio de um processo a que eles denominam *Conceptual Blending*, uma estreita e dinâmica mesclagem conceitual que se processa entre espaços mentais simultaneamente conectados. Os espaços mentais são construtos da mente humana, que resultam de operações cognitivas básicas, a que os autores denominaram os três I's da mente: Identidade, Integração e Imaginação.

As operações de Identidade são relativas ao reconhecimento de identidade, equivalência, semelhança e diferença entre dois domínios cognitivos. Ganham relevância os estudos sobre analogia. Relacionar os elementos de dois domínios e encontrar a estrutura esquemática que motiva uma analogia entre eles são operações reconhecidas como feitos formidáveis do trabalho de imaginação. As operações de integração referem-se ao processo de combinação das identidades e oposições, o que se caracteriza como um processo de construção de sentido. Simultaneamente a esses dois processos, encontra-se a operação de imaginação, que diz respeito à fantástica capacidade que o ser humano possui de, a partir da conexão entre dois domínios cognitivos, inventar estórias, arquitetar cenários contrafactuais, sonhar, etc. Embora ocorram de forma natural em nossas mentes, essas operações, mesmo as mais simples, são altamente complexas, misteriosas e inconscientes.

O espaço mescla resulta da integração de dois ou mais espaços entre os quais é possível imaginar identidades e fazer emergir um novo espaço através da integração dessas identidades. Embora o espaço mescla apresente traços dos espaços que o originaram, não se

then, are the essential aspects of blending, presented in a sequence not meant to reflect actual stages of the process.”

pode dizer que ele se constituiu de uma mera soma dos mesmos. No espaço mescla, uma realidade original e peculiar emerge, configurando-se, assim, o que Fauconnier & Turner (2002) denominam estrutura emergente.

3.9.2. *O esquema básico da mesclagem conceitual*

Segundo Fauconnier e Turner (2002), uma Rede Conceitual Integrada básica é resultante de quatro Espaços Referenciais: dois espaços de entrada, o *Input 1* e o *Input 2*, o Espaço Genérico e o Espaço Integrado (*Blended*). Os *inputs* são os espaços de entrada, acessíveis a partir de elementos lingüísticos acionados no processamento discursivo, operação esta que ocorre por associações e conexões de contraparte. O cruzamento das idéias relativas aos dois *inputs* - *Cross-Space Mapping* – será essencial para a organização do espaço genérico, que representa a estrutura e organização abstrata do que há de comum entre os *inputs*. O quarto espaço é o *blended space*, ou espaço mescla, que representa a aglutinação, a fusão das idéias comuns em um único espaço. No *blend*, há uma composição dos elementos dos *inputs* cujas relações ali disponíveis não existem em separado nos *inputs*. Nesse processo de mesclagem de estruturas de significado, ocorre uma projeção seletiva, ou seja, nem todos os elementos e relações dos *inputs* são necessariamente projetados para o *blend*.

Dessa integração, surge a Estrutura Emergente, gerada a partir de composição, em que se integram elementos dos espaços *input* para prover relações que não existem separadamente nos *inputs*; complementação, que representa o acréscimo, ao *blend*, de estruturas constantes em nosso *background*, ação que ocorre de forma inconsciente em nossas mentes; e elaboração, que se refere à construção de *blends*, tendo em vista nossa capacidade de simulação e imaginação. Há probabilidade de haver trabalho cognitivo no interior da mescla, em virtude da nova lógica instaurada.

O diagrama abaixo elucidada como os elementos do *Blending* se estruturam em uma Rede Conceitual Integrada.

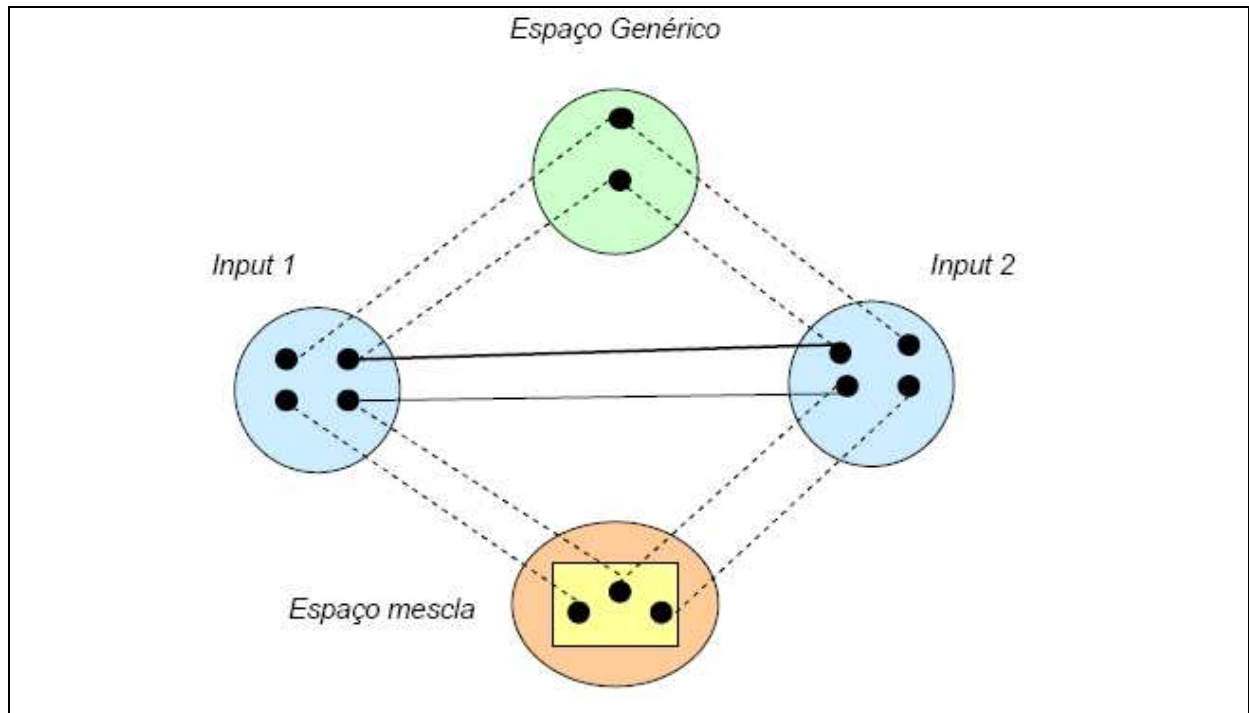


Figura 2: The Basic Diagram
Fonte: Fauconnier & Turner (2002, p. 46)

Nesse diagrama, os círculos representam os quatro espaços mentais que estruturam a rede: o Espaço Genérico, os Espaços de Entrada (Espaços *Input*) e o Espaço Integrado (*Blend*). As linhas contínuas indicam a conexão entre os Espaços de Entrada (*Input 1* e *Input 2*), que representam a parte e contraparte. As linhas pontilhadas manifestam as conexões entre os quatro espaços: os *Inputs*, o Genérico e o Espaço Integrado. Essas linhas – contínuas e pontilhadas – são uma forma encontrada pelos autores para exemplificar processos de coativação e ligações neurais. O retângulo apresentado no interior do Espaço Integrado representa as estruturas emergentes.

A rede conceitual desenhada acima não é estática como pode parecer; ao contrário, trata-se de um imaginativo e complexo processo que pode envolver a ativação e desativação de conexões prévias, construção de novos esquemas, dentre outras ações. Além disso, em situações mais complexas, esse processo de integração pode operar com vários espaços *inputs* e até mesmo com múltiplos espaços de mesclagem.

Um dos mais importantes aspectos relacionados ao funcionamento da mente é a habilidade de compressão das relações conceituais no Espaço Integrado. As relações conceituais, apresentadas como “relações vitais”, são constitutivas da estrutura interna dos espaços mentais *Input* e, simultaneamente, responsáveis pela conexão entre espaços mentais distintos. Espaços físicos incompatíveis são comprimidos dentro de semelhante espaço físico.

Os autores apresentam e exploram diferentes tipos e subtipos de Relações Vitais, a saber: mudança, identidade, tempo, espaço, causa/efeito, parte/todo, representação, papel/valor, analogia, desanalogia, propriedade, similaridade, categoria, intencionalidade e contrafactualidade. Interessa-nos particularmente estudar o fenômeno da contrafactualidade, que tem ligação direta com o nosso objeto de estudo.

Na mesclagem conceitual, utilizamos os mecanismos de compressão e descompressão para que a estrutura emergente ocorra. Integração e compressão representam o mesmo lado de uma moeda, enquanto desintegração e descompressão estão em outra. As múltiplas possibilidades de compressão e descompressão produzem um vasto campo de tipos possíveis de redes de integração.

A rede Simplex, por exemplo, é um tipo especialmente simples de rede de integração, em que a parte relevante do frame¹⁵ em um *input* é projetada com seus papéis, e os elementos são projetados a partir do outro *input* como valores desses papéis dentro do espaço mescla. Esse espaço integra o frame e os valores de um modo muito simples. O frame em um *input* é compatível com os elementos no outro, não havendo, portanto, choque entre eles. Observemos a relação existente entre Lula e Presidente, por exemplo. Em um *input*, pode emergir a função de presidente, enquanto, em outro, sobressaem-se elementos como Lula. O Espaço Integrado reunirá toda a informação relevante de ambos os *inputs*.

3.9.3. *A integração de Espaços Referenciais e o fenômeno da Contrafactualidade*

Fauconnier & Turner (2002) analisam o fenômeno da contrafactualidade no quadro teórico da Mesclagem Conceitual. Para esses autores, a contrafactualidade, mais do que uma Relação Vital, é uma propriedade da mente humana:

Pessoas, fingem, imitam, mentem, fantasiam, enganam, iludem, consideram alternativas, simulam, constroem modelos e propõem hipóteses. Nossa espécie tem uma extraordinária habilidade para operar mentalmente sobre o não real, e essa habilidade depende de nossa capacidade para integração conceitual avançada.¹⁶

¹⁵ **frames:** são estruturas de conhecimento ativadas e negociadas em determinadas situações de interação. Assim, ao mencionarmos a palavra supermercado, podemos ativar um conjunto de itens lexicais tais como produtos alimentícios e de limpeza, operadores de caixa, atendentes e clientes, ou seja, um conjunto de elementos relacionados a situações específicas desse universo. Percebemos, desse modo, que os frames incluem papéis a serem preenchidos por valores, configurando novas e possíveis integrações.

¹⁶ Texto original: “PEOPLE PRETEND, IMITATE, LIE, fantasize, deceive, delude, consider alternatives, simulate, make models, and propose hypotheses. Our species has an extraordinary ability to operate mentally on the unreal, and this ability depends on our capacity for advanced conceptual integration.”

Entendemos, portanto, a contrafactualidade como uma habilidade de operar mentalmente com um mundo possível, não-real. Os autores consideram que a contrafactualidade é uma incompatibilidade forçada entre espaços de natureza distinta. Toda rede de integração conceitual possui espaços contrafactuais implícitos conectados a vários dos espaços reais sobre os quais estamos focados. Esses espaços, reais e contrafactuais, envolvem algumas das mesmas pessoas e eventos. A contrafactualidade é, portanto, uma habilidade essencial para a indicição de todas as formas de Relações Vitais e para a Identificação e Integração de diferentes tipos de Espaços Referenciais.

Advertem os autores que a contrafactualidade não deve ser entendida como uma propriedade absoluta:

Cenários contrafactuais são reunidos mentalmente não por tomar representações plenas do mundo e fazer mudanças discretas, finitas e conhecidas para apresentar mundos completamente possíveis, mas por integração conceitual, que pode compor mesclas esquemáticas que se ajustam à proposta conceitual em questão. (FAUCONNIER & TURNER, 2002, p. 218)¹⁷

Essa propriedade exerce um papel fundamental na construção de sentidos e se relaciona à nossa avançada capacidade de integração conceitual. Uma vez que se organiza de forma inconsciente, nos bastidores (*backstage*) da cognição, é muito difícil perceber a organização de uma rede contrafactual. Apesar disso, um espaço será contrafactual dependendo do ponto de vista que alguém toma.

Em síntese, a construção de cenários contrafactuais requer a criação, não apenas através da imaginação, crença, levantamento de hipótese, sonho, desejo, etc., como também pelas relações vitais de variação/mudança, identidade, causa/efeito, parte/todo, papel/valor, analogia, propriedade, similaridade, categoria, intencionalidade, etc. Ou seja, opera-se com a criação de um mundo imagético, que representa a contraparte do mundo da realidade discursiva (Espaço-ERB) do falante.

Uma das possibilidades de constituição de Espaços Contrafactuais ocorre a partir da ativação de construções condicionais ou hipotéticas do tipo “Se..., então...”, conforme podemos observar a partir do seguinte exemplo:

¹⁷ Texto original: “Counterfactual scenarios are assembled mentally not by taking full representations of the world and making discrete, finite, known changes to deliver full possible worlds but, instead, by conceptual integration, which can compose schematic blends that suit the conceptual purposes at hand.”

(13)

“Se o Brasil fosse um estômago, ele estaria roncando. Alto, bem alto. Na estimativa mais otimista, feita pelo governo federal, cerca de 20 milhões de brasileiros passam fome.”.

(Fonte: http://www.aprendebrasil.com.br/noticiacomentada/020627_not01.asp. Acesso em: 2 nov. 2007)

Fauconnier e Turner (2002, p. 146) sustentam que as palavras e os padrões nos quais estas se encaixam são gatilhos para a imaginação. Elas são indutores que usamos com vistas a ativar algo que conhecemos e trabalhar nisso criativamente de modo a construir o sentido. Nesse exemplo, a implementação do cenário contrafactual ocorre pela ativação do item lexical “se”, o qual constrói um Espaço Contrafactual que se contrapõe ao Espaço-ERB. A constituição do Espaço Referencial Contrafactual é assinalada, ainda, pelo uso do imperfeito do subjuntivo “Se o Brasil **fosse...**” e pela ativação simultânea do verbo “**estaria**” no futuro do pretérito.

Observe-se, nesse exemplo, uma relação de analogia, em que, através do processo de mesclagem, integramos dois diferentes espaços *input*, cujo resultado é uma estrutura de frame em comum. O sistema canônico de redes de integração e os princípios que os delineiam nos possibilitam elucidar e aproximar um grande conjunto de dados que a lógica e a semântica certamente achariam embaraçoso. Em um *input* encontramos nosso país, caracterizado por cerca de 20 milhões de brasileiros que passam fome; no outro *input*, um estômago vazio, “roncando”, carente do alimento necessário para que cumpra suas funções vitais. No espaço mescla, o Brasil e o estômago faminto são mesclados para formar um novo personagem, influenciado tanto pelas características do país, com seu povo, quanto pelas do órgão do corpo humano. Pragmaticamente, essa mensagem pode ser avaliada de forma negativa, já que a fome no país está certamente relacionada à falta de emprego, má administração pública, etc. Temos aqui a formação de uma rede Especular, cujos espaços – *inputs* e a mescla - compartilham o mesmo esquema de organização.

Em suma, estamos adotando da Teoria da Integração Conceitual o princípio segundo o qual a contrafactualidade é uma propriedade da mente que permite a integração de Espaços Referenciais. Nesse sentido, todos os Espaços Referenciais integrados manifestam tal princípio, podendo, portanto, serem chamados de contrafactuals. Assim, entendemos que a contrafactualidade está na base do processo de contraposição de vozes constituintes de uma mesma e única rede de Espaços Referenciais.

Em relação a essa questão de contraposição de vozes, consideramos interessante discutir o trabalho de Sanders e Redeker (1996, p. 290-317) sobre perspectivização, o que faremos a seguir.

3.9.4. *A perspectivização e integração de domínios de referência*

Sanders e Redeker (1996, p. 290-317), a partir de textos narrativos, observaram como se configura o embutimento de perspectivas de outros sujeitos, personagens ou entidades na perspectiva do narrador (“perspectivização”). Os autores entendem a perspectivização como

a introdução de ponto de vista subjetivo que restringe a validade da informação apresentada a um sujeito particular (uma pessoa) no discurso. Um segmento de discurso é perspectivizado se seu contexto relevante de interpretação é um espaço circunscrito a uma pessoa, encaixado na realidade do narrador. (1996, p. 293).¹⁸

A incorporação de outras vozes no Espaço Referencial que configura a voz do sujeito do enunciado realiza-se, segundo a Teoria dos Espaços Mentais, por meio de *Space Builders* (elementos introdutórios de Espaços Mentais), os quais, na superfície dos enunciados, denunciariam a ocorrência do processo. Na perspectiva que aqui adotamos, os *links* entre a voz do sujeito falante e vozes de outros sujeitos discursivos são evidenciados, por exemplo, em construções lingüísticas organizadas em torno de verbos *dicendi* e epistêmicos, bem como outros itens/expressões de igual valor. O entrelaçamento de correlações entre novos conceitos e novos significados incorporados à perspectiva do sujeito falante possibilita o engendramento e o mapeamento de novos Espaços Referenciais, ações estas que favorecerão o processamento discursivo.

Para Sanders e Redeker (1996, p. 290-317), o modo como a outra voz é embutida no discurso (modo direto, indireto ou indireto-livre) possibilita a construção de significados que evocam o grau de comprometimento do narrador com o ponto-de-vista expresso na voz embutida em seu discurso.

O modo de representação do discurso direto envolve completa alteração de centro dêitico do discurso para o tempo, espaço e pessoa coordenados à declaração citada. Isso implica, para os autores, a existência de dois Espaços-Bases: um em que se institui a voz do narrador e outro, em que se instancia a fala da personagem. Nesse tipo de discurso, a

¹⁸ Texto original: Perspective is the introduction of a subjective point of view that restricts the validity of the presented information to a particular subject (person) in the discourse. A discourse segment is perspectivized if its relevant context of interpretation is a person-bound, embedded space within the narrator's reality.

influência do narrador é mínima e o ponto de vista se transfere para o Espaço encaixado, que é acessado diretamente. Observamos que o modelo proposto por nós não se coaduna com este, já que consideramos a existência de um Domínio de Referência Único - ERB, no qual se instanciam e se integram os demais Espaços de Referência.

Quanto ao discurso indireto, verifica-se a existência de um Espaço-Base, do qual deriva um Espaço M, encaixado, relativo ao personagem. A fala da personagem é parafraseada pelo narrador e se encaixa sintaticamente no discurso deste. Observa-se uma relação de consequência entre a fala real da personagem e a paráfrase feita pelo narrador, já que este não apresenta uma representação idêntica da enunciação, mas conclui dela aquilo que ele pensa estar correto.

Já o discurso indireto livre possui características de ambos os discursos relacionados anteriormente. O discurso da personagem é representado no Espaço de Referência do narrador, conforme no discurso indireto, enquanto o discurso da personagem é representado literalmente, como no modo direto. Ganha relevo, nesse caso, a voz do narrador, que recupera em seu discurso a fala da personagem, mas somente aquilo que ele considera relevante.

Os autores consideram que, dependendo da maneira como o sujeito do discurso perspectiviza as outras vozes ao integrá-las à sua voz, diferentes processos de composição produzirão formas distintas na superfície dos discursos. Isso dificulta o reconhecimento de qual dos sujeitos (do Espaço Base, EB ou do Espaço Mental, EM criado a partir dele) emanam as falas e qual das perspectivas deve ser considerada. Daí ser possível a formação de diferentes mesclas, resultantes da natureza dos elementos que os espaços mesclados herdaram das estruturas *input* de onde se originaram, do espaço genérico acessado e do completamento e elaboração efetuados na mescla. A título de ilustração, analisemos como ocorre a mesclagem de vozes no discurso indireto:

(14)

E- Nunca houve nenhum acidente na fábrica?

F- Olha, nesse período que eu estive lá, de explosão não houve é- acidente nenhum, **mas** eu [**soube**], assim que eu entrei, que, alguns anos antes de eu entrar, houve um acidente. E grave, heim? Um setor lá que trabalha é (hes) fuminataria-

E- Como é o nome, heim?

F- Fuminataria. Eles trabalham com uma química, de alto teor explosivo. Então, **diz** que houve um acidente grave ali. Tanto é que [esse]- (hes) essa seção era cercada [de]- [de]- de barricada,

não é? Tinha muro e cheio de terra dentro- em volta dela todinha. Há sempre que subir, sempre que- aconteceu esse acidente aonde [eu acho que-]

E- [Morreu gente?]

F- Ah! Morreu. Não **sei dizer** quantas pessoas não, **mas** morreu. Trabalhava uma média de cinco, seis pessoas lá dentro- [("quer **dizer**")-]

(DID RJ 27) (grifos nossos)

Como vimos, Sanders e Redeker (1996, p. 290-317) postulam, para o discurso indireto, a existência de um Espaço-Base, a partir do qual um espaço M é derivado. Esse espaço encaixado, relativo à personagem, é parafraseado pelo narrador. No segmento acima, esse Espaço referencial é acionado pelos verbos “soube” (correlato de “me disseram”) e pelo *dicendi* “diz”. A relação entre a fala real da personagem e a fala parafraseada pelo narrador é de conseqüência. Isto porque a elocução do narrador não é uma manifestação idêntica da enunciação, mas este conclui da enunciação o que julga estar certo. Daí não ficar claro, para os autores, a quem se deve atribuir o ponto de vista, a B ou M. Assim teremos:

N: as pessoas que contaram o fato ao entrevistado;

[x(e)]: elemento virtual: o que eles disseram de fato;

y: que houve um acidente grave ali;

B: realidade do narrador, Espaço-Base;

M: realidade da personagem, espaço encaixado;

---: relação de conseqüência.

Para esses autores, o modo indireto é menos subjetivo já que a afirmação não é exclusiva da personagem encaixada. Essa transformação é possível tendo em vista os mecanismos disponíveis na gramática da língua, que facultam ao enunciador incorporar à sua própria voz a voz de outros seres discursivos. Portanto há uma mistura de vozes - ou perspectivas - na configuração do discurso.

Cumprida à voz citante comandar o processo, tendo em vista a incorporação do discurso do outro. É essa voz que atua sobre a enunciação citada, interpretando-a e analisando-a. Ocorre, desse modo, uma sobreposição de voz, sendo que o discurso citado apresenta-se geralmente despojado da subjetividade do enunciador referenciado. Este fica na dependência da subjetividade do enunciador citante, que o adapta a seu próprio discurso.

Embora não se trate de um caso de mesclagem de vozes relativas ao discurso indireto, destaca-se, no texto em análise, a ocorrência da expressão verbal “não sei dizer”, que também elucida um caso de perspectivização. Determina-se a contraposição de perspectivas, mediada pelo “mas”, operador discursivo de primeira pessoa, considerando-se as informações que fazem parte do repertório do falante e aquelas que ele não possui.

Observe-se que o tratamento que Sanders e Redeker (1996, p. 290-317) dão à questão da Perspectivização distancia-se da solução proposta na presente tese. Tratamos aqui da questão da Perspectivização, relacionada à expressão de pontos de vista, com vistas a enfatizar que os diferentes modos de constituição e integração de vozes no discurso, todos eles, explicam-se pela implementação e integração de Espaços Referenciais constituídos no interior de um ERB.

A questão da perspectivização evidencia a manifestação da polifonia, ou seja, a incorporação de múltiplas vozes no discurso, o que resulta no processo de mesclagem. Em relação ao exemplo (14), o fenômeno da contrafactualidade, que perspectiva a realidade dos enunciadores, ocorre a partir da ativação das formas verbais destacadas, os verbos *dicendi*, que estabelecem a contraposição entre a realidade do enunciador e o evento narrado. Observe-se, na primeira dessas ocorrências, o destaque do operador discursivo de primeira pessoa, “mas”, mediando tal contraposição de vozes.

No discurso falado, muitas proposições são introduzidas pelo epistêmico “acho”, que, na primeira pessoa, evidencia a presença do sujeito/enunciador. O uso recorrente desse verbo, além de outros de natureza epistêmica, justifica-se porque eles costumam introduzir conteúdos proposicionais opinativos e de crenças (eu acho, acredito, etc.). Em outras palavras, os locutores/enunciadores assumem um ponto de vista particular, individualizado, diante daquilo que eles pensam ser o mais correto em dada situação. A perspectivização, portanto, está ligada (deriva da) à modalização do “núcleo do sintagma ERB” ou, em outras palavras, sempre ao enunciador.

Nesse sentido é que estamos designando o “mas” e itens funcionais correlatos como operadores discursivos de primeira pessoa. Tais operadores, na maioria das vezes, ao mediar a contraposição de Espaços Referenciais, introduzem asserções que predicam sobre o falante, o sujeito discursivo constituído no Espaço ERB. Remontam, pois, ao “eu”, à primeira pessoa do discurso, instituída no “aqui-agora” enunciativo.

O exemplo abaixo fornece um ótimo entendimento da concepção de implementação e integração de Espaços Referenciais no interior do Espaço ERB:

(15)

E- É, vamos ter que aprender, não é? E, em ma- [em]- em termos de linguagem mesmo, Heloísa, você se julga assim uma carioca típica?

F- Ah!, eu **acho** que eu devo ser, você sabe (rindo) porquê? (est) ("Eu") não **achava** (f) não. Não **achava** mesmo. **Mas** quando nos vínhamos a São Paulo, eu nunca tinha notado [que]- que era assim um- nunca tinha notado! **Mas**, quando nós íamos a São Paulo, as- cada vez que eu me sentava e falava- abria a boca para falar, era tanta gargalhada, esta entendendo? (risos) (rindo) Que eu ficava tão impressionada, sabe? era engraçadíssimo!

(DID RJ 44) (grifos nossos)

Nesse exemplo, a ativação do verbo “achar” em primeira pessoa possibilita que se crie uma imagem do locutor em relação a sua percepção da realidade, manifestada a partir de um conteúdo proposicional opinativo. Esse tipo de verbo funciona como introdutor de Espaço Referencial Contrafactual, operacionalizado a partir do Espaço-ERB, da realidade do falante. Observe-se que a asserção introduzida pelo operador discursivo de primeira pessoa, o "mas", predica sempre o sujeito enunciador, o núcleo de ERB.

Numa perspectiva cognitiva, o Espaço-Base ERB é compreendido como a organização informativa de mundo que cada falante traz para uma situação de interlocução.

Temos, portanto:

ERB= Espaço Base que reúne as perspectivas e a realidade do sujeito;

C= espaço contrafactual embutido em ERB

A interligação entre esses dois domínios gera uma associação de partes e contrapartes nos dois espaços e, conseqüentemente, a informação guardada na memória é posta em ação. Tal processo de interpretação e transferência de informações entre espaços é possível tendo em vista o Princípio da Identificação, que orienta o raciocínio do indivíduo, a fim de que realize inferências, identificando traços distintos de um domínio (a), o gatilho, por intermédio de sua contraparte (a'), o alvo.

3.9.5. *O modo verbal e a contraposição de espaços referenciais*

Em nossa análise, ganha relevo o estudo do modo verbal, uma vez que esse assunto impacta diretamente na contraposição de Espaços Referenciais em que o conector “mas” funciona como operador discursivo de primeira pessoa. Uma análise amplamente discutida em relação ao modo verbal descreve a diferença semântica entre pares indicativos/subjuntivos, a partir do seguinte parâmetro: a atitude do falante em direção à verdade do complemento. Mejías-Bikandi (1996, p. 157-178) procura enquadrar essa análise no quadro da teoria dos Espaços Mentais. Tal análise não se coaduna com a que estamos propondo na presente tese, mas projeta luz sobre um fenômeno que merece ser mais bem investigado. Sendo assim, tomemos, como exemplo, as seguintes proposições:

(16) O pai de Maria não imagina que ela está doente.

(17) O pai de Maria não imagina que ela esteja doente.

Segundo o autor, o falante que afirma a sentença indicativa em (16) acredita que a proposição expressa pelo complemento é verdadeira e que ela está apenas reportando o fato de que o pai de Maria não supõe / tem ideia / julga / presume a verdade de tal proposição. Por outro lado, o falante que afirma a sentença subjuntiva em (17) não concorda com a verdade da proposição expressa pelo complemento. Uma análise alternativa, segundo esse autor, é que o indicativo é a modalidade da asserção enquanto o subjuntivo é a modalidade da não-asserção.

Segundo o autor, é possível a construção e mesclagem de um espaço mental M, contrafactual, a partir do item lexical “não”, embutido no espaço R, da realidade do falante. O espaço M refere-se a algo possível, estando, portanto, relacionado ao modo subjuntivo; o espaço R correlaciona-se ao que é real, representando, por conseguinte, o modo indicativo. Por um lado, o uso do indicativo indica alguma relação entre os espaços R e M ou que a informação contida em M é acessível a R. Daí poder-se afirmar que R e M estão mais próximos e mais interdependentes. Por outro lado, quando o modo subjuntivo é usado, a informação contida em M não está acessível a R. Nesse sentido, R e M estão mais distantes.

Estamos propondo na presente tese uma análise que evidencie a implementação e integração de Espaços Referenciais no interior de um ERB. Assim, em relação aos exemplos analisados em (16) e (17), estamos considerando apenas que o verbo epistêmico “imagina” ativa um Espaço Referencial que se contrapõe e simultaneamente se integra ao Espaço-ERB, o espaço da realidade do enunciador E0. É a contrafactualidade que possibilita ao homem

realizar a integração conceitual e proceder à referenciação. Daí considerarmos que a contrafactualidade é uma propriedade básica do processo de Discursivização. Voltaremos a esse assunto no Capítulo 4, quando proporemos uma análise do “mas” e a contraposição de Espaços Referenciais; e também consideraremos a atitude do locutor/enunciador frente àquilo que ele predica.

3.10. Conclusão

Neste capítulo, procuramos estabelecer um quadro teórico que assegurasse o desenvolvimento da análise de nosso objeto de estudo. Buscamos especificar uma concepção de linguagem, primeiramente, como um fenômeno natural, que, por meio da recursividade, permite ao falante o desenvolvimento de uma competência lingüística que lhe possibilite a geração de uma infinidade de sentenças a despeito da pobreza de estímulos, o que determina a sua competência comunicativa. A faculdade de linguagem é compreendida como geneticamente configurada na espécie humana. Discorremos também sobre a noção de linguagem como atividade dialógica, processual, uma forma de ação entre sujeitos em um quadro figurativo da enunciação.

Com base em Benveniste (1989, 1995), buscamos explicitar o que entendemos, neste trabalho, por Instância de Enunciação e quais os elementos que compõem necessariamente uma Instância de Enunciação. Procuramos demonstrar que um desses elementos é a referência e que ela é sempre construída pelos interlocutores na interação discursiva. Discutimos sobre a noção de processamento discursivo adotada, focalizando sua implementação na construção e articulação de Espaços Referenciais: uma rede polifônica instituída por “vozes” articuladas em diferentes Instâncias Enunciativas e/ou outros Domínios de Referência no interior de um Espaço de Referência Base (ERB).

Na tentativa de explicitar um modelo operacionalmente útil no sentido de evidenciar como a mente humana produz o significado, partimos da hipótese de que a ativação e a integração de Espaços Referenciais são operações intrinsecamente relacionadas ao modo de construção de Instâncias Enunciativas. Destacamos alguns pressupostos básicos da Teoria da Integração Conceitual, buscando dela aproveitar:

- a) o princípio da contrafactualidade como uma propriedade da mente;
- b) o princípio de projeção de Espaços Mentais na configuração de redes hierarquicamente integradas;

- c) a hipótese segundo a qual a construção e integração de Espaços Referenciais é fator necessariamente constituinte de todo e qualquer processamento discursivo.

Consideramos, assim, que o processo de Referenciação, dialógico por natureza, só pode ser implementado pela criação e integração de Espaços de Referência ou, em outras palavras, estamos assumindo que a criação de Espaços de Referência é uma operação constitutiva do processamento discursivo. Em síntese, estamos abraçando os seguintes pressupostos, nos quais se baseia o Processo de Referenciação:

- a) a linguagem é um fenômeno natural; e a faculdade humana de linguagem, considerada em seu sentido estrito, é um componente da mente/cérebro, com propriedade, estrutura e organização específicas, que, por meio da recursividade, assegura a geração de um número infinito de expressões a partir de um conjunto finito de elementos;
- b) a linguagem é uma atividade dialógica, uma forma de ação verbal, que só pode ser estudada a partir de suas condições de efetivação;
- c) o processo de referenciação, dialógico por natureza, só se efetiva através da criação de uma e única Instância de Enunciação, Espaço Referencial Básico (ERB), que integra outros Espaços Referenciais, constituídos por Instâncias de Enunciação, ou não, configurando-se o domínio de interpretação do texto como um todo;
- d) a integração de Espaços Referenciais no âmbito de uma Instância de Enunciação resulta de uma configuração hierárquica e recursivamente instituída no/pelo processamento discursivo;
- e) nem todo Espaço Referencial se caracteriza como uma Instância Enunciativa, embora seja configurado a partir da instauração de uma Instância Enunciativa (ERB), no processamento discursivo;
- f) dado o caráter dialógico e heterogêneo da linguagem, a noção de polifonia será entendida como atributo de um mesmo e único processo: a implementação e integração de Espaços Referenciais no interior de um Domínio de Referência Integrado Único (ERB);
- g) as três operações básicas com as quais a mente opera - Identidade, Integração e Imaginação – estão na origem de todo e qualquer processamento discursivo.

- h) a contrafactualidade é uma propriedade da mente de que decorre a habilidade de operar mentalmente com/no irreal, o que torna possível ao falante efetivar a integração de Espaços Referenciais.

A adoção desses pressupostos nos possibilita admitir que todo texto/discurso estrutura-se por mais de um Espaço Referencial, uma vez que a operação de Identificação supõe operar sempre, no mínimo, com dois espaços: o factual (Espaço-ERB) e o seu contrafactual. Admitimos também que todo texto/discurso constitui-se, sempre, de um único Espaço Referencial Integrado/r (ERB), resultante das operações responsáveis pela sua própria construção, ou seja, resultante da integração de/com os demais espaços.

Após demonstrar como funciona o modelo de processamento discursivo proposto, procuraremos verificar, no próximo capítulo, como esse modelo possibilita verificar a tese defendida neste trabalho. Na oportunidade, procuraremos explicitar os fatores envolvidos na criação e integração de Espaços de Referência em enunciados com “mas”.

4. A FUNÇÃO DISCURSIVA DO “MAS” NA CONSTRUÇÃO E INTEGRAÇÃO DE DOMÍNIOS DE REFERÊNCIA

No capítulo 3, explicitamos o modelo de enunciação proposto por Benveniste (1989, 1995), cujos caracteres formais são responsáveis por reger todo o mecanismo da referenciação. Observamos que, na implementação do processamento discursivo, destaca-se a ação de um locutor (**L**), um agente que, ao instaurar e gerir o processo de referenciação (**R**), instancia-se como enunciador (**En**), e referencia um outro agente como enunciatário (**Ea**), o alocutário (**A**) a quem se dirige. Essa relação se institui, linguístico-cognitivamente, num tempo (**T**) e num espaço (**E**) discursivos, o aqui-agora da enunciação. Nessa operação básica de referenciação (**R**), locutor e alocutário tornam-se partícipes de um evento comunicativo, co-referindo-se no e pelo discurso.

Baseando-se nesse modelo, consideramos que a semantização do discurso é feita no Espaço Referencial ERB. Esse Espaço é construído com base na identificação e integração dos elementos que constituem a Instância de Enunciação Zero (um enunciador que fala para um enunciatário, no tempo e espaço “aqui / agora” do discurso). Esse espaço, constituído na referenciação da relação E0 / Ea0, configura-se como um Domínio de Referência Integrado Único.

Trazemos novamente à tona a seguinte descrição desta operação básica de referenciação, apresentada no capítulo anterior:

Discursivização (D): criação, numa, e única, instância enunciativa, de um espaço de referenciação X, que integre, recursivamente, numa rede, todos os espaços de referenciação instituídos no processo discursivo. (NASCIMENTO E OLIVEIRA, 2004, p. 290).

Esta é a descrição do estágio *default* da atuação do falante/ouvinte, que deve ser tomada como a aplicação de um princípio de referenciação, um princípio que rege a criação de um e único Espaço integrador de todos os outros Espaços Referenciais que, se criados, serão necessariamente àquele integrados. Estamos nos referindo a essa operação e/ou a seu domínio/resultado, o texto como um todo, como Espaço Integrado/r, (EI), ou Espaço Referencial Básico (ERB).

Este capítulo centra-se na análise de enunciados/textos em que serão focalizadas as operações de identificação/integração de domínios de referência. Nosso objetivo é elucidar a função discursiva do “mas” na implementação e integração de Espaços Referenciais. Na

oportunidade, estamos assumindo que esses itens atuam como operadores discursivos, como elementos funcionais responsáveis por estabelecer a contraposição entre Espaços Referenciais.

4.1. Por uma análise do “mas” numa perspectiva enunciativa

Retomemos aqui um exemplo apresentado em minha Dissertação de Mestrado, procurando analisá-lo sob outro enfoque: o do processo de enunciação tomada, no seu todo, como objeto de análise. Em minha Dissertação de Mestrado, partindo dos estudos de Robin Lakoff (1971), verifiquei que a gramaticalidade de sentenças nas quais duas orações estejam ligadas pela conjunção “mas” é construída superficialmente ou, então, a partir de uma combinação de pressuposições que delas se desencadeiem. Assim, na elocução de

(18)

“Hoje pela manhã vieram me avisar: amanhã volto à liberdade. MAS que liberdade? Eu renunciei a ser livre no dia em que me prostrei diante do altar e prometi a Deus que seria padre.”

(Neves, 2000, p. 766)

para a afirmação de que o padre voltaria à liberdade no dia seguinte, é necessário pressupor que ele tinha liberdade antes. Uma vez recusada tal pressuposição, o diálogo torna-se polêmico e a discussão passa a girar em torno do conceito de liberdade.

Entretanto, analisando o “mas” sob o prisma da enunciação, nosso olhar se volta para alguns dados que não foram levados em consideração anteriormente naquela Dissertação e que agora passamos a evidenciar:

- a) primeiramente é preciso compreender que o texto/discurso configura-se em um único Espaço Referencial, o Espaço Integrador (EI) ou Espaço Referencial Base (ERB), em que se dá a interpretação do texto (excerto), como um todo;
- b) tal espaço se constrói a partir da implementação e integração dos elementos que, no Processo de Referenciação, constituem a Instância Zero de Enunciação (IE0), no “aqui/agora” do discurso, instituído na relação com um enunciatário;
- c) simultaneamente à constituição do Espaço-ERB e contrapondo-se a este ao mesmo tempo em que se integra nele, novas Instâncias de Enunciação (aqui

compreendidas como Espaços Referenciais) são instituídas pela lexicalização dos *dicendi* “avisar” e “prometi”.

A contraposição entre “falas”, ou seja, entre Instâncias de Enunciação no âmbito, sempre, de uma Instância de Enunciação básica – ERB - constitui um dos objetos de análise a ser explorado na verificação da hipótese aqui levantada, segundo a qual o “mas” é um operador discursivo de primeira pessoa que atua na contraposição de Espaços Referenciais. Analisemos também a seguinte fala do treinador Leão acerca do seu trabalho no Corinthians:

(19)

“Sócrates é um zero à esquerda. Que democracia era aquela em que só três mandavam? Me chamaram para a panela. **Mas** panela é só minha família. Eu estava lá no Corinthians para trabalhar, me dediquei como nunca. **Mas** sabia que minha vida era curta ali dentro”

(Revista Época, 16 jun. 2003) (grifos nossos)

A situação dialógica acima nos permite configurar uma rede de Espaços Referenciais, a partir de alguns índices linguísticos. O Espaço-Base (ERB) é instaurado quando da manifestação vocal do treinador, que se institui como Enunciador. No interior desse espaço e contrapondo-se a ele, instaura-se um novo espaço, ou uma nova Instância de Enunciação (IE1), implementado através do *dicendi* “chamaram”, cuja voz pode ser imputada aos líderes da “democracia corintiana”. Note-se que o enunciado em que esse verbo está contido vem perspectivizado na voz do entrevistado.

Na condição de operador discursivo, o item lexical “mas” será o responsável por contrapor essas duas instâncias, que implementam e integram a rede de Espaços Referenciais ERB. Já a ocorrência do segundo “mas” não evidencia nenhuma contraposição entre Instâncias Enunciativas. O enunciado que esse operador discursivo introduz deve ser interpretado como parte da perspectiva do treinador, o locutor que, instituído como enunciador, manifesta um novo ponto de vista, diferente do que foi apresentado anteriormente. Observe-se, portanto, que o “mas” atua na contraposição de pontos de vista evidenciados na voz de um mesmo enunciador.

Estamos defendendo a hipótese segundo a qual o “mas” é um operador discursivo de primeira pessoa, cuja função é contrapor Espaços Referenciais constituídos, no mínimo, por asserções, conforme podemos observar a partir dos seguintes exemplos:

(20) O rapaz e a moça chegaram. // *O rapaz, mas a moça chegou. //

Os sintagmas nominais delimitam Espaços Referenciais, ou seja, podem ser integrados num sintagma nominal “composto” por “e”, mas não por “mas”, porque sintagmas nominais não constituem asserções. Já no seguinte exemplo

(21) Pedro chegou e saiu logo // Pedro chegou, mas saiu logo.

O “e”, além de poder integrar domínios referenciais constituídos por sintagmas, pode contrapor domínios (espaços) referenciais constituídos por asserções, ou proposições, alternando com o “mas”, inclusive na função de contrapô-las. Ou seja, o “e” pode trabalhar no nível de sintagmas ou de proposições (enunciados, asserções); já o “mas” só atua no nível de asserções.

Ao propormos estudar o “mas” no âmbito do discurso, ganham relevância alguns fatores sistêmicos responsáveis pela configuração do processo enunciativo e que interferem na explicação do fenômeno. Em seguida, passaremos a discutir tais fatores.

4.2. Fatores envolvidos na criação e integração de espaços de referência em enunciados com “mas”

Procuraremos, agora, analisar alguns fatores envolvidos na criação e integração de Espaços de Referência que se contrapõem entre si, a saber: a) a distinção entre 1^a e 3^a pessoas; b) a coincidência, ou não, entre o tempo da enunciação e o tempo referenciado; c) o tipo de verbo (verbos *dicendi*, epistêmicos, modais); e) os advérbios modalizadores. Os enunciados apresentados a seguir foram criados considerando-se o texto intitulado “Pensava que estava grávida, mas ela chegou e agora?” a ser analisado ainda neste capítulo.

Reforçamos, aqui, duas idéias fundamentais neste trabalho de pesquisa: a de que “mas” é um item não-referencial, ou, para utilizar a nomenclatura utilizada por Benveniste (1995, p. 278), um item que só se refere “à realidade do discurso”; e a de que, embora partamos de enunciados isolados na tentativa de explicar tais fenômenos lingüísticos, o texto é o nosso objeto de análise, sendo, portanto, necessário considerá-lo em sua completude.

4.2.1. *As pessoas do discurso*

Uma questão importante na explicação desse problema e que vai interferir no processo de integração de Espaços Referenciais está relacionada às pessoas do discurso, conforme analisaremos a partir dos seguintes exemplos:

(22) Eu **falei / disse / exclamei / sussurrei / comentei** que estava grávida, mas a menstruação chegou.

(23) Natália **falou / disse / exclamou / sussurrou / comentou** que estava grávida, mas a menstruação chegou.

Os dois exemplos acima envolvem uma rede de Espaços Referenciais, em que a contrafactualidade é explicitamente indiciada, conforme já discutido anteriormente. Observe-se que, no exemplo (22), o ERB (Espaço Integrado/r), Espaço Base, no interior do qual se articulam dois Espaços Referenciais, duas Instâncias de Enunciação, coloca em cena, em primeiro plano, o “eu” discursivo. Desse modo, os Espaços Referenciais engendrados e mesclados no interior de ERB refletem o ponto de vista de uma locutora que se identifica, se constrói como enunciativa, colocando-se como centro do “conteúdo” referenciado na elocução, na qual se contrapõem, através do “mas”, duas “falas” da mesma enunciativa: uma constituída no âmbito do espaço integrador, ERB, como um todo, a qual integra outra no âmbito do espaço integrado implementado pelo verbo *dicendi*. Observe-se que a perspectiva que “mas” introduz é o argumento que deve prevalecer e predica sempre o enunciativo, o eu discursivo, daí o designarmos operador discursivo de primeira pessoa.

Já no exemplo (23), no interior do ERB, ou Espaço Integrador, são também implementados dois Espaços Referenciais, duas Instâncias de Enunciação. E, modalizado sob o ponto de vista do(a) locutor(a)/enunciativo(a), através da escolha do verbo *dicendi*, são projetadas, contrafactualmente, também duas “falas”, mas de enunciadores diferentes: coloca-se em cena a “fala”, referenciada, de uma terceira pessoa, “Natália”, à qual se contrapõe, através do “mas”, a fala do(a) enunciativo/a. Note-se que, nesse exemplo, o “eu” discursivo se distancia da “fala” referenciada, de Natália, a pessoa de quem se fala, sem, no entanto, deixar de colocar-se no centro da cena enunciativa, ilustrando a constatação de Benveniste (1989, p. 84): “O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação.”

Em uma outra interpretação para (23), podemos considerar todo o conjunto de asserções como sendo uma fala referenciada. Tal enunciado poderia, inclusive, vir assim lexicalizado:

(23a) Natália **falou / disse / exclamou / sussurrou / comentou** que estava grávida, mas **(que)** a menstruação chegou.

A contraposição de Espaços Referenciais, portanto, se daria no interior da própria fala de Natália. Neste caso, o operador discursivo “mas” não introduz uma asserção que predica a primeira pessoa, mas a terceira pessoa, o que constitui uma exceção à tese que estamos defendendo.

Vejam agora o que ocorre, relativamente, aos seguintes exemplos:

(24) Eu **acho / acredito / calculo / considero / creio / deduzo / descubro / espero / infiro / julgo / penso / pressinto / sinto / suponho / levo em conta / tenho em mente** que **estou** grávida, mas a menstruação chegou.

(25) Natália **acha / acredita / calcula / considera / crê / deduz / descobre / espera / infere / julga / pensa / presente / sente / supõe / leva em conta / tem em mente** que **está (estar)** grávida, mas a menstruação chegou.

Começamos nossa análise pelo exemplo (25), em que é possível perceber (ou pelo menos aceitar) com mais facilidade o efeito de sentido resultante da integração de dois diferentes Espaços Referenciais: o implementado por um verbo epistêmico, que é integrado no Espaço Referencial Base, ERB, instituído pelo locutor ao instaurar o discurso e constituir-se como enunciador. Nesta integração, de um lado, o(a) locutor(a)/enunciador(a) refere-se à crença de Natália quanto à gravidez e, de outro, contrapõe-se a essa crença afirmando “mas a menstruação chegou”.

Essa contraposição é construída/interpretada no domínio de uma e única Instância de Enunciação, o ERB, mas a asserção sobre a crença de Natália é construída/interpretada apenas no domínio do espaço implementado pelo verbo epistêmico. Em outras palavras, em (25), o operador “mas” é utilizado para contrapor asserções cujas interpretações envolvem dois Espaços Referenciais: o espaço da Instância de Enunciação, ERB, e o espaço referenciado no domínio deste, o da crença de Natália, implementado por um verbo epistêmico.

Já o exemplo (24) merece considerações. Os mecanismos sintático-discursivos envolvidos na produção/interpretação desse exemplo são praticamente os mesmos responsáveis pela produção/interpretação de (25), com uma única diferença: na integração dos dois espaços em questão, de um lado, a locutora/enunciadora refere-se à sua própria crença quanto à sua gravidez e, de outro, contrapõe-se a essa crença afirmando “mas a menstruação chegou”. Isso faz com que a sua enunciação resulte aparentemente caótica, incongruente. Estamos diante de um caso em que há uma fusão da IE0 (Instância de Enunciação Zero) com o “eu” discursivo. Nosso conhecimento de mundo nos diz que, quando uma mulher está grávida, ela deixa de menstruar. A ausência de menstruação, por sua vez, pode ser um indício de que a mulher esteja grávida. Desse modo sintomas de gravidez e a presença da menstruação são realidades que se excluem, a não ser em casos de anomalia. Assim, parece impossível, ou pelo menos doentio, que essas duas situações sejam vivenciadas simultaneamente por um único ser, o que torna a enunciação, se não incoerente, pelo menos conflitante.

Ora, se quisermos aventar uma explicação sobre a incongruência da enunciação de (24) comparativamente à naturalidade da de (25), temos de atribuí-la à diferença entre enunciação em terceira pessoa, (25), e enunciação em primeira pessoa, (24): não é congruente que uma mesma pessoa assevere sua própria crença, ou convicção, e a ela se contraponha apresentando fatos, argumentos que a negue. Mas esta “explicação” em termos de efeito de sentido nos obriga a considerar os mecanismos subjacentes à produção de sentidos, no caso, os princípios e/ou mecanismos envolvidos na integração por contraposição de Espaços Referenciais, que constituem o objeto de nosso estudo. A comparação dos dois exemplos em questão remete-nos ao fato de que, na integração de Espaços Referenciais, no âmbito de uma Instância de Enunciação, os fatores tempo/espaço/pessoa são elementos que deverão ser necessariamente levados em conta. Relativamente à categoria “pessoa”, Benveniste (1995, p. 250), chama a atenção para um aspecto de cabal importância na integração de Espaços Referenciais numa instância de enunciação ERB:

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. “Eu” designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”.

O fato de o uso de “eu-tu”, necessário, mesmo se implícito, na constituição de qualquer Instância de Enunciação implicar uma predicação sobre as pessoas (eu-tu) do discurso pode ser incorporado à descrição lingüística como um princípio que rege a integração de Espaços Referenciais, na perspectiva adotada por Fauconnier e Turner (2002, p. 328): “Princípio da Integração: realize um espaço integrado.”¹⁹

Ao comentar esse princípio, os autores afirmam:

(...) Como acabamos de dizer, os *inputs* frequentemente possuem frames contrários. Projetar esses frames para o Espaço Mescla poderia criar um espaço desintegrado. É um corolário do Princípio de Integração que, em tais casos, as seleções e ajustes sejam feitos para evitar um Espaço Mescla desintegrado. (FAUCONNIER e TURNER, 2002, p. 329)²⁰

No caso de (24), que repetimos abaixo,

Eu acho / acredito / calculo / considero / creio / deduzo / descubro / espero / infiro / julgo / penso / pressinto / sinto / suponho / levo em conta / tenho em mente que estou grávida, mas a menstruação chegou.

diríamos que o espaço que deveria se configurar como integrador, ERB, desintegra-se por conter duas asserções, ou dois predicados, incongruentes, sobre o mesmo enunciador, constituído sempre em primeira pessoa, pelo locutor. Ao assumir esta proposição, estamos afirmando que a integração de Espaços Referenciais no domínio de uma Instância de Enunciação Básica, ERB, deve se efetivar em função de seu núcleo, a categoria “pessoa”, que indicia o enunciador, “pessoa” constituída no tempo/espaço da enunciação. Note-se que esse princípio não tem nada de novo, a não ser o nível em que se aplica: assim como um sintagma nominal se integra, e se interpreta, em função de seu núcleo; assim como uma frase/enunciado se integra, e se interpreta, em função de seu núcleo, tempo/pessoa, assim também uma instância de enunciação se integra, se interpreta, em função de seu núcleo básico, pessoa/tempo/espaço da enunciação, do discurso. Nesta perspectiva, levando em conta a observação de Benveniste que ora acabamos de citar, segundo a qual o “Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’” (BENVENISTE, 1995, p.

¹⁹ Texto original: “Integration Principle: Achieve an integrated blend”.

²⁰ Texto original: (...) “As we just say, the inputs often have opposed topology. Projecting these topologies to the blend could create a disintegrated space. It is a corollary of the Integration Principle that in such cases, selections and adjustments must be made to avoid a disintegrated blend.”

250), diríamos que o Princípio da Integração deve garantir que, mesmo em predicções contrapositivas, os predicados sobre o “eu” do discurso sejam congruentes, sejam eles realizados por simples asserções ou por conjuntos de asserções estabelecidas em um ou mais Espaços Referenciais. Em suma, estamos assumindo que “as pessoas do discurso”, “eu-tu”, são um dos fatores nucleares determinantes no processo de construção e de integração de Espaços Referenciais no domínio de uma Instância de Enunciação Básica, ERB.

Ao assumir que tal princípio explica a diferença entre (24) e (25) garantindo a organicidade e unicidade da Instância Enunciativa integradora de todos os Espaços Referenciais, ERB, estamos, na verdade, qualificando a Operação de Discursivização que adotamos como descrição da atividade do falante ao implementar, por *default*, tal instância. O caráter funcional, operatório, dessa Operação de Discursivização e do Princípio de Integração, centrados ambos nos pronomes “eu-tu”, da maneira aqui proposta, remete-nos à seguinte observação de Benveniste (1995, p. 278):

Qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma “realidade de discurso”, que é coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de “locução”, não em termos de objetos, como um signo nominal. *Eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”.
Instância única por definição, e válida somente em sua unicidade.

(grifos nossos).

4.2.2. *O tempo verbal e o tempo da enunciação*

Outro fator a ser analisado no que concerne aos fatores envolvidos na criação e integração de Espaços de Referência em enunciados com “mas” é a correlação entre o “tempo lingüístico”, tempo da enunciação, de um lado, e os tempos referenciados, presente, passado, futuro e suas especificações, de outro. Assim como a correlação entre pessoas analisada no item anterior, o fator tempo também merece consideração especial no que diz respeito à construção e integração de Espaços Referenciais Contrafactuais em enunciados em que “mas” funciona como operador discursivo de primeira pessoa.

Tal como fizera com os “pronomes”, Benveniste (1989, p. 74-75) destaca o tempo lingüístico como um dos fatores constituintes básicos da “instância do discurso”, que aqui denominamos Instância Enunciativa Base, ou ERB:

O que o tempo lingüístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso. Esse tempo tem seu centro - um centro ao mesmo tempo gerador e axial - no presente da instância da fala. (...) A língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância do discurso. (...)

Observar-se-á que na realidade a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é por natureza implícito.”²¹

Adotar essas proposições de Benveniste implica assumir o “tempo lingüístico”, ou tempo da enunciação, como, também, constitutivo do centro, do núcleo do ERB, como fizemos anteriormente com os pronomes; implica também incluir, no núcleo do ERB, o “espaço enunciativo”, completando o “*quadro figurativo* da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 87): a construção da correlação “eu-tu”, enunciador-enunciatário, no espaço/tempo discursivo, no aqui/agora da enunciação.

Ora, assumir que a tríade “pessoa/tempo/espaço” constitui o núcleo do ERB possibilita-nos adotar o mesmo tipo de explicação que demos para o contraste entre (24) e (25), acima, para o contraste entre (26) e (27):

(26) Eu **compreendo / entendo / noto / observo / percebo / sei** que estou grávida, mas a menstruação chegou.

(27) Eu **compreendia / entendia / notava / observava / percebia / sabia** que estava grávida, mas a menstruação chegou.

Contrariamente ao que acontece em (27), a configuração do ERB de (26) viola o Princípio de Integração, conjugado com a regra de Discursivização: as duas asserções que se contrapõem através do “mas”, predicando, ambas, do núcleo “pessoa/tempo/espaço” do ERB se produzem/interpretam no mesmo espaço/tempo, o tempo da enunciação, o não-tempo, referenciando o presente, o que produz o mesmo tipo de incongruência observada em (24). Já em (27), as predicções sobre o núcleo do ERB, contrapostas através do operador “mas”, se produzem/interpretam em tempos referenciados diferentes, razão por que não desintegra o ERB.

O mesmo tipo de explicação se aplica a enunciados com a conjugação verbal no futuro do presente:

(28) Eu **compreenderei / entenderei / notarei / observarei/ perceberei / saberei** que estou grávida, mas a menstruação chegou.

²¹ Enfatizamos aqui que é necessário distinguir o “presente da instância da fala”, “por natureza implícito” do presente referenciado, em muitas línguas, como no português, através de morfemas específicos: “O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação”. (BENVENISTE, 1989, p. 85)

A configuração dos enunciados (26) e (28) se dá num único espaço, o ERB. Os verbos sublinhados, se interpretados como verbos *sentiendi*, verbos de percepção, fazem das respectivas asserções predicacões sobre a enunciadora, primeira pessoa, no tempo/espaço da enunciação, o tempo de ERB, que se desintegra por conter duas asserções, ou dois predicados, incongruentes, sobre o mesmo enunciador, constituído, pelo locutor, sempre em primeira pessoa, no mesmo tempo/espaço enunciativo. Note-se que poderíamos tentar explicar o fenômeno falando de “correlação de tempos” referenciados, mas não sairíamos de uma dimensão puramente descritiva: o que deve ser explicado é a condição imposta sobre a dita “correlação de tempos”.

É interessante notar que entre os verbos sublinhados em (28) há verbos que podem ser interpretados como verbos *dicendi*: “**compreenderei**”; “**entenderei**”; “**notarei**”; “**observarei**”; “**saberei**”, em enunciados como os seguintes:

(29) Eu **compreenderei** / **entenderei** / **saberei** que estou grávida, mas a menstruação chegou.

(30) Eu **notarei** / **observarei** que estou grávida, mas a menstruação chegou.

Se os verbos sublinhados em (29) e (30) forem interpretados como verbos *dicendi*, contrariamente ao que acontece em (28), os enunciados de (29)-(30) instanciarão a integração de dois Espaços Referenciais em ERB. Neste caso, eles podem receber uma interpretação congruente: os de (30) receberiam uma interpretação do tipo “eu mentirei”; ou, “contra as evidências, eu direi que estou grávida”, ou algo semelhante; os de (29), receberiam uma interpretação que poderia ser parafraseada como “alguém me informará (**saberei**), ou alguém me dirá que estou grávida, e mesmo contra as evidências, eu compreenderei / entenderei (que estou grávida)”. Nessas interpretações, continuamos a ter asserções sobre a mesma enunciadora núcleo de ERB, enunciadora que será, no entanto, referenciada em espaços/tempos diferentes, em Espaços Referenciais consistentemente integrados no domínio de ERB, sem que se violem o Princípio de Integração e a regra de Discursivização.

Um aspecto importante que já pode ser destacado a respeito da ação do Princípio de Integração acoplado à regra de Discursivização é que contraposições de asserções, realizadas através do operador “mas”, excluídas num único espaço podem ser acomodadas na integração de dois, ou mais espaços. Comparem-se, os exemplos:

(31) *Está/estava chovendo, mas não está/estava.

(32) O repórter diz que está/estava chovendo, mas não está/estava.

A incongruência presente em (31) resulta do fato de as asserções contrapostas se estabelecerem em um único Espaço Referencial enunciativo, o ERB. Em (32), essa incongruência se desfaz na integração de dois espaços, no âmbito do ERB. Em (31), a contraposição, como um todo, “predica”²² do núcleo do ERB, mais especificamente, do enunciador do ERB situado no tempo/espaço de sua enunciação, o que o institui como “contraditório”. Em (32), acontece o mesmo em termos de “predicação” sobre o núcleo de ERB, mas, na integração de dois Espaços Referenciais, a “predicação” sobre o enunciador de ERB se traduz como uma visão deste sobre a fala de um outro enunciador, o enunciador constituído no Espaço Referencial implementado pelo verbo *dicendi* e integrado ao ERB. Temos, assim, em (32), uma contraposição entre duas falas, e não uma contraposição estabelecida no âmbito de uma única fala, como em (31).

O efeito da integração de espaços focalizado na oposição entre (31) e (32) projeta luz sobre enunciados que envolvem um grupo de verbos para os quais, aparentemente, há coincidência entre o tempo da enunciação e o tempo referenciado, verbos que, conjugados na primeira ou terceira pessoa, provocam polêmica:

(33) Eu **imagino** / **sonho** que estou grávida, mas a menstruação chegou.

(34) Natália **imagina** / **sonha** que está grávida, mas a menstruação chegou.

Em ambos os exemplos, predica-se sobre a pessoa núcleo do ERB, a enunciativa de ERB, mas esta enunciativa é projetada em dois Espaços Referenciais diferentes, o do ERB e o do Espaço Referencial contrafactual implementado pelos verbos **imagino** / **sonho**. O Princípio de Integração não é violado, e a regra de Discursivização opera, produzindo um ERB consistentemente integrado, do mesmo modo que em (32).

4.2.3. O tipo de verbo

4.2.3.1. Verbos *dicendi*

Consideramos *dicendi* todo verbo que, frequentemente presente no discurso direto e indireto, introduz um espaço interlocutivo. Além de estabelecer um elo entre enunciados de

²² É necessário manter em mente que estamos utilizando “predicar/predicação”, aqui, nos termos de Benveniste (1995, p. 250): “*Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim.”

diferentes enunciações, possui relevante valor estilístico, tendo em vista a sua variedade e riqueza de matizes semânticos. Assim, entre "determinar que..." e "dizer que..." existe uma distância não apenas semântica, mas também uma insinuação de poder.

Neste estudo dos verbos *dicendi*, interessa-nos particularmente seu papel como construtores de espaços enunciativos, considerando que tal fenômeno está inserido no arcabouço da teoria dos Espaços Referenciais, já que resulta em um processo de mesclagem de vozes. Analisemos o seguinte exemplo:

(35) ERB{IE1[Natália **falou / disse / exclamou / sussurrou / comentou** que estava grávida, mas a menstruação chegou.]IE1}ERB

Nesse texto, criou-se, no interior do ERB, a Instância de Enunciação IE1, pela ativação do verbo *dicendi*. Ao ser criada, essa Instância Enunciativa integrou-se simultaneamente ao ERB, espaço da realidade do falante. Observe-se que se referencia a uma fala de Natália, perspectivizada pelo enunciador do ERB no domínio referencial de E1, a qual é contraposta, através do operador “mas” a uma asserção cuja referência é construída/interpretada no domínio do ERB: “a menstruação chegou”. Essa interpretação impossibilita que o “mas” seja designado como um operador discursivo de primeira pessoa, por não predicar o enunciador. O exemplo evidencia uma propriedade do discurso a que já aludimos ao assumir que todo discurso é polifônico.

Em outra análise desse exemplo, entretanto, podemos considerar que a fala atribuída a Natália diz respeito apenas ao fato de ela estar grávida; já o segmento do discurso introduzido por “mas” refletiria uma apreciação efetivada no âmbito do ERB:

(36) ERB{IE1[Natália **falou / disse / exclamou / sussurrou / comentou** que estava grávida.]IE1, mas a menstruação chegou}ERB

Tem-se aqui um exemplo forte de que o “mas” é um operador discursivo de primeira pessoa.

4.2.3.2. Verbos epistêmicos

Classificam-se como verbos epistêmicos aqueles que expressam a atitude do falante face ao conteúdo proposicional associado/associável ao do enunciado. Tal atitude depende, entre outras coisas, do seu grau de conhecimento relativamente às situações descritas e pode

indicar crença, certeza, especulação, dedução, relato e percepção. Essas apreciações, portanto, têm implicações quanto à confiabilidade do conhecimento em si mesmo. Essa categoria de verbos, assim como os *dicendi*, faz parte dos itens funcionais implementadores de Espaços Referenciais e tem a função de estabelecer/evidenciar o ponto de vista do locutor/enunciador no discurso, quando ocorrem na primeira pessoa:

(37) Eu **achei / acreditei / calculei / considerei / cri / esperei / deduzi / descobri / inferi / julguei / pensei / pressenti / senti / supus / levei em conta / tive em mente** que estava grávida, mas a menstruação chegou.

Observe-se, entretanto, que os epistêmicos empregados em terceira pessoa não “denotam” ponto de vistas de “locutores/enunciadores”, mas de alguém sobre o qual se fala, de uma pessoa referenciada num outro Espaço Referencial, implementado pelo próprio epistêmico; um espaço que predica (modaliza) asserções feitas sempre no domínio de um Espaço Referencial constituído por uma Instância Enunciativa.

(38) Natália **achou / acreditou / calculou / considerou / creu / esperou / deduziu / descobriu / inferiu / julgou / pensou / pressentiu / sentiu / supôs / levou em conta / teve em mente** que estava grávida, mas a menstruação chegou.

A forma verbal epistêmica possibilita a criação de um Espaço Referencial imagético, contrafactual, no qual se interpreta o que se assevera no domínio do objeto do próprio verbo epistêmico. O que se assevera no âmbito desse Espaço contrafactual se opõe a asserções cuja referência se constrói no âmbito do Espaço-ERB, o Espaço da realidade do falante. O segmento discursivo que “mas” introduz, nos dois exemplos, é construído/interpretado no domínio referencial do ERB.

4.2.3.3. Verbos modais

Outro fator a ser analisado no que concerne aos fatores envolvidos na criação e integração de Espaços de Referência em enunciados com “mas” é a ocorrência da contraposição com este operador em enunciados com os verbos modais, indicadores de modalidade epistêmica. Para situar o fenômeno, começaremos por tecer alguns comentários

sobre os efeitos de sentido obtidos através da produção/interpretação de tais enunciados, para, a seguir, verificar como a solução geral que vimos adotando dá conta do fenômeno.

A elocução de um verbo dessa natureza, como “poder” ou “dever”, orienta-nos à construção de sentido segundo o qual o locutor não se compromete com a verdade ou falsidade do que diz, mas apenas apresenta a situação descrita como possível ou provável, tendo em vista o seu universo de conhecimentos e/ou crenças.

(39) Natália **podia** / **devia** estar grávida, mas a menstruação chegou.

(40) Natália **pode** / **deve** estar grávida, mas a menstruação chegou.

Em (39), observamos perfeita correlação entre os tempos verbais referenciados no passado. No espaço/tempo presente de sua enunciação, o falante refere-se à possibilidade da gravidez de Natália anteriormente à chegada da menstruação. Em (40), o falante refere-se à mesma gravidez referenciando-a no tempo presente, que não coincide com o tempo da enunciação, mas que, como tempo não marcado, não o exclui de seu domínio. E, curiosamente, isso faz com que a afirmativa expressa seja possível, mas apenas em casos, como, por exemplo, de anomalia ou de contestação a uma fala de alguém que assevera a gravidez de Natália. Enunciados como esse podem até mesmo vir lexicalizados:

(41) Natália **pode** / **deve (até)** estar grávida, mas a menstruação chegou.

Estamos diante de uma situação em que o falante põe em xeque a condição de verdade do que foi enunciado. Em termos de efeitos de sentido, podemos dizer que esses verbos se distinguem pelo fato de que o grau de compromisso com a verdade da proposição está marcado pela falta de certeza quanto à avaliação feita pelo falante. Na perspectiva que estamos adotando, esta é uma informação, específica, sobre o falante, sobre sua atitude relativamente à sua fala, o que se enquadra na afirmação de Benveniste (1995, p. 250): “Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim.”

É certo, como vimos, que os verbos modais “predicam” do falante, de uma atitude do falante, e isto diz respeito às contraposições com “mas”, o que permite a mescla de Espaços Referenciais. Assim, no interior do Espaço-Básico (ERB), implementa-se, ao mesmo tempo em que se contrapõe e se integra nele, um novo Espaço de Referência introduzido pelo verbo “pode/deve”, indicador de modalidade epistêmica.

4.2.4. *Advérbios modalizadores*

Uma outra categoria de itens funcionais que também merece destaque neste estudo são os advérbios modalizadores, uma subcategoria dos advérbios predicativos, conforme Ilari et al. (1989, p. 76). Tais advérbios são considerados atitudinais por acrescentarem ao discurso informações que refletem o posicionamento do locutor face ao enunciado que produz. Ao expressar sua aprovação, apreciação, desaprovação em relação ao conteúdo proposicional, o locutor lança mão de tais operadores discursivos, como evidencia o seguinte extrato do discurso de Lula na 13ª reunião ordinária do Pleno Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Palácio do Planalto, 25 de agosto de 2005.

(42)

“**Lamentavelmente**, ou não sei se **felizmente**, a democracia não permite que as coisas aconteçam assim. A democracia tem um rito processual, cada instância tem a sua tarefa, a sua obrigação, e a nossa obrigação é fazer aquilo que está no âmbito do Poder Executivo.” (grifos nossos)

Disponível em: << http://oglobo.globo.com/pais/noblat/post.asp?cod_Post=26416&a=112>> Acesso em 20 jan. 2009

Observe-se que tais advérbios, tendo em vista sua natureza dêitica, apontam para a identificação da pessoa-tempo-espaço enunciativo e ainda funcionam como modalizadores do discurso. Trata-se, portanto, de um caso de perspectivização, uma vez que torna evidente a expressão de pontos de vista defendidos pelo locutor/enunciador.

A seleção de um advérbio predicativo pode modalizar o discurso de várias maneiras, consoante a intenção comunicativa do locutor. Consideremos a seguinte asserção:

(43) Natália está grávida, mas o marido dela não crê nisso.

Vamos compará-la, agora, com as seguintes modalizações:

(44) **Talvez** Natália esteja grávida, mas o marido dela não crê nisso.

(45) **Sem dúvida**, Natália está grávida, mas o marido dela não crê nisso.

(46) **Milagrosamente**, Natália está grávida, mas o marido dela não crê nisso.

(47) **Certamente**, Natália está grávida, mas o marido dela não crê nisso.

(48) **De fato**, Natália está grávida, mas o marido dela não crê nisso.

Nesses exemplos, elucida-se a instauração e integração de dois diferentes Espaços Referenciais: o Espaço ERB, instituído pelo locutor ao instaurar o discurso e constituir-se como enunciador; e um espaço contrafactual implementado no interior de ERB pelo verbo epistêmico “crê”. Assim, o operador “mas” contrapõe asserções cujas interpretações envolvem dois Espaços Referenciais: o espaço da Instância de Enunciação, ERB, em que se perspectiva o ponto de vista do locutor/enunciador relativamente à gravidez de Natália; e o espaço referenciado no domínio deste, o da descrença do marido, implementado pelo epistêmico no interior de ERB. Por introduzir uma asserção que predica sobre o “eu” discursivo, o “mas” pode ser considerado como um operador discursivo de primeira pessoa.

Observe-se, entretanto, que existem algumas asserções contrapostas pelo “mas” que são excluídas pela impossibilidade de conviverem com determinados advérbios modalizadores, como podemos analisar a partir dos seguintes exemplos:

(49) *Propositadamente eu ofendi o meu amigo, mas foi sem querer.

(50) *Felizmente eu ofendi o meu amigo, mas foi sem querer.

Essa impossibilidade decorre principalmente se a intenção do locutor/enunciador era a de praticar tal ação. Além disso, não estamos capitalizando um contexto enunciativo caracterizado pela ironia. Tais proposições distanciam-se de outras em que se observa uma atitude involuntária por parte do locutor/enunciador:

(51) Felizmente eu perdi o ônibus, mas foi sem querer.

Novamente, voltemos nosso olhar para Benveniste (1989) e Fauconnier e Turner (2002), em busca de uma explicação para esse “comportamento”. A ocorrência dos advérbios modalizadores evidencia a hipótese segundo a qual em toda Instância de Enunciação - ERB “predica-se” sobre o “eu”, hipótese a que nós nos referimos como “predicação sobre o núcleo de ERB”. Isso afeta a integração de Espaços Referenciais (de asserções) contrapositivos no interior de ERB. A configuração desses enunciados se processa em um único espaço, o ERB. Entretanto, os enunciados (49) e (50) violam o Princípio de Integração, por se constituírem de duas asserções incongruentes sobre o mesmo enunciador, constituído pelo locutor. O mesmo não ocorre com (51), cujas predicções são perfeitamente passíveis de integração no interior do ERB.

4.3. A implementação e integração de espaços referenciais contrastivos entre si: análise de um texto

O texto que segue foi retirado do site Yahoo Respostas, cuja temática central versa sobre gravidez e maternidade. Esse site traz, além da pergunta feita pela internauta, alguns aconselhamentos por parte de interlocutores que se interessam pelo assunto. Escrito em primeira pessoa, este texto se caracteriza por uma explícita estrutura polifônico-discursiva, cujas Instâncias de Enunciação se manifestam e se integram em um único domínio de referência ERB. Além disso, outros Espaços Referenciais são implementados e integrados ao Espaço-ERB, a partir de verbos epistêmicos, bem como de expressões temporais e hipotéticas. Algumas proposições evidenciam a contraposição de espaços por intermédio do item funcional “mas” ou outro de natureza semelhante. É o que procuraremos demonstrar a seguir: (52)

Pensava que estava grávida, mas ela chegou e agora?

Há 1 mês e meio minha menstruação estava atrasada, e eu tinha certeza que estava grávida, por isso contei pro meu marido, ele ficou muito feliz, já contou pra família dele inteira, estão todos felizes, mas agora ele viajou pro país dele. E pra minha decepção não estou grávida. Mas não sei como contar isso. Será que não falo nada e ele não vai perceber a diferença dos meses se eu engravidar agora. Ou falo que tive um aborto espontâneo? (grifos nossos)

Fonte: <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20071030142628AAPGzNZ>. Acesso em: 20 jan. 2008.

Primeiramente, vamos considerar que a implementação e integração de espaços referenciais fundamenta-se primordialmente na configuração do processamento dêitico no discurso. Assim, no texto em análise, só é possível processar a configuração do espaço de referência a partir da ativação de recursos lingüísticos, especificados pelo jogo de pessoa e tempo verbal, bem como pela correlação dos diferentes tempos verbais que se implementam entre os enunciados. Observe-se que a supressão dos elementos dêiticos e a expressão dos verbos no infinitivo dificultam a construção de uma significação e o processamento da referência:

(53)

Pensar que estar grávida, mas ela chegar e agora?

Menstruação estar atrasada, e ter certeza que estar grávida, por isso contar pro marido, ele ficar muito feliz, já contar pra família inteira, estar todos felizes, mas agora ele viajar pro país dele. E pra decepção não estar grávida. Mas não saber como contar isso. Será que não falar nada e ele não ir perceber a diferença dos meses se engravidar agora. Ou falar que ter um aborto espontâneo?

A unicidade e organicidade do texto se justificam tendo em vista a regra de Discursivização bem como o Princípio de Integração ora apresentados e discutidos. Consideramos que, assim como não é possível construir um sintagma sem núcleo, um ERB somente se integra, se interpreta, em função de seu núcleo básico, pessoa/tempo/espaço da enunciação, do discurso.

Essa análise nos permite afirmar que a referência é construída no discurso a partir do processamento dêitico, responsável por gerenciar o “jogo de formas específicas”, que constrói as Instâncias Enunciativas e os demais Espaços Referenciais.

No processamento desse texto/discurso, configura-se uma Instância Enunciativa, um Espaço de Referenciação correspondente ao espaço ERB, da realidade do discurso instituído pela situação *default*. A partir da instituição deste Espaço ERB, dá-se a identificação/integração do Espaço instituído através do epistêmico “pensava”: “Pensava que estava grávida, mas ela chegou e agora?” que intitula o texto e que ativa a criação de um domínio de referência. Desencadeia-se, dessa forma, a criação de um novo Espaço Referencial no interior do Espaço ERB, ou Instância de Enunciação Zero, que se caracteriza pela presença de um enunciador, um enunciatário, e a relação entre estes, em um tempo (agora) / espaço (aqui) do evento comunicativo. É nesse domínio referencial fundamentado na instauração da Instância de Enunciação zero (IE0), que se integram os demais domínios de referência identificados e integrados no texto.

O verbo “contei” instancia uma nova relação entre enunciador/enunciatário, em um tempo/espaço discursivo distinto do aqui/agora da enunciação, indiciando a criação/articulação, no processamento discursivo, de uma outra Instância de Enunciação, a IE1. As informações que se identificam na instauração de IE1 integram-se, instantânea e simultaneamente, à IE0, ou Espaço ERB. O verbo “contou” indicará uma mudança de

perspectivização no discurso, deixando entrever a voz do marido, o enunciador IE2, no cenário enunciativo, que se integra ao Espaço ERB, ou IE0.

A expressão “Mas não sei como contar isso” põe novamente em foco a voz da enunciativa, a IE1, porém em um tempo/espço discursivo que se contrapõe ao aqui/agora da enunciação. Duas novas Instâncias de Enunciação serão instituídas a partir da elocução do verbo “falo”. Também essas novas vozes se integram ao Espaço-ERB da realidade do falante.

Os domínios de referência aqui destacados caracterizam-se pelo fato de se constituírem por verbos ou expressão *dicendi*, itens funcionais que atuam como operadores na criação e integração de Instâncias Enunciativas, aqui identificadas como Espaços Referenciais. O texto em análise pode ser compreendido em termos da identificação e integração de seis Instâncias de Enunciação. Note-se que as informações identificadas na instauração dessas Instâncias de Enunciação são integradas simultaneamente à IE0, no Espaço-ERB:

(54)

ERB {Pensava que estava grávida, mas ela chegou e agora?

Há 1 mês e meio minha menstruação estava atrasada, e eu tinha certeza que estava grávida, por isso **IE1**{contei pro meu marido}, ele ficou muito feliz, já **IE2**{contou pra família dele inteira}, estão todos felizes, mas agora ele viajou pro país dele. E pra minha decepção não estou grávida. Mas não sei como **IE3**{contar isso}. Será que não **IE4**{falo nada} e ele não vai perceber a diferença dos meses se eu engravidar agora. Ou **IE5**{falo que tive um aborto espontâneo?}**ERB**

(grifos nossos)

Podemos representar o processo de criação e articulação de Instâncias Enunciativas e a hierarquização de planos enunciativos no texto por meio do seguinte gráfico concebido com base na abordagem feita por Benveniste (1989/1995):

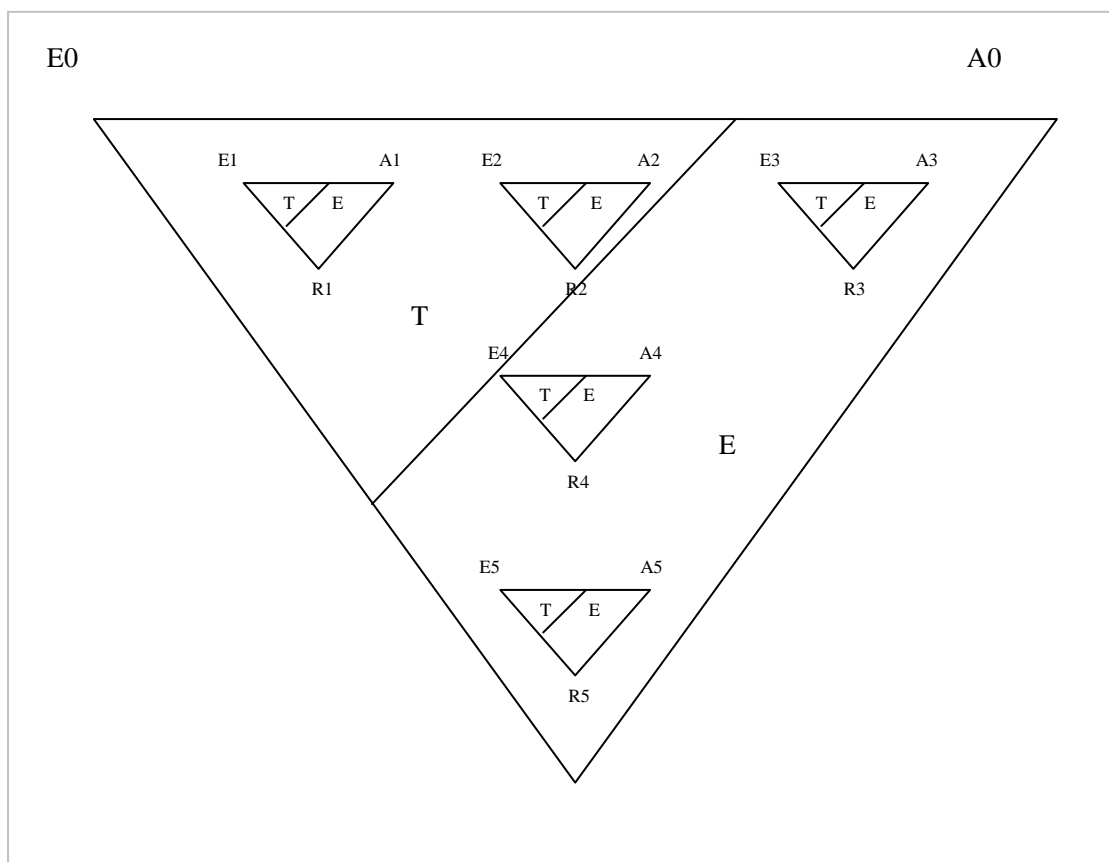


Gráfico 4: Identificação e integração de instâncias enunciativas

O processamento discursivo assim concebido deixa entrever a importância dos recursos semântico-gramaticais na construção da polifonia. A polifonia se constrói, portanto, na articulação de Instâncias Enunciativas. No cenário enunciativo em questão, instanciam-se, pelo agenciamento de itens lexicais *dicendi*, diferentes vozes integradas em um único Espaço Referencial ERB.

Não podemos deixar também de destacar nesta análise a importância dos verbos epistêmicos no agenciamento e integração de Espaços Referenciais Contrafactuais. Os verbos epistêmicos são, por excelência, implementadores de Espaços Referenciais. Retomemos o texto em análise, procurando destacar os verbos epistêmicos nele contidos, bem como os operadores discursivos envolvidos na contraposição de Espaços Referenciais:

(55)

Pensava que estava grávida, **mas** ela chegou e agora?

Há 1 mês e meio minha menstruação estava atrasada, e eu tinha certeza que estava grávida, por isso contei pro meu marido, ele ficou muito feliz, já contou pra família dele inteira, estão todos felizes, **mas** agora ele viajou pro país dele. **E** pra minha decepção não estou grávida. **Mas não sei** como contar isso. Será que não falo nada e ele não vai perceber a diferença dos meses se eu engravidar agora. **Ou** falo que tive um aborto espontâneo? (grifos nossos)

Fonte: <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20071030142628AAPGzNZ>. Acesso em: 20 jan. 2008.

A utilização do verbo “pensava” - e o mesmo ocorre com a utilização da locução verbal “tinha certeza”, cada uma a seu tempo - envolve a representação de dois domínios de referência no âmbito do discurso: um que se implementa através do Espaço ERB, aludido como o Espaço da representação mental do falante, a base através da qual um outro Espaço, contrafactual, irá se instituir e ao qual se integrará; outro, através do indiciamento do verbo / expressão verbal epistêmica, conjugados no pretérito, cuja interpretação, na própria dinâmica do discurso, não condiz com aquela que se posiciona na base. O que se assevera no âmbito desse Espaço contrafactual se opõe a asserções cuja referência se constrói no âmbito do Espaço-ERB, o Espaço integrador.

Novo espaço contrafactual é ativado pelo epistêmico “(não) sei”, que se implementa no interior do ERB, espaço factual, e a ele se contrapõe. Em termos de efeito de sentido, evidencia-se, em tais espaços, o reconhecimento, por parte da enunciativa, de que estava grávida e sua falta de conhecimento sobre como lidar com tal situação. Destaca-se também, no texto, a expressão “pra minha decepção”, através da qual a locutora/enunciadora deixa entrever seu posicionamento subjetivo. Essa expressão pode ser classificada como epistêmica, por ser, na atividade discursiva, dedutível das possibilidades sintático-semânticas que verbos como “crer” e “saber” deixam entrever. Assim sendo, ela também funciona como gatilho para a construção de um novo Espaço Referencial e sua integração no Espaço-ERB.

É interessante observar a instituição de novos domínios de referência ativados pela expressão “Será que” e pela conjunção “se”. Operando mentalmente com o irreal, o locutor cria um mundo imagético, contrafactual, no qual se aventa uma situação possível, hipotética. Esses Espaços Referenciais contrapõem-se e simultaneamente se integram ao Espaço-ERB.

Em ambos os casos, estamos diante de uma modalidade epistêmica, decorrente de interpretações particulares do locutor/enunciador.

A expressão epistêmica “vai perceber” também ativa um novo Espaço Referencial, que também designa uma situação hipotética. Note-se, entretanto, que está sendo aventada uma possibilidade relacionada ao estado mental do marido, pessoa referenciada no discurso, e não um posicionamento do locutor/enunciador. Essa expressão verbal favorece a instauração de um novo domínio de referência que se contrapõe aos Espaços Referenciais contrafactuais instaurados pela expressão “será que” e pela conjunção “se”. Estabelecem-se, nos dois casos, uma compressão de causa e efeito. Todos esses Espaços Referenciais, evidentemente, são instaurados e integrados no Espaço-ERB, o factual, relativo à realidade do falante.

Ressaltamos, também, a importância da correlação entre os tempos verbais e também entre palavra e expressão indicadoras de tempo na contraposição de Espaços Referenciais. No caso dos verbos, a contraposição resulta do jogo estabelecido entre a situação descrita no presente da enunciação e os tempos referenciados no passado, presente e futuro, possibilitando, com isso, a implementação e articulação de diferentes Espaços Referenciais no interior do Espaço-ERB. Retomemos novamente o texto, destacando, agora, os tempos verbais e outros itens funcionais que, no discurso, denunciam a manifestação do tempo:

(56)

Pensava que estava grávida, mas ela chegou e agora?

Há 1 mês e meio minha menstruação estava atrasada, e eu tinha certeza que estava grávida, por isso contei pro meu marido, ele ficou muito feliz, já contou pra família dele inteira, estão todos felizes, mas agora ele viajou pro país dele. E pra minha decepção não estou grávida. Mas não sei como contar isso. Será que não falo nada e ele não vai perceber a diferença dos meses se eu engravidar agora. Ou falo que tive um aborto espontâneo? (grifos nossos)

Consideremos primeiramente o tempo presente, organicamente efetivado no ato do discurso, ligado ao exercício da fala, à Instância do Discurso que contém “eu” e que, portanto, é parte constitutiva do ERB. É a partir desse tempo lingüístico que vão se ordenar os demais tempos referenciados no discurso. Observa-se, assim, uma polarização quanto à instauração do sistema temporal, já que de um lado temos o “agora” enunciativo e, de outro, os demais tempos referenciados, seja no passado: “pensava”, “estava”, “tinha” e “contei”, que referenciam a primeira pessoa coincidente com o “eu” discursivo; e “chegou”, “ficou”,

“contou”, “viajou”, que referenciam uma terceira pessoa; seja no futuro, indiciando uma situação hipotética: “será”, “vai perceber”, “engravidar”; seja no presente, como o verbo “estão” e “falo”, que, embora coincidentes com o tempo discursivo, evidentemente não fazem referência a ele. O fato de as predicções sobre o núcleo do ERB se produzirem/interpretarem em diferentes tempos referenciados garante a integração do ERB.

Evidenciam-se também, nesse texto, duas expressões temporais implementadoras de Espaços Referenciais: “Há 1 mês e meio” e “Agora”. No ERB, espaço base instituído pela Instância Zero de Enunciação E0, implementa-se um novo espaço por meio da expressão adverbial “Há um mês e meio”, que coloca em foco as informações a serem acessadas nesse domínio cognitivo. Observa-se, assim, a manifestação da contrafactualidade, que determina a contraposição entre um espaço factual, caracterizado pelos acontecimentos atuais, e um espaço contrafactual, relativo aos acontecimentos passados. O item funcional “Agora” põe novamente em foco o tempo presente, tempo referenciado que não se confunde com o tempo da enunciação, devendo ser interpretado no interior do ERB. A devida correlação entre os tempos verbais e também entre os demais itens funcionais articuladores de tempo possibilita uma compressão do tempo, delimitado pelo passado-presente, em que se referencia a situação gravidez-não gravidez.

Voltemos agora nosso olhar para os operadores discursivos destacados no texto. Estamos defendendo, na presente tese, que tais operadores atuam como itens funcionais, cuja significação só se efetiva no interior do discurso. Estamos levantando a hipótese de que o “mas”, operador discursivo de primeira pessoa, e outros correlatos atuam na contraposição de domínios de referência constituídos, pelo menos, por duas asserções. Analisemos, portanto, como se manifesta a contraposição de espaços e a atuação dos operadores:

(57) “Pensava que estava grávida, **mas** ela chegou e agora?”

Em tal asserção, o operador discursivo “mas” atua na contraposição de dois espaços referenciais: o espaço ERB, espaço factual, da realidade do falante, espaço este que abriga as informações expressas no segmento que contém “mas”; e o espaço contrafactual introduzido pelo verbo epistêmico “pensava”. Se tal contraposição se opera no interior de um único enunciado, o mesmo não ocorre em

(58) “**mas** agora ele viajou pro país dele.”

Recorrendo ao texto, observamos que esse operador atua na contraposição de dois Espaços Referenciais. De um lado, temos o espaço ERB, espaço factual, da realidade do falante, instituído no “aqui-agora” enunciativo. Vejamos que o dêitico “agora”, referenciado no segmento introduzido por “mas”, não se confunde com o “agora” da enunciação, mas deve ser interpretado nesse mesmo domínio de referência. Do outro lado, temos um outro Espaço Referencial introduzido pela expressão temporal “Há um ano e meio”, que predica informações concretizadas em um tempo passado. Esse Espaço de Referência se contrapõe, ao mesmo tempo em que nele se integra, no domínio referencial ERB.

Situação curiosa podemos observar em

(59) “**E** pra minha decepção não estou grávida.”

Note-se que o operador discursivo “E” reúne duas asserções, cujas informações que elas predicam se completam: “mas agora ele viajou pro país dele. E pra minha decepção não estou grávida.”. Nesse sentido, tal operador atua na adição de proposições. Contudo, as condições de interpretabilidade do enunciado permitem-nos operar com ele como um índice linguístico contrapositor de Espaços Referenciais, considerando-se, inclusive, que ele assim poderia vir lexicalizado: “E, **entretanto**, pra minha decepção não estou grávida.” Em que se fundamenta tal contraposição?

Vamos nos lembrar aqui da regra de Discursivização com a qual estamos operando e do Princípio de Integração, conceitos estes que nos remetem à necessidade de integrar todos os domínios de referência numa única rede de espaços instituídos no discurso. Observe-se que essa informação adicional está contida no mesmo domínio de referência instituído pelo dêitico “agora”, presente no segmento introduzido por “mas”, cuja interpretação se faz no mesmo espaço ERB. O espaço que contrapõe a este é, como vimos, aquele contrafactual introduzido pela expressão “Há um ano e meio”. Assim, a proposição introduzida por “E” também manifesta caráter contrapositivo.

Novamente deparamos com o operador discursivo “mas” introduzindo a seguinte asserção:

(60) “**Mas** não sei como contar isso.”

Tal operador discursivo atua na contraposição de dois Espaços Referenciais: o Espaço-ERB e o Espaço de Referência contrafactual instituído pelo epistêmico “sei”. Por fim, vale a

pena observar a contraposição de Espaços Referenciais efetivada através do operador discursivo “ou” na seguinte asserção:

(61) “**Ou** falo que tive um aborto espontâneo”

Observe-se que tal operador atua na contraposição de dois Espaços de Referência, ambos contrafactuais uma vez que referenciam uma situação hipotética, instituídos pelos *dicendi* “falo”. Desse modo, evidencia-se uma contraposição de perspectivas, opiniões divergentes embutidas na voz de um mesmo enunciador.

Após discorrermos sobre a implementação e contraposição de Espaços de Referência bem como sobre os operadores discursivos que atuam na contraposição de tais espaços, vamos apresentar novamente o texto, agora procurando destacar todos os domínios de referência implementados no interior do Espaço-ERB e articulados a ele:

(62)

ERB {Pensava que estava grávida, mas ela chegou e agora?

Há 1 mês e meio [1º Espaço] minha menstruação estava atrasada, e eu tinha certeza [2º Espaço] que estava grávida, por isso contei [3º Espaço] pro meu marido, ele ficou muito feliz, já contou [4º Espaço] pra família dele inteira, estão todos felizes, mas agora [5º Espaço] ele viajou pro país dele. E pra minha decepção [6º Espaço] não estou grávida. Mas não sei [7º Espaço] como contar [8º Espaço] isso. Será que [9º Espaço] não falo [10º Espaço] nada e ele não vai perceber [11º Espaço] a diferença dos meses se [12º Espaço] eu engravidar agora. Ou falo [12º Espaço] que tive um aborto espontâneo?} **ERB**

(grifos nossos)

Fonte: <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20071030142628AAPGzNZ>. Acesso em: 20 jan. 2008.

A análise do texto em questão é uma tentativa de evidenciar a função e importância da pessoa, tempo e espaço enunciativos, bem como do tipo de verbo (*dicendi*, epistêmicos e modais), além dos advérbios modalizadores e de uma certa categoria de operadores discursivos na implementação e contraposição de Domínios de Referência. Observamos que o “mas”, bem como outros itens lexicais congêneres, funciona como operadores discursivos de primeira pessoa, que cumprem uma função sintático-discursiva na contraposição de asserções ou de um conjunto de asserções no interior de uma rede de Espaços Referenciais Integrada – ERB.

4.4. Conclusão

Na presente tese, estamos defendendo a hipótese segundo a qual o “mas” (e outros itens funcionais congêneres), regularmente atua como um operador discursivo de primeira pessoa, cuja função é contrapor Espaços Referenciais constituídos, no mínimo, por asserções. Nesse sentido, estamos assumindo que:

- a) as asserções (proposições, enunciados) só se constituem no domínio de uma Instância de Enunciação, de um ERB, ou seja, falar (situação *default*) é construir um ERB, sempre um e único, que pode integrar (alocar) outros Espaços Referenciais;
- b) um ERB tem de ser “sintaticamente” integrado (consistente) em função de seu núcleo “pessoa-tempo-espaço”, conforme caracterizado em o “Aparelho formal da enunciação” (Benveniste, 1989). Daí, a importância do “Tempo da Enunciação”, do aqui/agora em que se constitui o enunciador;
- c) da mesma maneira que o sintagma nominal se constrói/interpreta em função de seu núcleo, o, digamos, “Sintagma Instância de Enunciação” (ERB) se constrói em função de seu núcleo: predica do único enunciador de cada Instância, de cada ERB;
- d) todo ERB predica de seu “eu”, do seu enunciador; e isto deve ser levado em conta na integração de Espaços Referenciais; em nosso caso específico, dos Espaços Referenciais constituídos por asserções (proposições) construídas contrapositivamente através do “mas” e operadores congêneres.

Ao capitalizarmos tais pressupostos, procuramos apontar algumas asserções construídas contrapositivamente com “mas”, cujos Espaços de Referência se desintegram devido a incongruências relativas à predicação sobre o núcleo de ERB.

Tendo considerado os fatores envolvidos na contraposição de domínios de referência em proposições com “mas” e outros itens funcionais correlatos, vamos retomar essa questão no próximo capítulo, com vistas a demonstrar sua aplicabilidade no processamento de textos/discursos.

5. ANÁLISE DOS DADOS: A ATUAÇÃO DO “MAS” NA CONTRAPOSIÇÃO DE ESPAÇOS REFERENCIAIS

Neste capítulo, será processada a análise dos dados visando à confirmação, ou não, da hipótese segundo a qual o “mas” (e outros itens funcionais congêneres) é um operador discursivo que tem a função sintático-discursiva de contrapor asserções no interior de um Espaço Referencial, ou um conjunto de asserções constituintes de um Espaço Referencial. Estamos utilizando o termo “vozes” para nos referir aos Espaços Referenciais constituídos por Instâncias de Enunciação ou por outros Espaços Referenciais configurados em função de elementos constituintes básicos de uma Instância de Enunciação, tais como tempo, espaço, pessoas (do discurso), além daqueles implementados pelos epistêmicos.

Na oportunidade, procuraremos analisar a função sintático-discursiva do “mas” e outros operadores correlatos na contraposição de Espaços Referenciais implementados por:

- a) vozes instituídas por Instâncias Enunciativas;
- b) vozes constituídas na troca de turnos;
- c) diferentes perspectivizações de um mesmo locutor/enunciador;
- d) vozes evidenciadas no domínio de verbos e expressões epistêmicas.

Em princípio, centraremos nossos esforços na análise de excertos de entrevistas recolhidos do Projeto NURC, visando a uma maior objetividade na observação dos aspectos lingüístico-discursivos relacionados à contraposição de Espaços Referenciais constitutivos de um Domínio de Referência Integrado Único - ERB. Em seguida, estudaremos, na íntegra, o Inquérito – diálogo entre documentador e dois informantes. Esse texto também foi recolhido do Projeto NURC e consta do Anexo I do presente trabalho de pesquisa. É importante enfatizar que, em termos lingüístico-cognitivo-processuais, a atuação do item funcional “mas” e outros na contraposição de Espaços Referenciais é um problema a ser investigado no âmbito do Processamento Discursivo.

5.1. A contraposição de Espaços Referenciais mediados pelo operador discursivo “mas” e congêneres: análise de excertos de entrevistas

5.1.1. Contraposição de vozes instituídas por instâncias enunciativas

No trecho a seguir, E (o entrevistador) questiona F (a pessoa entrevistada) a respeito de algum perigo sofrido por esta. A forma como a entrevistada constrói seu discurso caracteriza bem a contraposição de vozes instituídas por Instâncias de Enunciação, as quais se encontram destacadas no texto, juntamente com os verbos *dicendi* e os operadores discursivos. Ganham relevo os operadores discursivos “mas” e “e” que atuam na contraposição dos Espaços Referenciais.

(63)

ERB {E- E algum perigo. Não lembra, assim de alguma coisa (ruído) que marcou? Um perigo, assim, talvez até aqui no morro mesmo. (vozes de crianças)

F- Ah! Só tive um perigo, **mas** foi um periguinho assim, (gesticula) sabe? Eu quase fui sendo agarrada. (est) **Mas** foi um perigo, assim, que eu me assustei, entendeu? Na hora ("eu") não me assustei. Porque eu ia ser agarrada sem ter nada com isso, sabe? (balbucio) Assim, agarrada assim: **IE1 "você é fulano!" IE2** Aí eu falei: "eu não sou! Eu não sou a garota que vocês estão pensando." (criança balbuciando) Aí, (inint) tinha outro rapaz que me conhecia aí **IE3 falou:** "não é ela." **Mas** aquele perigo sabe? Um **IE4 falava** (f) que eu era, (hes) o rapaz **IE5 dizia** que eu não era. Aí eu fiquei com aquilo na cabeça. **IE6 Eu falei:** "ai meu Deus do Céu: vão me agarrar." Um só contra dez **IE7 dizendo** que é e um só **IE8 falando** que não é! Eu vou não sei nem o que eu fazia! (inint) E aquele monte de homem. Eu assim parada, (gesticula) tremendo. Meu mal é que eu andava de madrugada, tarde da noite, não é? E aquele monte de homem e eu, assim, no meio. Tremendo. **E** o rapaz: **IE9 "não precisa tremer não! Não precisa tremer que eles não vão te agarrar."** Aí eles **IE10 falando:** "você é (hes) e é, e é, e é." **E** eu também não ("queria") não **IE11 falar** meu nome porque (inint.) não precisava **IE12 falar** meu nome, não é, eles queriam a minha uma (inint) uma cunhada minha. **E** eles **IE13 falaram** que era eu. Que eu parecia muito com ela quando era nova, sabe, era mais clara e tudo; andava muito pelada, de short muito curto, blusa cá em cima (hes) nó para cima do umbigo. Era muito assanhada. Eles cismaram que eu era a garota. **IE14 Disse** que não era, **eles IE15 disse** que eu era. Aí **IE16 eu falei:** "ai, meu Deus do Céu, vou ser ("agarrada") o que eu vou fazer: um monte de homem eu vou brigar com eles tudo. (gritinho) Um vai me agarrar pelos ("pus"). Eles vão me acabar com a minha vida. Aí aquilo eu fiquei com aquilo na

cabeça, fiquei (tosse de criança) aí o rapaz **IE17 ("falou")** assim: "ela não é." Aí acabou **IE18 falando** meu nome, não é? "Ah, não! O nome dela é Jupira. Ela não é (tosse) a ("Neidi.") Aí ficou tudo certo. Aí eles **IE19 falaram** assim: "pode subir. Então sobe. Sobe e não olha para trás!" Ah ! **IE20 Falei**: "ah, meu Deus do Céu!" (inint) O rapaz me trouxe até ali em cima ainda. Subi correndo. (balbucio) Foi ali embaixo (aponta) perto daquela pedra ali. (grito) Eu subi correndo, cheguei aqui em casa. Quando eu cheguei lá no portão **IE21 eu gritei**: "mãe, abre a porta que eu estou entrando." Quando a minha mãe abriu a porta eu caí dentro de casa já quietinha, tampei a cabeça. Aquele dia eu tremi tanto. **Mas** tremi com o susto, sabe, não foi medo. Só foi com susto, só o susto que eles me deram. Porque eles **IE22 disseram** que eu era a garota. **IE23 Eu falei** que não era, **eles IE24 falaram** que era. Teimando comigo. **Mas** eles conhecia a garota. Eles estavam de onda com a minha cara, também. Só aquela vez também. O perigo que eu passei foi esse. [Não <pas->] não passei mais perigo assim, não. Tinha mais perigo, assim. Só esse só. Que eu era muito assanhada, eu era <assa-> quando eu era assim no igual a Sheila, assim: meu Deus do Céu, eu não sei não. Eu era muito assanhada demais. (sorriso) Era ("sério"). Meu pai não agüentava mais comigo. **IE25 Ele falava: "não vai ali!"** Quando ele virava as costas eu estava (ruído) ali. **IE26 "Não vai lá!"** Quando ele **falava** - virava as costas, (inint) estava lá. Era teimosa e assanhada. Agora eu parei. Agora também não faço mais nada de errado. Fiquei calma demais. **ERB}**

(DID RJ 06) (observações e grifos nossos)

No excerto acima, aqui tomado como o texto em sua íntegra, implementou-se uma Instância de Enunciação no aqui/agora enunciativo, correspondente à situação *Default* ou Espaço-Base (ERB), no qual transcorre a entrevista. No interior desse Espaço-Base, simultaneamente se integram e se hierarquizam outras Instâncias Enunciativas, conforme delimitado no texto. Essa integração ocorre, em sua maioria, por meio dos verbos *dicendi*, ora destacados. Tais Instâncias Enunciativas contrapõem-se e se integram à instância básica ERB, que engloba a relação dialógica, a entrevista, em sua totalidade.

Além da contraposição ao Espaço-Base, outras vozes se contrapõem entre si, no interior desse mesmo espaço, conforme se verifica na:

- a) discussão entre a vítima e seus agressores: "você é fulano!" Aí **eu falei**: "eu não sou! Eu não sou a garota que vocês estão pensando."
- b) discussão entre um dos agressores e os demais: "Aí, (inint) tinha outro rapaz que me conhecia aí **falou**: 'não é ela'."

- c) retomada da cena da agressão: “Porque eles **disseram** que eu era a garota. **Eu falei** que não era, **eles falaram** que era.”
- d) ordem expressa pelo pai, a cujos comandos a filha não obedece: “**Ele falava: ‘não vai ali!’** Quando ele virava as costas eu estava (ruído) ali. **‘Não vai lá!’** Quando ele falava - virava as costas, (inint) estava lá.”

No que diz respeito à instituição das pessoas no discurso, observemos que o ERB, Espaço-Base, no interior do qual se articulam diferentes Instâncias de Enunciação, reflete a perspectivização de uma locutora que se institui como enunciadora, colocando-se como centro dos acontecimentos referenciados na elocução, fazendo ecoar não só a sua fala, o “eu” discursivo, como também a dos demais participantes do ato comunicativo. Todas essas vozes se constituem no interior do ERB, espaço no qual elas também se integram, formando uma Rede de Domínio Integrado Único. Em alguns momentos, a locutora/enunciadora não fez uso do verbo *dicendi*, embora seu uso fosse cabível, como podemos observar a partir do seguinte exemplo: “E o rapaz: ‘não precisa tremer não! Não precisa tremer que eles não vão te agarrar’.” Tal enunciado poderia ser assim parafraseado: E o rapaz **dizia**: “não precisa tremer não! Não precisa tremer que eles não vão te agarrar.”

A contraposição também se estabelece tendo em vista o tempo / espaço enunciativos. Em contraposição ao presente lingüístico, ativado no tempo/espaço da enunciação, destacam-se outros tempos verbais (presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito), além do gerúndio. Ressalvamos que o presente referenciado no texto, não coincide com o tempo da enunciação, até afastando-se dele para referenciar outros discursos ocorridos em tempo/espacos diferentes. A contraposição entre as diferentes pessoas do discurso bem como o jogo entre os diferentes tempos verbais vão possibilitar a construção de uma rede integrada - ERB, que constitui o domínio discursivo.

Além disso, é importante destacar, nesse excerto, a frequência de alguns operadores discursivos atuando na contraposição de vozes. Essas ocorrências parecem evidenciar a hipótese levantada na presente tese. No que tange à contraposição de Instâncias Enunciativas, podemos destacar a atuação do “e” na contraposição de diferentes Instâncias de Enunciação: “Um só contra dez **dizendo** que é e um só **falando** que não é!”. Observe-se que o operador discursivo “e”, que atua na contraposição de espaços referenciais, pode ser substituído por “mas”, que, nesse sentido, exerceria a mesma função. Assim, no interior do ERB, colocam-se em cena duas outras vozes: a voz do rapaz defensor da entrevistada e a daqueles que queriam agredi-la.

Talvez, para dar maior dinamismo ao seu discurso, em algumas seqüências discursivas, a locutora/enunciadora tenha optado pela contraposição de vozes sem a presença explícita de um operador discursivo, o qual pode ser apresentado por meio de paráfrases tais como: “Eu falei que não era, **mas** eles falaram que era”; e “Meu pai não agüentava mais comigo. Ele falava: ‘não vai ali!’, **mas**, quando ele virava as costas eu estava (ruído) ali. ‘Não vai lá!’, **mas** quando ele falava - virava as costas, (inint) estava lá”. A análise de cada uma dessas proposições coloca em foco a contraposição de duas vozes constituídas no interior do ERB: a voz da enunciadora e a voz daqueles sobre os quais ela predica. Como vemos, tal contraposição poderia ser mediada por um operador discursivo tal como o “mas” e outros congêneres. Isso nos permite concluir que, embora esses operadores discursivos possam favorecer a relação de dependência em uma seqüência linear, eles não constituem os únicos recursos utilizados para garantir a contraposição de vozes.

Algumas ocorrências do “mas” também deixam entrever a contraposição de diferentes perspectivas no interior do mesmo enunciado (“Ah! Só tive um perigo, **mas** foi um periguinho assim, (gesticula) sabe?”). A expressão de dois pontos de vista a respeito de um mesmo assunto, manifestados através da contraposição de duas asserções através do “mas” (1ª. Ah! Só tive um perigo, **mas** 2ª. foi um periguinho assim...sabe?) coloca em evidência o posicionamento da locutora/enunciadora em relação ao problema vivenciado. Assim podemos afirmar que o “mas” é um operador discursivo de primeira pessoa.

É necessário ter em mente que estamos considerando essa contraposição de asserções no interior de um mesmo Espaço Referencial como uma contraposição de Espaços Referenciais, uma implicação necessária do princípio da recursão. Assim, consideramos que, no Espaço Referencial configurado pelas asserções “Eu quase fui sendo agarrada. (est) **mas** foi um perigo, assim, que eu me assustei, entendeu?”, temos a integração, por contraposição, de dois outros Espaços Referenciais, os contrapostos através do operador “mas”. Note-se que isso corresponde a adotar a posição assumida por Frege (1978), no capítulo II, “*Sobre o sentido e a referência*”, segundo a qual as sentenças assertivas têm uma referência.²³ Neste trabalho, dizemos que as asserções, ou sentenças assertivas, delimitam um Espaço Referencial: um Espaço Referencial que, como dissemos, contrariamente ao que acontece com o delimitado por sintagmas nominais, pode ser contraposto pelo “mas”.

²³ É necessário ter em mente que, segundo Frege, há sentenças cuja forma se assemelha à das assertivas e que não têm referência: “A sentença subordinada começando com “que”, depois de “ordenar”, “pedir”, “proibir”, apareceria no discurso direto como um imperativo. Tal sentença não tem referência, mas apenas um sentido” (Frege, 1975: 74)

5.1.2. *Contraposição de vozes constituídas na troca de turnos*

Na passagem a seguir, temos um diálogo entre dois informantes paulistanos, que conversam sobre cursos de especialização e profissões. No trecho em destaque, eles mantêm perspectivas diferentes a respeito do assunto em pauta. Os operadores discursivos “mas” e “se bem que” atuam na contraposição de Espaços Referenciais:

(64)

L2 ele ele estaria dentro do caso do engenheiro civil então o clínico geral assim de:: ... em termo não de estudo digamos mas de ... de campo de serviço?

L1 **Se bem que** o engenheiro hoje está bem hein meu querido... ahn?

L2 ah **mas** tem engenheiro civil sobrando aí hein V. ((risos))

L1 com todas essas facilidades do BNH aí... está todo mundo comprando casa própria... então os engenheiros estão levantando prédios aí que não acaba mais... você não está vendo isso?

[

L2 ah **mas** você vê quem é que... quem é que está levantando... quem é que você vê levantando... é sempre aquela mesma... empresa

L1 é **mas** eu acho que está indo bem o negócio está todo mundo querendo partir para o campo da construção

[

L2 sempre aquela mesma empresa

L1 é o que está dando dinheiro agora... deixou de ser Bolsa né? Agora é construção... ((risos))

(D2SP62) (grifos meus)

Observamos, a partir do exemplo acima, uma relação dialógica entre dois locutores, que se instituem como enunciativos em um tempo/espaço discursivo, movidos pela necessidade de, para o locutor, referir pelo discurso e, para o alocutário, a possibilidade de co-referir identicamente no e pelo discurso. Tal discurso, caracterizado pela presença física de dois falantes e pela alteridade entre eles, reflete uma oposição entre dois pontos de vista diferentes em relação ao que se predica.

A contraposição de vozes é instaurada quando L1 considera discutível o argumento de L2. A conversação é caracterizada pela passagem consentida de turno, através de, por exemplo, uma interrogação. Outras vezes, há tentativa de assalto a turno, determinada, por

exemplo, pela superposição de vozes, quando a discussão parece estar mais acalorada. Por fim, a harmonia parece se restabelecer, quando L1 aceita como válido o ponto de vista defendido por L2.

Estamos considerando que a contraposição de vozes evidenciada nessa troca de turnos nada mais é que contraposição de Espaços Referenciais instituídos pelos falantes no interior de um Espaço-ERB e integrados num diálogo, caracterizado por perspectivas discordantes entre si. Atuando nessa contraposição de Espaços Referenciais, destacam-se os operadores discursivos “mas” e “se bem que”. Esse uso se dá precisamente na (tentativa de) tomada de turno, em que se verifica a contraposição de perspectivas. Assim, em tais casos, a fala de um tem seu complemento na fala de outro, mediada por um item funcional que irá estabelecer a contraposição entre elas. Verifica-se, também, nesse excerto, a ocorrência de contraposição de vozes, sem a mediação de um operador discursivo, situação em que tal uso seria plenamente plausível: “(mas) sempre aquela mesma empresa.”. Como queríamos demonstrar, o uso de tais operadores parece confirmar a hipótese levantada na presente tese.

5.1.3. Contraposição de diferentes perspectivizações de um mesmo locutor/enunciador

No diálogo que segue, o locutor L1, ao expressar seu argumento em relação à televisão, deixa entrever, em seu discurso, vozes discordantes, através das quais primeiramente apresenta um ponto de vista para, logo após, refutá-lo. Os operadores discursivos “mas”, “agora” e “ainda que” mediam a contraposição de diferentes Espaços Referenciais:

(65)

DOC C. ... gostaria de falar ainda... vamos dizer alguma coisa algum... o lado crítico vamos dizer assim da televisão?

L1 bom ... não sei... **eu creio** que sempre quando o o... a programação... procura atingir uma faixa quantitativa... em termos de mercado... obviamente a ... aquela porção... que busca ... uma melhor qualificação dos programas acaba se frustrando naturalmente... **não posso deixar de reconhecer** que face ao nível sócio-cultural e até mesmo econômico de grande parte da população os programas que possam atingir mais claramente este tipo de público... são programas de níveis... inferiores àqueles que **poderiam** estar dentro de um agrado geral... então **eu compreendo** porQUE a televisão... acaba naturalmente por apeLAR em função de uma programação que atinja o grande público... **agora** o a circunstância de compreender **não faça com que eu justifique... e endosse esse ponto de vista... eu acho** que a televisão... ao se

implanTAR no Brasil e para criAR e como efetivamente criOU... aquele MIto de dependência que o R. se reportou muito bem para com o espectador... **poderia** ter descido aos níveis desejáveis pelo GRANde público... **mas** depois de ter criado esta dependência...**poderia** ter a pretensão de elevar o seu nível e fazer com que o público chegasse evidentemente... a este tipo de nível... **Infelizmente... não** é o que ocorre... então... ahn eu não tenho NAda assim de pessoal CONtra a televisão e nem... nenhuma... forma de restrição àqueles que se vêm escravizAdos pela televisão... **mas acho** que ela não está cumPRINdo aquele serVIço... que realmente... ahn se proporia a cumprir ... ela é PAGA ela é sustenTAda pelo anúncio... pelo comercial... e:: na maior parte das vezes o comércio está interessado em atingir o maior número... de espectadores poSSÍveis... **ainda que naturalmente** a qualificação desses espectadores possa ser colocada em dúvida... então nesses termos... a gente lamenta MUIto profundamente essa característica COmercial da televisão...

(SP D2 255) (grifos nossos)

Neste exemplo, a locutora/enunciadora, ao instaurar o discurso, predica sobre a atuação da televisão, manifestando pontos de vista contrários acerca da programação televisiva. No espaço da crença da enunciadora, tais pontos de vista podem ser assim especificados: uma perspectivização cujas asserções são construídas/interpretadas apenas no domínio dos espaços implementados pelos epistêmicos, através dos quais se predica sobre possíveis justificativas para a atuação da televisão; e outra perspectivização contrária à anterior, que evidencia o ponto de vista que a enunciadora realmente está defendendo. A presença de modalizadores e palavras de cunho negativo (“infelizmente”, “não”) determinam o ponto de vista assumido por ela.

Constitui-se, desse modo, um Domínio de Referência Integrado Único. De um lado, efetiva-se a construção de Espaços Referenciais Contrafactuais implementados pelos verbos e expressões epistêmicas (“creio”, “não posso deixar de reconhecer”, “compreendo”) e pelo verbo indicador de modalidade epistêmica “poderiam”. Tais espaços são integrados ao Espaço Referencial Base, ERB, instituído pelo locutor/enunciador. No interior do ERB são também instituídos outros Espaços Referenciais Contrafactuais, ativados pelos verbos epistêmicos “acho” e pelos verbos indicadores de modalidade epistêmica “poderia”.

Atuando na contraposição desses Espaços Referenciais, podemos encontrar alguns operadores discursivos. Destacamos, inicialmente, o item funcional “agora”, que contrapõe dois pontos de vista predicados pela enunciadora: aquele relacionado ao que ela compreende e aquele que ela efetivamente endossa. Embora se predique sobre a mesma pessoa do discurso, ainda assim mantém-se um Domínio de Referência Integrado, visto que é a partir da

enunciadora que se projetam dois domínios de referência distintos, o do ERB e o do Espaço Referencial Contrafactual.

Podemos destacar também a atuação do “mas” contrapondo dois Espaços de Referência implementados pelos modais “poderia”:

(66)

“(A televisão) **poderia** ter descido aos níveis desejáveis pelo GRANde público... **mas** depois de ter criado esta dependência...**poderia** ter a pretensão de elevar o seu nível e fazer com que o público chegasse evidentemente.”

(grifos nossos)

Observe-se que, instituído no espaço / tempo enunciativo delimitado no presente, o locutor/ enunciador predica sobre possíveis decisões que a televisão poderia tomar em diferentes tempos referenciados. Tais decisões estão referenciadas em Espaços Referenciais Contrafactuais diferentes e contrapostos entre si, ativados pelos verbos “poderia”, indicadores de modalidade epistêmica. Embora os verbos utilizados na implementação e contraposição entre os Espaços Referenciais Contrafactuais sejam o mesmo verbo e estejam conjugados no mesmo tempo e modo, eles não predicam sobre realizações simultâneas, sendo que cada uma delas ocorreria a seu tempo, de maneira sucessiva. Isso possibilita que o ERB, no interior do qual esses Domínios de Referência são ativados e mesclados, não se desintegre e que o Princípio de Integração não seja violado.

No continuum da fala do locutor/enunciador, encontramos as seguintes asserções:

(67)

“(A televisão) **poderia** ter a pretensão de elevar o seu nível e fazer com que o público chegasse evidentemente... a este tipo de nível... **Infelizmente... não** é o que ocorre...”

(grifos nossos)

No ERB, espaço instituído pelo locutor/enunciador, o verbo “poderia”, como vimos, implementa um Espaço Referencial Contrafactual, no interior do qual se predica sobre algumas decisões que poderiam ser tomadas pelos gestores das redes de televisão, as quais não correspondem ao que se realiza no plano factual. Não verificamos a ocorrência do operador discursivo “mas” nem de outros itens funcionais congêneres atuando na contraposição desses Espaços Referenciais, embora tal estratégia discursiva fosse possível.

Observe-se, entretanto, a presença de um advérbio modalizador, que predica sobre o falante/enunciador, de modo a fortalecer o ponto de vista defendido por ele. Tal ocorrência afeta a integração de Espaços Referenciais contrapositivos no interior de ERB.

Também atuando na contraposição de diferentes Espaços Referenciais, vamos encontrar o operador discursivo “ainda que”. Juntamente com o modalizador “naturalmente”, esse item funcional introduz, por parte do enunciador, uma avaliação sobre as condições de verdade do que se predica.

Ainda em relação à contraposição de perspectivizações ligadas ao sujeito da enunciação, vamos analisar dois outros casos, enfatizando a importância do tempo/espaço enunciativo na construção e integração de Espaços Referenciais. Na oportunidade, também analisaremos a ocorrência de “mas” e outros itens funcionais na contraposição desses Domínios de Referência.

No trecho a seguir, E (o entrevistador) pede que F (a pessoa entrevistada) fale sobre o marido dela:

(68)

E- É e teu marido, fala, aí um pouco sobre ele. [como é que ele é?]

F- [Meu marido é] legal. Ele é legal à beça. **Tem hora** que ele é legal, sabe? (est) **Mas tem hora** também que ele irrita, ele fala umas coisa que não me agrada. Porque ele (inint) é muito ciumento. Demais. Isso enjoa. Ele é ciúme mata qualquer um. Ele é legal também. Ele conversa, a gente brinca. **Tem hora** que a gente também às vezes aborrece, a gente briga. **Mas** ele é legal. A gente se amarra. Eu sei lá, **mas tem hora** que a gente não dá, não (hes) **tem hora** que dá ("vontade") de matar um o outro também! (riso e) Gente briga para caramba. **Tem hora** que a gente ("estamos") rindo, brincando. **Tem hora** que a gente estamos brigando. Assim vai levando a vida. Já tem três ano que eu estou com ele. Assim a gente vai levando. Briga **hoje**, **amanhã** está rindo. **Hoje**, briga, **amanhã** está brincando. E assim a gente vai indo, não é? Sai levando a vida para frente até quanto der. **Quando** não der mais, eu vou fico de um lado ele vai para o outro, também! (est) Está tudo certo. (DID RJ 06) (grifos meus)

No interior do ERB, observa-se a contraposição de perspectivizações diferentes em relação ao que se predica. O núcleo do ERB, ponto de partida para a criação e integração dos Espaços Referenciais, é o “aqui-agora” da enunciação, em que se delimita o tempo zero, o “não-tempo” enunciativo. Novos Espaços Referenciais serão engendrados e integrados no ERB, ativados pelos itens/expressões funcionais “tem hora que”, “hoje, amanhã” e “quando”.

Por meio dessas expressões e, em alguns casos, até mesmo sem fazer uso delas, a locutora/enunciadora predica sobre a sua relação conjugal, que alterna momentos de harmonia e momentos de desarmonia.

Estabelecendo a contraposição entre Espaços Referenciais, encontra-se o operador discursivo “mas”, conforme se observa na seguinte proposição: “**Tem hora** que a gente também às vezes aborrece, a gente briga. **Mas** ele é legal.” Nesse exemplo, a contrafactualidade é explicitamente indiciada pela ativação do Espaço Referencial acionado pela expressão adverbial “Tem hora”, que se constitui no interior do ERB e, simultaneamente a ele se contrapõe. O segmento discursivo introduzido por “mas” é interpretado/semantizado no interior do Espaço ERB. Em outros segmentos, embora esse operador discursivo não apareça, sua ocorrência, ou de outro correlato, é possível: “Briga **hoje, amanhã** está rindo.”.

No excerto a seguir, que se refere a diferentes maneiras de falar e de agir das pessoas de diferentes localidades brasileiras, a seleção vocabular também favorece a contraposição entre diferentes Espaços Referenciais:

(69)

E- (cachorro latindo) E sobre o português assim, não é? Que que o senhor acha assim do jeito [do]- do nordestino, do paulista falar? (carro passando) Como o senhor acha, assim, eles falam diferente, muito diferente? (cachorro latindo)

F- Bom, isso é uma questão de opinião, não é? (hes) Cada um interpreta de um jeito. Eu, por exemplo, interpreto daquela maneira, não é? Para mim tanto faz se é português, alemão, russo, americano. Te tratou bem (hes) e trata bem aos outros, então é bom para você, é bom para os outros também. (hes) O paulista, o pernambucano, o mineiro (ruído) é a mesma coisa, não é? Simplesmente, você vai **em Minas**, é um modo de tratar, não é? Bem melhor, **na Bahia**, também. **Já** em São Paulo, **já** é diferente. **Já aqui no Rio** é mais diferente ainda porque aqui é mais alegre, não é? Ambiente mais alegre. **Já em São Paulo, já** é aquele ditado: "Carioca e paulista, bem pouco (inint) existe," porque é aquele aglomerado de baiano, de mineiro, de pernambucano, não é? De rio - grandense. Quer dizer que então vai sumindo, não é? Quer dizer que então, **já em São Paulo já** tem aquele ritmo, não é? Corrido, não é? De trabalho, isso, aquilo outro. **Aqui no rio já** não tem disso. Se você trabalhar, muito bem, se não trabalhar também, bem está. ("é de resto.") **O único** que eu não gosto muito é São Paulo, **o resto** todo eu me dou bem. (est) (inint). (carro passando) **Para o norte**, então, eu me dou

muito bem. (est) me dou muito bem ("com eles"). A gente identifica bem, não é? Porque eles estão acostumados com aquelas comidas brabas, eu também gosto-...

(DID RJ 09) (grifos nossos)

No interior do Espaço ERB, da realidade do falante, a partir do “aqui” enunciativo, tem-se o “aqui” referenciado como remetendo ao estado do Rio de Janeiro. Algumas expressões locativas funcionam como implementadoras de novos Espaços Referenciais no âmbito do Espaço ERB: “em Minas”, “na Bahia”, “em São Paulo”, e “Para o norte”. Observa-se, ainda, uma contraposição específica entre Rio de Janeiro e São Paulo; e entre o único (São Paulo) e o resto (demais estados).

Ao referenciar nominalmente cada um desses espaços, o locutor/enunciador expressa diferentes pontos de vista sobre os mesmos, evidenciando-se, assim, a contraposição entre eles. A contraposição entre esses Espaços Referenciais, em sua maioria, é mediada pelo operador discursivo “já”, que apresenta, assim, um uso semelhante ao de “mas”. O locutor/enunciador optou por não fazer uso de um operador discursivo ao apresentar pontos de vista distintos na seguinte asserção: “**O único** que eu não gosto muito é São Paulo, **o resto** todo eu me dou bem”. Note-se que o uso de “já” ou “mas”, dentre outros da mesma função, é facultativo.

Entretanto esse uso não ocorre na contraposição entre os diferentes espaços implementados pelas expressões locativas destacadas nas seguintes proposições: “Simplesmente, você vai **em Minas**, é um modo de tratar, não é? Bem melhor, **na Bahia**, também.” Tal emprego tornaria incoerente o que foi enunciado e contribuiria para a desagregação da rede de Espaços Referenciais. Isso porque o que se predica é igualmente válido para ambos os Espaços, tratando-se de um processo de justaposição, mas não de contraposição. A análise relativa aos fatores sintático-discursivos envolvidos na contraposição de Espaços Referenciais mediados pelo “mas” e outros itens funcionais parece confirmar a hipótese defendida na presente tese.

5.1.4. Contraposição de vozes evidenciadas no domínio de verbos e expressões epistêmicas

Embora já tenhamos analisado, nos tópicos anteriores, a ocorrência de verbos epistêmicos implementadores de Espaços Referenciais Contrafactuais no interior de ERB, reservamos um tópico exclusivamente para ele, tendo em vista sua relevância nas pesquisas empreendidas no quadro da Teoria da Integração Conceitual.

O excerto a seguir foi retirado de um diálogo entre documentador e duas informantes paulistanas, cujo tópico versa sobre “profissões e ofícios”. Destacam-se, no mesmo, o levantamento de hipóteses de L2 sobre a escolha da carreira profissional:

(70)

DOC. e quando vocês quiseram... escolher uma carreira... o que as levou escolher a carreira L2 a minha eu **(I) acho...** eu não **(II) tenho certeza** para julgar, **mas** eu **acho** que foi incutida... meu pai... foi o um... era militar: **mas** a vocação dele era ter sido... advogado então ele vivia dizendo isso... e eu **tenho a impressão** eu não posso dizer porque é difícil... para a gente dizer porque de jeito nenhum ele falou “você vai fazer isso”... nunca... **mas** eu **acho** que ele falava tanto tanto tanto e eu o admirava muito... eu **tenho a impressão** que foi... por causa disto **embora** minha meta fosse Itamarati eu sempre...

DOC Diplomacia

L2 **(III) pensei** em fazer Diplomacia sempre sempre sempre... **mas**:: depois... por uma série de circunstâncias... não foi possível... **mas**:: então a a minha meta **(IV) teria sido** diplomacia... **mas** eu **acho** que Direito particularmente foi incutido por ele... principalmente foi porque ele **dizia** que depois eu **(V) teria** condições eu não... quer dizer a pessoa **teria** ele se::

L1 (você) ()

[

L2 era sempre impessoal... o negócio né?

(D2SP360) (numeração e grifos nossos)

A configuração de uma rede de Espaços Referenciais resulta da instauração de um Espaço-Base, ERB, a partir do qual são implementados e integrados novos Espaços Referenciais hipotético-contrafactuais. No Espaço-Base ERB, o informante L2, na condição de enunciador, predica sobre a sua profissão atual e à sua incerteza quanto aos fatores que motivaram sua escolha.

Estamos considerando que o verbo epistêmico reflete a perspectiva do sujeito falante e está encaixado sob o domínio de um verbo *dicendi*, embora a presença deste seja dispensável no enunciado (“digo que penso que...”). Daí podermos falar em contraposição de vozes. Os epistêmicos “acho”, “tenho certeza”, e “tenho a impressão”, conjugados no presente; “pensei”, conjugado no pretérito; e o verbo “teria”, empregado no futuro do pretérito implementam os Espaços Contrafactuais, no interior do Espaço Base, o Espaço-ERB.

Em (I), o verbo “acho” implementa um Espaço Contrafactual, no domínio do qual se indica a hipótese de que a profissão foi induzida pelo pai. Os outros epistêmicos destacados no texto como “acho” e “tenho a impressão”, que aparecem de forma reiterada, referenciam a mesma hipótese, daí constituir-se, na verdade, um mesmo Espaço Referencial Contrafactual. As constantes retomadas refletem a elaboração do pensamento por parte da informante, o qual se ordena de forma improvisada. Tendo isso em conta, poderíamos parafrasear as asserções da locutora/enunciadora da seguinte maneira: “Não tenho certeza para julgar, mas acho que a minha carreira foi incutida pelo meu pai.” É certo, entretanto, que tal iniciativa, esconderia, ou até anularia, os vários recursos expressivos utilizados pelo falante na elaboração de seu discurso. Em (II), destaca-se uma outra expressão verbal epistêmica, que faz referência à (in)certeza do falante em relação ao que está sendo predicado. Observa-se, entre (I) e (II) uma contraposição de Espaços Referenciais implementados no interior do ERB.

Em (III), o verbo epistêmico engendra um novo Espaço Contrafactual, que se contrapõe ao ERB, da realidade do falante. Tal contraposição pode ser evidenciada também pelo jogo dos tempos verbais, em que o presente lingüístico instituído no aqui / agora enunciativo faz contraponto ao que foi referenciado no tempo passado. Já em (IV), a expressão verbal “teria sido”, indicadora de modalidade epistêmica, foi usada para reiterar o sonho da “diplomacia”. O jogo entre o presente da enunciação e o uso do verbo no futuro do pretérito é determinante na contraposição desses Espaços Referenciais, pois se predica sobre a expressão de um desejo antigo, mas não realizado, do locutor/enunciador, instanciado no espaço / tempo caracterizado pelo presente enunciativo.

Em (V), o verbo “teria”, que também expressa modalidade epistêmica, aciona um novo Espaço Referencial Contrafactual, que deixa entrever a possibilidade de algo (provavelmente a carreira de diplomata), que não chega a se concretizar. Tal Espaço Referencial Contrafactual está perspectivizado no interior de um outro Domínio de Referência introduzido pelo verbo *dicendi* “dizia”. Todos esses Espaços Referenciais, engendrados a partir do Espaço-ERB no qual se integram, constituem um Domínio de Referência Integrado Único.

Para melhor explicitar a atuação de alguns dos operadores discursivos contrapositores de Espaços referenciais, vamos dividir o texto em algumas proposições, a saber:

(71) “a minha eu **acho**... eu não **tenho certeza** para julgar **mas** eu **acho** que foi incutida...”

(grifos nossos)

No interior do ERB, implementa-se e simultaneamente nele se integra um Espaço Referencial Contrafactual ativado pela expressão epistêmica “não tenho certeza”. O operador discursivo “mas” atua na contraposição desses dois Espaços e introduz a perspectiva do enunciador, atuando, portanto, como um operador discursivo de primeira pessoa.

(72) “meu pai... foi o um... era militar:: **mas** a vocação dele era ter sido... advogado”.

(grifos nossos)

Também se observa nesta proposição a atuação do operador discurso “mas” na contraposição de dois Espaços Referenciais: um instituído pela IEO, espaço da realidade do falante – ERB, e outro que se contrapõe a ele.

Já na seguinte proposição

(73) “é difícil... para a gente dizer porque de jeito nenhum ele falou “você vai fazer isso”... nunca... **mas** eu **acho** que ele falava tanto tanto tanto e eu o admirava muito...”

(grifos nossos)

nota-se a atuação do “mas” na contraposição dos seguintes domínios de referência instituídos no interior do ERB: um Espaço Referencial introduzido pelo *dicendi* “falou” e outro Espaço Referencial implementado pelo epistêmico “acho”. É importante destacar também o uso da expressão – “é difícil” – através da qual o locutor/enunciador determina sua intervenção avaliativa em relação ao conteúdo asserido. Estamos diante de um caso de modalização epistêmica, um elemento fundamental no processo de perspectivização do enunciador.

Também na seguinte proposição,

(74) “**pensei** em fazer Diplomacia sempre sempre sempre... **mas**:: depois... por uma série de circunstâncias... não foi possível...”

(grifos nossos)

podemos observar a atuação do “mas” na contraposição de Espaços Referenciais: o ERB, que reflete o ponto de vista de uma locutora/enunciadora, e um Espaço Referencial Contrafactual indiciado pelo verbo epistêmico “pensei”.

Por fim, vamos destacar a função do “mas” na contraposição de Domínios de Referência na seguinte proposição:

(75) “então a a minha meta **teria sido** diplomacia... **mas** eu **acho** que Direito particularmente foi inculido por ele...”

(grifos nossos)

No interior do ERB, observa-se, mediada pelo “mas”, operador discursivo de primeira pessoa, a contraposição de dois Espaços Referenciais Contrafactuais, engendrados pela expressão modal “teria sido” e pelo epistêmico “acho”. Nesse exemplo, é preciso destacar, contudo, que o “mas” contrapõe Espaços Referenciais constituídos não apenas por essas duas asserções, uma vez que o epistêmico “acho” mantém estreita relação com os demais epistêmicos relacionados no texto. Essa contraposição, portanto, numa visão mais global, faz-se entre o ERB e o Espaço Referencial Contrafactual. Percebe-se, assim, a importância de se operar com a implementação e contraposição de Espaços no interior de uma única Rede de Domínios Discursivos. Evidenciamos, assim, a percepção do texto como um único evento comunicativo, reticularmente constituído, e não como a mera soma de enunciados/asserções.

Como se observa, a análise de trechos de segmentos discursivos com vistas a destacar o processo de contraposição de vozes bem como a ocorrência do “mas” e outros operadores discursivos congêneres na contraposição de Domínios de Referência sustenta a hipótese defendida na presente tese. Passaremos agora ao estudo de um texto em sua íntegra.

5.2. A contraposição de Espaços Referenciais mediados pelo operador discursivo “mas” e congêneres: análise de um texto

O D2 REC 05, Inquérito 5, consiste de um texto extraído do Projeto NURC – Recife, projeto este que visava a documentar e descrever a fala culta, média, habitual de habitantes de cinco cidades brasileiras. Nesse texto, documentou-se o diálogo entre dois informantes (D2), locutor 1 (L1) e o locutor 2 (L2) mediado por um documentador (D). O tópico central do diálogo é “cidade comércio” e neste se destacam as opiniões de L1 e L2 quanto a morar numa cidade grande.

As diferentes perspectivas assumidas pelos parceiros nesse jogo interlocutivo evidenciam a construção de um texto caracterizado pela contraposição de vozes. Daí podermos fundamentar nossa análise, considerando a manifestação da contrafactualidade, um princípio constitutivo de todo processamento discursivo; e na manifestação da polifonia, um epifenômeno conseqüente da criação/articulação de diferentes domínios referenciais na Rede de Espaços que constitui o Processo de Discursivização. Focalizaremos, essencialmente, as

operações de implementação e integração, no Espaço-ERB, de diferentes Domínios Referenciais, instituídos pela contraposição de vozes.

Visando a uma maior compreensão do processo de instauração e integração de diferentes vozes em um Domínio de Referência Único, bem como dos fatores sintático-discursivos do item funcional “mas” e outros itens correlativos na contraposição desses Espaços Referenciais, adotaremos o mesmo percurso metodológico explicitado anteriormente. Assim teremos a contraposição de:

- a) vozes instituídas por instâncias enunciativas;
- b) vozes constituídas na troca de turnos;
- c) diferentes perspectivizações assumidas por um mesmo locutor/enunciador;
- d) espaços referenciais implementados por verbos e expressões epistêmicas.

5.2.1. Contraposição de vozes instituídas por instâncias enunciativas

Nesta seção, procuraremos analisar a atuação do “mas” e outros operadores discursivos congêneres na atuação de Espaços Referenciais instituídos por Instâncias Enunciativas. Tendo em vista o nosso objetivo de comprovar a hipótese segundo a qual o “mas” e congêneres atuam na contraposição de Espaços Referenciais, não apresentaremos aqui um levantamento de todas as Instâncias de Enunciação. Estas aparecem identificadas e devidamente numeradas no Inquérito em análise, relacionado no Anexo I.

A implementação do processamento discursivo ocorre por meio da criação e integração de Instâncias de Enunciação. A relação dialógica entre enunciador e enunciatário, entidades lingüísticas instituídas no aqui/agora discursivo, estabelece o processo de Referenciação. No Espaço ERB, no interior do qual se articulam e se integram os demais Espaços Referenciais, coloca-se em cena, no “aqui-agora” enunciativo, o ERB, o “eu” discursivo, a voz do Documentador, que se institui como locutor/enunciador e postula L1 e L2 como seus alocutários/enunciatários. O tópico a ser discutido nesse jogo interlocutivo é “aqui tem um tópico cidade comércio...”.

Em certo momento do Inquérito, utilizando-se de uma negação polêmica (Ducrot, 1987), o locutor/enunciador L2 retoma o discurso de L1, ao mesmo tempo em que se contrapõe ao ponto de vista defendido por ele:

(76)

L2 você **não [IE7] diga** que Olinda desapareceu...**não pelo contrário** você não desconhece uma pesquisa agora da onu **[IE8] determinou** o seguinte que Olinda é o maior conjunto barroco existente no mundo atualmente

(grifos nossos)

O *dicendi* “diga” ativa a criação de nova Instância de Enunciação. A necessidade de um argumento suficientemente forte para neutralizar o ponto de vista de L1 faz com que L2 recorra a um argumento de autoridade: “...**não pelo contrário** você não desconhece uma pesquisa agora da onu **[IE8] determinou** o seguinte que Olinda é o maior conjunto barroco existente no mundo atualmente.” Nova Instância de Enunciação foi criada no interior desse domínio discursivo, a partir do *dicendi* “determinou”.

Assim, no interior de ERB, dois novos Espaços Referenciais são engendrados, ativados pelos *dicendi* “diga” e “determinou”. Os operadores discursivos “não” e “pelo contrário” atuam na contraposição entre o Espaço indiciado pela IE7 e o ERB, espaço no qual se perspectiviza o ponto de vista defendido pelo locutor/enunciador. Evidencia-se, desse modo, um discurso marcadamente polifônico, assinalado pela contraposição de diferentes vozes.

É interessante observar como se dá a contraposição no seguinte trecho:

(77)

L1 nós temos aquelas aquelas desvantagens de qualquer civilização colocada no trópico...**mas** como eu **[IE22] dizia** há pouco a cada:...vantagem a desvantagem corresponde a uma vantagem também...aqui tem brisa marinha...então nós temos os ventos alísios que vêm aqui éh:...soprando aqui perto soprando temos a brisa terral de manhãzinha cedo...o que faz com que a poluição seja um bem mais difícil.

(grifos nossos)

O sujeito que se enuncia na primeira pessoa do plural (nós) predica sobre uma terceira pessoa, que poderia ser representada por “eu + ele(s)” ou ainda por um nome genérico tal como “o povo brasileiro”. A contraposição de vozes que se evidencia aqui assinala o contraponto entre a asserção feita no primeiro segmento, que reflete um pensamento coletivo, e o ponto de vista do locutor/enunciador, referenciado no Espaço ERB, introduzido pela asserção que contém “mas”.

A IE28 apresenta, como referência, um sujeito gramatical - “eles” -, que tem como anafórico o item lexical “cantadores”:

(78) “é difícil saber se se teria sido consequência de tradição oral (...) **mas** eles [IE28] **falam** da da Grécia...antiga... [IE30] **citam** a::...figuras mitológicas...”.

(grifos nossos)

Nesta proposição, o operador discursivo “mas” contrapõe dois Domínios de Referência: o instituído pelo ERB e os implementados pelos *dicendi* “falam” e “citam”. Destaca-se também o uso da expressão modalizadora “é difícil” que evidencia o posicionamento do locutor/enunciador em relação ao conteúdo de seu enunciado. Mais uma vez explicita-se a atuação do “mas” enquanto operador discursivo de primeira pessoa.

Chamamos a atenção agora para a contraposição de Espaços Referenciais na seguinte proposição:

(79) “foram na fogueira tiraram um tição botaram o tição na mão do Antônio Marinho ele olhou e [IE31] **disse** ‘morrendo e aprendendo’”.

(grifos nossos)

No interior do ERB, implementa-se um novo Espaço Referencial ativado pelo verbo *dicendi* “disse”, por meio do qual se referencia a voz de Antônio Marinho. No interior desse Domínio de Referência, o operador discursivo “e”, correlato de “mas”, atua na contraposição de diferentes pontos de vista de responsabilidade de um mesmo enunciador.

Por fim, podemos perceber a contraposição entre Espaços Referenciais, que, mesmo sem o “mas”, poderia ser feita com o uso explícito desse operador:

(80) “conheço Ouro Preto...eu [IE33] **digo** sempre que Olinda é Ouro Preto maior à beira-mar”.

(grifos nossos)

Nessa proposição, o Espaço Referencial ativado pelo verbo *dicendi* “digo” contrapõe-se ao Espaço ERB, ao mesmo tempo que nele se integra. Tal contraposição poderia ser feita com o uso explícito do operador discursivo “mas”: “Conheço Ouro Preto, **mas** digo sempre

que Olinda é Ouro Preto maior à beira-mar”. O locutor/enunciador orienta, dessa forma, sua argumentação em favor do conjunto barroco de Olinda.

Alguns dos pressupostos adotados nesta tese foram os seguintes: a operação de Discursivização ou a implementação do processamento discursivo resulta da implementação e integração de Instâncias de Enunciação; cada Instância de Enunciação configura um Espaço Referencial, cujos enunciados que a constituem são necessariamente interpretados no âmbito da relação enunciador/enunciatário referenciada; a articulação/contraposição de duas ou mais Instâncias de Enunciação ocorre no interior de ERB, Domínio Referencial no qual o conjunto das proposições é interpretado. Utilizando desses pressupostos, propusemo-nos a verificar a hipótese defendida, de que o “mas” e congêneres atuam na contraposição de Espaços Referenciais. Os exemplos destacados e analisados nesta seção parecem confirmar tal hipótese.

5.2.2. Contraposição de vozes constituídas na troca de turnos

Nesta seção, procuraremos identificar e analisar algumas estratégias discursivo-interacionais a que recorrem os interlocutores para a construção de pontos de vista no Inquérito em análise. Voltaremos nosso olhar para os pontos de vista que caracterizam a contraposição de Espaços Referenciais através do operador discursivo “mas” e congêneres, com vistas a confirmar a hipótese defendida na presente tese. O diálogo estabelecido na troca de turnos fundamenta-se numa relação intersubjetiva caracterizada pela tentativa de equilíbrio de poder da palavra e de fazer prevalecer determinado ponto de vista. A ocorrência e a manutenção do tópico discursivo resultam de um processo colaborativo que envolve os participantes do ato comunicativo, ainda que suas idéias sejam conflitantes.

Analisemos o modo como foram construídos os turnos conversacionais entre os três integrantes do discurso: o documentador, o locutor 1 (L1) e o locutor 2 (L2). Ao primeiro, coube apresentar o tema central e mediar o diálogo entre os dois participantes. Estes se responsabilizaram por discutir tal tema, o qual não só foi determinado por perspectivizações diferentes como também contrapostas entre si. Ao falarmos em contraposição de vozes, estamos falando em contraposição de Espaços Referenciais que se implementam e se integram em um único Domínio de Referência, o ERB, delimitado num tempo e num espaço caracterizados pelo “aqui-agora” enunciativo.

A contraposição de vozes se evidencia quando um dos falantes, no caso L1, considera discutível a apreciação do falante corrente, no caso L2, em relação ao assunto em discussão.

Os pontos de vista conflitantes vão favorecer a superposição de vozes, numa tentativa de tomada de turno. Essa superposição de vozes é representada pelo uso do colchete, conforme se observa na seguinte passagem:

(81)

L1 Olinda é uma cidade Olinda é uma cidade que já foi
assassinada

[

L2 Olinda é a capital do Nordeste

L1 há muito tempo...esse negócio de manter Olinda como como como uma cidade
independente...compreendeu isso é o tipo do eufemismo besta...compreen/

[

L2 **mas** Ed.

L1 que se se se usa apenas...por assim um negócio histórico afetivo...porque
Recife engoliu Olinda há toda vida

[

L2 **não não**

L1 se não fosse essa essa besteira de considerar...

(grifos nossos)

Observe-se que os itens funcionais “mas” e “não”, que denunciam a tentativa de tomada de turno, atuam na contraposição de Espaços Referenciais. No excerto a seguir, L1 rouba o turno - “não não não é questão disso...”, para negar a acusação de estar fazendo propaganda da rede de supermercados. Entretanto, aproveita a oportunidade e permite a si próprio uma digressão sobre esse assunto, deixando registrado seu ponto de vista sobre o mesmo, a partir do segmento introduzido pelo uso do primeiro “mas”. Os advérbios predicativos “realmente” e “provavelmente” orientam quanto ao posicionamento assumido pelo locutor/enunciador em relação a seu propósito:

(82)

L1 **não não não** é questão disso não **mas realmente** a cadeia de supermercados aqui é de de de de de Recife **provavelmente** é superior a qualquer uma do país...isso vocês podem julgar lá vendo...**mas não não não** é propaganda não é coisa nenhuma **agora** o que eu acho é o seguinte é que nós temos

(grifos nossos)

Uma vez registrado seu ponto de vista em relação à cadeia de supermercados, há uma retomada do argumento anterior, de que não estaria fazendo propaganda. Nesse conjunto de proposições, encontramos a atuação dos operadores discursivos “mas” e “agora” na contraposição de Espaços Referenciais. Quanto ao operador discursivo “agora”, este poderia ser substituído por “aliás”, um operador do paradigma do “mas”, que contrapõe Espaços Referenciais por um tipo de retificação de asserções.

Em outras passagens, há uma tentativa do falante de roubar ou manter o turno conversacional, de forma a fazer prevalecer o seu ponto de vista:

(83)

L2 você em Olinda ainda vê vez por outra um piano passar na cabeça...não vê mais como a cantoria "minha mãe me deu com o machucador e o machucador deu em mim" (3 seg.) eu já morei em Recife você sabe que eu já morei toda minha vida em Recife

L1 é a mesma coisa

L2 **mas** acho Olinda bem melhor

L1 é mesma coisa

(grifos nossos)

Nessa passagem, a tentativa do locutor/enunciador de roubar o turno e fazer prevalecer a sua perspectiva se deu a partir do uso do “mas”. Tal operador discursivo determina a contraposição de Espaços Referenciais, pois estabelece a mediação entre as falas de L1 e L2. O mesmo se observa a partir dos exemplos a seguir, em que a contraposição de Espaços Referenciais se dá pela mediação de outros itens funcionais correlatos de “mas”:

(84)

- L1 ...por que essa besteira de não não confessar que Olinda não existe mais? foi...não é
 L2 **nem tanto** Olinda existe... (grifo meu)

(85)

- L2 e Olinda tem cultura própria
 L1 Olinda não...não tem cultura própria
 L2 **ora não** tem...

(grifos nossos)

Nas proposições acima, vemos a tentativa de L2 em fazer prevalecer seu ponto de vista, contrapondo-se ao argumento defendido por L1. A não adesão ao discurso do outro causa um certo impasse na conversação, contribuindo ainda mais para que a enunciação se torne polêmica.

Em outras passagens, a tomada de turno se notabiliza pela retomada e reordenação do discurso do outro, na tentativa de fazer prevalecer o último argumento:

(86)

- L1 é melhor **mas** Olinda é uma cidade assassinada não existe Olinda foi não é
 L2 Olinda será sempre

(grifos nossos)

Observe-se que, a princípio parece haver uma adesão ao discurso do outro, o que não passa de uma estratégia do locutor/enunciador na tentativa de roubar o turno e fazer prevalecer o seu ponto de vista. Verifica-se, com isso, a atuação do “mas” na contraposição de Espaços Referenciais, a partir dos quais se evidenciam diferentes pontos de vista expressos por um mesmo sujeito discursivo.

No seguinte excerto, também se observa uma desqualificação do argumento defendido por L1:

(87)

L1 Hemingway dizia que as duas grandes tragédias americanas do século tinham sido Pearl Harbor e Pearl Buck...é...a grande tragédia pernambucana é olindense apaixonado ((riu))

L2 **nada e** quem não é apaixonado por Olinda? pra ser apaixonado por Olinda não precisa ser olindense

(grifos nossos)

Os índices lingüísticos utilizados na contraposição de vozes foram “nada” e “e”, que, nessa situação de uso, são equivalentes ao operador discursivo “mas”, podendo, inclusive, ser substituídos por ele.

O uso de fáticos de natureza interrogativa também é uma estratégia discursiva, através da qual se associa um questionamento com um comentário subjetivo do interlocutor. Além disso, favorece a passagem do turno e a manutenção do tópico:

(88)

Doc você gosta de literatura de cordel?

L1 e quem não gosta...quem não gosta?

L2 é todo mundo gosta

L1 quem não gosta?

O operador discursivo “e”, correlato de “mas”, determina a contraposição de Espaços Referenciais, por estabelecer a mediação de diferentes vozes, a do documentador e a de L1. Observe-se que L1 reforça seu argumento utilizando-se da repetição. Entretanto, nessa repetição, já não faz uso do operador discursivo, o que seria plenamente plausível.

Procuramos destacar, nesta seção, algumas estratégias discursivo-interacionais que caracterizam a contraposição de vozes na troca de turnos, realizadas através do operador discursivo “mas” e outros congêneres. Ao se utilizar das mesmas, cada um dos interactantes se propõe a justificar ou refutar uma posição, com vistas a convencer seu interlocutor quanto ao ponto de vista defendido. Importantíssimos na tomada de turno e atuando na base dos enunciados, os operadores discursivos em estudo introduzem diferentes falas e evidenciam a contraposição de Espaços Referenciais. Em alguns excertos, observamos que não houve a

utilização de um desses operadores discursivos na contraposição de Espaços Referenciais, embora seu uso fosse plausível.

Nesta tese, estamos propondo trabalhar com um modelo de processamento discursivo que evidencie os mecanismos lingüísticos envolvidos no processo de contraposição e mesclagem de vozes por meio do operador discursivo “mas” e seus correlatos. Estamos considerando que o Princípio da Contrafactualidade, propriedade da mente, é uma condição do processamento discursivo. A análise aqui efetivada também parece confirmar a hipótese defendida na presente tese.

Passemos, a seguir, à contraposição de diferentes pontos de vista, imputadas a um mesmo locutor/enunciador.

5.2.3. Contraposição de diferentes perspectivizações de um mesmo locutor/enunciador

Observemos agora a atuação do “mas” e outros operadores discursivos de semelhante natureza e função na contraposição de diferentes perspectivizações de um mesmo locutor/enunciador. Algumas passagens no Inquérito em análise ilustram uma mudança de perspectiva por parte do locutor/enunciador, relacionada à informação que ele mesmo introduz em momento anterior ao discurso, conforme podemos analisar a partir do seguinte trecho:

(89)

L2 você viu agora Recife passou quase uma semana sem água...ainda existem bairros sem água...saneamento não existe...há uma preocupação muito grande tem a tem havido uma preocupação muito grande em obras de fachada...ultimamente tem se pensado mais seriamente nesse problema de saneamento básico de abastecimento d'água

L1 o problema de Recife é o problema de todo o Brasil...é um é uma é é uma comunidade EM desenvolvimento...de modo que tem todas a a...os percalços do do do da fase de transição

[

L2 é ()

L1 **mas** com grandes com grandes esperanças no futuro próximo...**embora seja lamentável** a gente [IE23] **dizer** a vocês

L2 () que não tem esperanças

L1 não...**embora embora seja lamentável** a gente **dizer** a vocês o seguinte...de que o Nordeste só cresce em termos absolutos...em termos relativos fica cada vez mais distante do Sul...o Sul cresce cada vez mais aumentando a distância para conosco...nós crescemos em termos absolutos todo o Brasil cresce a gente tem que crescer também...**mas** em termos relativos estamos indo pra trás e é preciso [IE24] **denunciar** isso e [IE25] **gritar** pra poder::ver se:algum dia:o governo federal olha de uma maneira mais positiva praqui ... porque::esse país::só pode crescer globalmente...se não crescer globalmente...e seria muito importante para o Brasil que o Nordeste crescesse porque::...não é bairrismo não aqui no Nordeste está o que há de mais autêntico da brasilidade em termos mundiais...porque::...**enquanto** lá o Sul sofreu influências externas que possibilitaram a a criação daquela daquela::...sociedade cosmopolita que::...trouxe desenvolvimento e que trouxe vantagem

(grifos meus)

Antes mesmo de passarmos à análise relativa à contraposição de diferentes perspectivizações de um mesmo locutor/enunciador, é interessante observar como se instancia a relação “eu-tu” no excerto abaixo, em que diferentes Instâncias de Enunciação se implementam e se integram em um mesmo Espaço de Referência ERB. Nesse excerto, o uso de “a gente” funciona como uma não-pessoa discursiva, referenciada pelo “eu” discursivo. A configuração de ERB em termos de “eu-tu” é a mesma, obrigatória, da configuração do espaço interlocutivo: a pessoa a quem o locutor/enunciador L1 se dirige é L2. É importante que isso seja enfatizado, tendo em vista a dupla ocorrência da asserção “a gente dizer a vocês”, correlativa à (eu+eles₁” dizer a “tu + eles₂”). Tal asserção é referenciada no interior do espaço implementado pela expressão epistêmica “é lamentável”, correspondente ao verbo *sentiendi* que perspectiviza a raiz do “sintagma” ERB (lamento dizer a vocês...), na ótica da modalidade epistêmica de que tratamos no capítulo 4. O mesmo se diga da asserção de “é preciso”, que perspectiviza o posicionamento do locutor/enunciador frente ao que é dito. A configuração dêitica também é evidenciada por meio dos itens léxicos “Sul” e “Nordeste”, este último referenciado pelo dêitico “aqui”, que, por sua vez, é referenciado em função do “tempo-espaço” enunciativo.

Vamos verificar agora como se efetiva a contraposição de diferentes pontos de vista expressos por um mesmo enunciador. Defensor árduo de Recife e na tentativa de rebater os argumentos de L2, o locutor/enunciador L1, embora se apresente ciente dos problemas de Recife, defende um ponto de vista em que procura justificá-los, como sendo os percalços enfrentados por todo o país. O que aparentemente pode ser entendido como uma idéia afim

entre os dois interlocutores, já que fixa um momento de concessão ao ponto de vista defendido pelo interlocutor L2, na verdade não passa de uma estratégia para combatê-lo.

Observa-se, num primeiro momento, uma contraposição de vozes entre os diferentes interlocutores. Contudo, há uma mudança de perspectiva por parte de L1, que parece ou prefere esquecer os problemas de Recife e busca imprimir uma visão mais positiva em relação a sua cidade, conforme mostra a asserção introduzida pelo primeiro uso do “mas”. Ocorre aí uma mudança de orientação, uma contraposição de perspectiva no interior do discurso do próprio falante.

Curiosamente, em um dos poucos momentos no Inquérito em que os dois interlocutores parecem chegar a um consenso, L1 volta a dar ênfase a alguns problemas enfrentados não só por Recife como por todo o Nordeste, conforme mostra o segmento introduzido por “embora”, o que evidencia nova mudança de perspectiva. Reforçando esse ponto de vista, novas contraposições são estabelecidas entre a região Nordeste e o restante do Brasil. Observe-se que, na elocução de: “...o Nordeste só cresce em termos absolutos...em termos relativos fica cada vez mais distante do Sul...”, a contraposição entre diferentes perspectivas não veio assinalada pelo uso de um operador discursivo do tipo “mas”. Entretanto a presença do “mas” estabelecendo a contraposição de Espaços Referenciais pode ser observada logo em seguida, quando o locutor parafraseia o que havia dito antes. Evidencia-se, também, o uso do Operador Discursivo “enquanto”, empregado aqui como correlato de “mas”, por contrapor diferentes Espaços Referenciais, em que se manifestam visões diferenciadas em relação ao Nordeste e ao Sul. A análise desenvolvida até aqui parece dar conta de explicitar a hipótese defendida na presente tese, de que o “mas” e outros operadores discursivos correlatos atuam na contraposição de Espaços Referenciais.

5.2.4. Contraposição de vozes evidenciadas no domínio de verbos e expressões epistêmicas

No inquérito em análise, determinado pela contraposição de pontos de vista, encontramos algumas proposições introduzidas pelo epistêmico “acho”, que, na primeira pessoa, evidencia a presença do sujeito/enunciador. Em algumas dessas proposições, destaca-se a atuação do “mas”, que estabelece a contraposição entre alguns desses Espaços Referenciais. Em outras proposições, ainda que a presença de tal operador não tenha sido efetivada, seu uso seria possível, como podemos ver na seguinte passagem:

(90)

L2 não...tanto é que eu não moro em Recife eu moro em Olinda...eu **acho** que o meu conceito de morar bem é diferente um pouco da maioria das pessoas que eu conheço...a maioria das pessoas **pensa** que morar bem é morar num apartamento de luxo...é morar no centro da cidade...perto de tudo...nos locais onde tem assim mais facilidade até de comunicação ou de solidão como vocês quiserem...meu meu conceito de morar bem é diferente...eu **acho** que morar bem é morar fora da cidade...é morar onde você respire...onde você acorde de manhã como eu acordo e veja passarinho à vontade no quintal é ter um quintal...é ter árvores...é morar perto do mar eu não **entendo** se morar longe do mar

(grifos nossos)

Na contraposição entre os diferentes pontos de vista instituídos pelos verbos epistêmicos, relativamente ao que pensa a maioria das pessoas e ao que pensa o locutor/enunciador, não temos a presença de um operador discursivo do tipo “mas”. Sua ocorrência, entretanto, seria plenamente cabível: “A maioria das pessoas pensa (...) **mas** meu meu conceito de morar bem é diferente” .

A interpretação desse exemplo envolve a representação de dois Espaços: um que se implementa através do Espaço ERB, da representação mental do falante, a base na qual se criará um outro Espaço, o contrafactual, acionado a partir do uso do epistêmico “pensa” no âmbito discursivo. Esse item funcional favorece uma interpretação que, na própria dinâmica do discurso, não condiz com aquela que se posiciona no Espaço ERB, indiciando-se, assim, a relação fato-contrafacto.

Já no seguinte exemplo, o item funcional “mas” contrapõe dois Domínios de Referência: o instituído pelo falante L1 e o outro ativado pelo verbo epistêmico:

(91)

L2 você em Olinda ainda vê vez por outra um piano passar na cabeça...não vê mais como a cantoria "minha mãe me deu com o machucador e o machucador deu em mim" (3 seg.) eu já morei em Recife você sabe que eu já morei toda minha vida em Recife

L1 é a mesma coisa

L2 **mas acho** Olinda bem melhor

(grifos nossos)

Observe-se que a asserção introduzida por “mas” deve ser interpretada no interior do Espaço ERB, implementado por L2.

No próximo exemplo, o advérbio modalizador “infelizmente” predica sobre o núcleo de ERB e enfatiza a avaliação do falante L1 em relação ao assunto referenciado:

(92)

Doc e essas festas folclóricas como...reisa::do...

L1 **infelizmente** eu **acho** que a tendência é morrer

L2 não **mas** Olinda Olinda como uma cidade como uma cidade que prima pela cultura...o que tem trabalhado em termos de cultura...Olinda::

L1 não há quem suporte um olindense ((riu))

L2 Olinda tem desenvolvido...essas festas populares...em Olinda você tem ciranda...a ciranda é cantada durante o verão em toda Olinda isso é uma beleza...você tem::em época de São João em Olinda você ainda vê fogueira e como se vê fogueira o olindense faz fogueira até em cima do calçamento

(grifos nossos)

Nessa asserção, predica-se sobre L1, que se institui como o enunciador do ERB, projetado em dois Espaços Referenciais distintos, o do ERB e o do Espaço Referencial Contrafactual implementado pelo verbo “acho”. Quanto ao ponto de vista introduzido por L2, observe-se que ele se opõe à idéia defendida por L1 e introduz sua visão a respeito de Olinda. A contraposição dos Espaços Referenciais é mediada pelo operador discursivo de primeira pessoa, o “mas”, sendo que a asserção que ele introduz predica – sempre - o sujeito enunciador, o núcleo de ERB.

Nesta seção, enfatizamos a noção de perspectivização como sendo a introdução de um ponto de vista subjetivo a partir do qual os enunciados são construídos no discurso situado no Espaço-ERB do falante. Observamos também que os verbos epistêmicos são índices lingüísticos implementadores de Espaços Referenciais no interior do ERB. Os exemplos analisados parecem confirmar a tese de que o operador discursivo de primeira pessoa “mas” atua na contraposição de Espaços Referenciais.

5.3. Conclusão

Objetivamos, através da análise apresentada neste capítulo, apresentar um modelo de processamento discursivo que evidencie os mecanismos sintático-discursivos envolvidos no

processo de contraposição e mesclagem de vozes mediado pelo operador discursivo de primeira pessoa “mas” e outros de semelhante natureza. Na medida em que tal análise foi-se evidenciando, procuramos demonstrar que:

- a) o processo de discursivização pressupõe a identificação/integração de Espaços Referenciais em um Domínio de Referência Único, a partir do qual emergem as estruturas de sentido;
- b) a implementação e articulação de Domínios Referenciais ocorrerá sempre no interior de um Espaço Referencial ERB, que compreende o Espaço da Realidade do falante/ouvinte;
- c) a implementação e contraposição de duas ou mais “vozes” no interior de uma rede de Domínio Integrado constitui o que se entende por discurso polifônico;
- d) a noção de instância de enunciação, vozes, perspectivização e pontos de vista é compreendida em termos de Espaços Referenciais, constituídos no e pelo processamento discursivo;
- e) o operador discursivo de primeira pessoa “mas” e outros operadores discursivos congêneres atuam na contraposição de Espaços Referenciais instituídos por vozes contrapostas entre si, no domínio de ERB.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa fundamentou-se na expectativa de compreender a função do “mas” na configuração de um quadro enunciativo. Nosso objetivo geral foi o de tentar confirmar a hipótese defendida na presente tese, segundo a qual o “mas” (e outros itens funcionais congêneres) é um operador discursivo de primeira pessoa que tem a função sintático-discursiva de contrapor asserções, ou um conjunto de asserções constituintes de um Espaço Referencial, no interior de um e único Espaço Referencial.

Para alcançar esse objetivo, estabelecemos, no capítulo 2, um “estado da arte” sobre o “mas”. Em primeiro lugar, apresentamos uma breve resenha da Dissertação de Mestrado, pesquisa na qual propusemos uma descrição semântica do “mas”. Naquela pesquisa, partimos da hipótese de que a contraposição expressa por esse operador se estabelece não entre dois segmentos coordenados, e sim entre o segmento por ele introduzido e uma inferência convidada. Ainda neste capítulo, propusemos uma descrição do funcionamento discursivo do “mas” e outros itens de semelhante natureza e função, em sua particularidade de assinalar a introdução de segmentos discursivos de caráter contrapositivo. Tal estudo se mostrou profícuo uma vez que já nos possibilitou visualizar a função do “mas”, além de outros operadores discursivos correlatos, na contraposição de Espaços Referenciais.

No capítulo seguinte, propusemos a construção de um quadro de referência teórico que permitisse explicitar os princípios e/ou mecanismos sintático-discursivos responsáveis pela produção/interpretação de ERBs que contêm asserções contrapostas pelo item funcional “mas” e congêneres. Para isso, valemo-nos, principalmente das seguintes contribuições: a concepção de língua como um fenômeno natural, proposta por Chomsky (1995, 2002, 2004 e 2005) e de faculdade de linguagem, defendida por Hauser, Chomsky & Fitch (2002); a Teoria da Enunciação e o Aparelho Formal da Enunciação proposto por Benveniste (1989, 1995); a postulação de Lopes (1998), sobre a criação e articulação de Instâncias de Enunciação, bem como sua concepção de polifonia; o aporte teórico de Ducrot (1987), acerca do “mas” e de uma teoria polifônica da enunciação; o processo de referenciação, segundo Nascimento e Oliveira (2004); a Teoria dos Espaços Mentais, conforme Fauconnier (1997) Fauconnier e Sweetser (1996) e a Teoria da Integração Conceitual desenvolvida por Fauconnier e Turner (2002). A adoção e a integração desses pressupostos nos permitiram especificar a noção de referência e do processo de referenciação como sendo a criação de um e único Espaço Referencial, o ERB ou Espaço Integrado/r, que resulta da integração de todo e qualquer espaço referencial implementado em seu interior.

No capítulo 5, tendo em vista o modelo de processamento discursivo adotado, passamos à análise de alguns fatores pertinentes envolvidos na contraposição de Domínios de Referência, mediados pelo operador discursivo “mas” e outros a ele correlacionados. São eles: a) a distinção entre 1ª e 3ª pessoas; b) a coincidência, ou não, entre o tempo da enunciação e o tempo referenciado; c) o tipo de verbo (verbos *dicendi*, epistêmicos e modais); e) os advérbios modalizadores. Na oportunidade, consideramos o funcionamento da regra de Discursivização Nascimento e Oliveira (2004, p. 290) e do Princípio de Integração, preconizado por Fauconnier e Turner (2002, p. 328), na construção de um ERB “sintático-discursivamente” integrado em função de seu núcleo “pessoa-tempo-espaço”, conforme caracterizado por Benveniste (1989) em o “Aparelho formal da enunciação”.

No último capítulo, utilizamos o modelo de processamento discursivo adotado na presente tese, objetivando confirmar a hipótese levantada, de que o “mas”, e outros itens funcionais, são operadores discursivos que atuam na contraposição de Espaços Referenciais. Na verificação da plausibilidade desta hipótese, propusemos uma análise desses operadores discursivos como exercendo a função sintático-discursiva através da qual se contrapõem Espaços Referenciais implementados por vozes instituídas em/por Instâncias Enunciativas; por vozes constituídas na troca de turnos; por diferentes perspectivizações de um mesmo locutor/enunciador; por vozes evidenciadas sob o domínio de verbos e expressões epistêmicas.

Deste trabalho de pesquisa, resulta, portanto, que, analisado sob uma perspectiva processual, no âmbito da Referenciação, o “mas” e itens funcionais congêneres funcionam como operadores discursivos a serviço da construção de enunciadores de Instâncias de Enunciação integradas no domínio de um ERB, podendo, em razão disso, serem denominados operadores discursivos de 1ª. pessoa. Sua atuação na contraposição de vozes requer sejam levados em conta alguns princípios e/ou mecanismos sintático-discursivos, indispensáveis para que se garantam a organicidade e unicidade da Instância Enunciativa integradora de todos os Espaços Referenciais, ERB, prioritária e essencialmente a natureza e função de seu núcleo, os traços “pessoa, tempo, espaço” constituintes do enunciador (1ª. pessoa) no tempo/espaço discursivo, que se projetam na configuração de ERB, obedecendo ao “Princípio de Integração” (FAUCONNIER E TURNER, 2002, p. 328).

Considerando-se os resultados desta pesquisa, embasadas principalmente pela análise de dados da modalidade falada do Português do Brasil, acreditamos que eles oferecem alguma contribuição para que se leve em conta, nos estudos relativos à construção do texto falado/escrito, a implementação e integração de Espaços Referenciais no processamento

discursivo, considerando-se a natureza e função dos operadores discursivos nesta integração. Propomos, assim, uma investigação de fenômenos da estruturação textual-interativa à luz de alguns dos postulados da Teoria da Integração Conceitual, integrados a pressupostos básicos da Teoria da Enunciação tal como propostos por Benveniste (1989, 1995). Propomos ainda que se efetivem novos estudos relacionados ao conjunto de outros marcadores discursivos do tipo que, neste trabalho, denominamos “operadores discursivos”, dado o seu caráter funcional.

Esse enfoque requer um tratamento diferenciado dos diferentes planos de atuação desses itens funcionais, bem como de suas propriedades semântico-funcionais evidenciadas no texto/discurso. Tal enfoque implica a identificação e explicitação do papel desses operadores discursivos na construção da relação enunciador/enunciatário na criação de Instâncias de Enunciação, Espaços Referenciais Básicos - ERB necessariamente constituintes do processamento discursivo. Neste trabalho, pretendemos ter contribuído para esse tipo de estudo, chamando a atenção para a natureza e função dos operadores discursivos que aqui denominamos de 1^a. pessoa.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BERLINCK, Rosane A. et. al. Sintaxe. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.) **Introdução à lingüística 1: domínios e fronteiras**. 2ª ed. São Paulo: Cortes, 2004. cap. 6, p. 205-244.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.
- BRONKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo, Educ, 1999.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário da análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. **Um "olhar" sobre o processo cognitivo de mesclagem de vozes**. Veredas - Revista de Estudos Lingüísticos, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 97-114, jan./jun. 1999.
- CHOMSKY, Noam. **Biolinguistics and the human capacity**. Delivered at [MTA, Budapest](#), May 17, 2004. Disponível em <http://www.punksinscience.org/kleanthes/courses/MATERIALS/Chomsky_Biolinguistics.htm>> Acesso em: 02 fev. 2009.
- CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas**. Brasília: UNB, 1998
- CHOMSKY, Noam. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. Tradução de Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CHOMSKY, Noam. **O conhecimento da língua sua natureza, origem e uso**. Lisboa: Caminho, 1994. 327 p.
- CHOMSKY, Noam. **The Minimalist program**. MIT Press, Cambridge, MA. 1995
- CHOMSKY, Noam. **On nature and language**. Cambridge: Cambridge, University Press, 2002.
- CHOMSKY, Noam. **O programa minimalista**. Lisboa: Caminho, 1999.
- DUBOIS, Jean et. al. **Dicionário de lingüística**. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald; VOGT, Carlos. De magis a mas: uma hipótese semântica: In: VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec; Funcamp, 1980.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in Thought and Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve. **Spaces, world's, and grammar**. Chicago: The University Chicago Press, 1996.

FÁVERO, Leonor Lopes .et. al. O par dialógico pergunta-resposta. In: JUBRAN, Clélia C. A. Spinardi; KOCH, Ingedore G. Villaça (orgs.) **Gramática do português culto falado no brasil**: construção do texto falado I. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 133-166.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Cultrix, São Paulo, 1978.

GEIS, M. L.; ZWICKY, Arnold. **On invited inferences**. Linguistic Inquiry, vol. 2, n. 4, 1971.

GREIMAS, A. J. **A propos du jeu**. Actes Sémiotiques – documents, 11, 13, Paris: 1980.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos. Petrópolis, Vozes, 1975.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

HYLAND, K. **Hedging in Scientific Research Articles**. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

HAUSER, Marc D.; CHOMSKY, Noam; FITCH, W. Tecumseh. **The Faculty of Language**: What is it, who has it, and how did it evolve? Disponível em <<<http://www.sciencemag.org>. Science v. 298, 22. nov. 2002>>

ILARI, Rodolfo et. Al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Gramática do português falado**. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. V. 1.

JACKENDOFF, R. **Foundation of language**: brain, meaning, grammar, evolution. Oxford: Oxford University Press, 2002.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

JUBRAN, Clélia C. A. Spinardi. Tópico discursivo. In: JUBRAN, Clélia C. A. Spinardi; KOCH, Ingedore G. Villaça (orgs.) **Gramática do português culto falado no brasil**: construção do texto falado I. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 89-132

JUBRAN, Clélia C. A. Spinardi. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992, V. 2 .

KATO, Mary A. **Teoria sintática**: de uma perspectiva de ‘-ismos’ para uma perspectiva de ‘programas’. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada – D.E.L.T. A, São Paulo, v. 13, n. 2, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

LAKOFF, Robin. If’s, and’s, and but’s about conjunction. In Fillmore, Charles J. e Langendoen, D. Terence, orgs., **Studies in Linguistic Semantics**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.

LOPES, Ana Cristina M. **Elementos para uma análise semântica das construções com já**. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra / Celga, 2001. Disponível em: <<<http://www.fl.ul.pt/dlgr/arquivo/mateus/01.ps>>> Acesso em: 28 abr. 2008.

LOPES, Maria Ângela P. Teixeira. **O Processamento Dêitico na Constituição da Polifonia**. 1998. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Elementos de lingüística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore G. Villaça. Referenciação. In: JUBRAN, Clélia C. A. Spinardi; KOCH, Ingedore G. Villaça (orgs.) **Gramática do português culto falado no brasil**: construção do texto falado I. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 381-399.

MAGALHÃES, Edna Maria Santana. **A Construção de Instâncias Enunciativas em Textos Escritos do Português Culto do Brasil**. 1998. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras.

MARTINS, Ana Lúcia M. R. Poltronieri. **Dêixis, discursivização e espaços mentais**: o papel da dêixis na construção de Espaços Mentais no processamento discursivo. 2000. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras.

MEJÍAS-BIKANDI, Errapel. Space accessibility and mood in spanish. In: FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve. **Spaces, world’s, and grammar**. Chicago: The University Chicago Press, 1996. p.157-178.

MIOTO, Carlos et. al. **Manual de sintaxe**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2000.

NASCIMENTO, Milton do; OLIVEIRA, Marco Antônio de. Texto e Hipertexto: Referência e Rede no Processamento Discursivo. In: NEGRI, Ligia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta P. de (orgs.). **Sentido e Significação em torno da obra de Rodolfo Ilari**, São Paulo: Contexto, 2004, p. 285-303.

NETO, José Borges. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.) **Introdução à lingüística 3: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortes, 2004. cap. 3, p. 93-129.

NEVES, Maria Helena de Moura (org.). **Gramática do português falado: v. 7 novos estudos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Formalismos na lingüística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.) **Introdução à lingüística 3: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortes, 2004. cap. 6, p. 219-250.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PINKER, Steven. **O instinto da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RIBEIRO, Luiz Antônio. **A conjunção ‘mas’ em português: uma análise inferencial**. 2004. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras.

RISSO, Mercedes Sanfelice. Marcadores discursivos basicamente seqüenciadores. In: JUBRAN, Clélia C. A. Spinardi; KOCH, Ingedore G. Villaça (orgs.) **Gramática do português culto falado no brasil: construção do texto falado I**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 427-496.

RISSO, Mercedes Sanfelice et. al. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, Clélia C. A. Spinardi; KOCH, Ingedore G. Villaça (orgs.) **Gramática do português culto falado no brasil: construção do texto falado I**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 403-425.

RODRIGUES-LEITE, Jan Edson. **Questões sócio-interacionais e cognitivas na construção do conhecimento e significação pública do mundo**. DLCV. Departamento de letras clássicas e vernáculas da UFPB. V. 1, p. 95-110, 2003

ROULET, Eddy. (1999) **La description de l'organisation du discours: du dialogue au texte**. Paris: Didier.

SALOMÃO, Maria Margarida M. et al. **Projeto integrado de pesquisa**. Grupo Gramática e Cognição. Rio de Janeiro: UFJF, UFRJ, UERJ – CNPQ, 1999.

SANDERS, José; REDEKER, Gisela. Perspective and the representation of speech and thought in narrative discourse. In: FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve. **Spaces, world's, and grammar**. Chicago: The University Chicago Press, 1996. p.290-317.

SILVA, Maria C. F.; COSTA, João. Os anos 1990 na gramática gerativa. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística 3**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortes, 2004. cap. 6, p. 131-164.

URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, Clélia C. A. Spinardi; KOCH, Ingedore G. Villaça (orgs.) **Gramática do português culto falado no brasil**: construção do texto falado I. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 497-527.

VILELLA, Ana Maria Nápoles. **Pontuação e interação**. 1988. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras.

ANEXO I

PROJETO NURC/ RECIFE (PE)

D2 REC 05

INQUÉRITO Nº: 05

TIPO: D2 - DURAÇÃO: 55 min - DATA: 14-12-74

FAIXA ETÁRIA: 2º - SEXO: M/M

[IEO/ER]

L1 ()((riu))

Doc aqui tem um tópico cidade comércio...você gostam de morar numa cidade de um milhão de habitantes?

L2 não...tanto é que eu não moro em Recife eu moro em Olinda...eu **acho** que [IE1] o meu **conceito** de morar bem é diferente um pouco da maioria das pessoas que eu conheço...a maioria das pessoas **pensa** que morar bem é morar num apartamento de luxo...é morar no centro da cidade...perto de tudo...nos locais onde tem assim mais facilidade até de comunicação ou de solidão como vocês quiserem...meu meu **conceito** de morar bem é diferente...eu **acho** que morar bem é morar fora da cidade...é morar onde você respire...onde você acorde de manhã como eu acordo e veja passarinho à vontade no quintal é ter um quintal...é ter árvores...é morar perto do mar eu não **entendo** se morar longe do mar

L1 bom eu agora [IE2] **vou falar**...esse negócio de [IE3] **dizer** que morar em Olinda é conversa porque Olinda não existe

L2 Olinda existe como o Recife

L1 [Olinda é uma cidade Olinda é uma cidade que já foi assassinada

L2

Olinda é a capital do Nordeste

L1 há muito tempo...esse negócio de manter Olinda como como como uma cidade independente...compreendeu isso é o tipo do eufemismo besta...compreen/

L2 [**mas** Ed.

L1 que se se se usa apenas...por assim um negócio histórico afetivo...porque Recife engoliu Olinda há toda vida

[

L2 não não

L1 se não fosse essa essa besteira de considerar...

L2 ()

[

L1 de considerar Olinda de considerar Olinda separada por isso é que Recife...está nas estatísticas...como s...menor do que Belo Horizonte

L2 pouco importa

L1 quando na realidade...pouco IMPORTA eu não **acredito** em

[

L2 pouco importa

L1 estatística NÃO... **[IE4] dizem** que o que o estatístico **dizem** que o estatístico o estatístico é o homem que senta

[

L2

()

L1 numa barra de gelo e bota a cabeça dele dentro do forno e **[IE5] diz** que a temperatura média está ótima...de modo que eu eu eu também odeio estatística...se eu começo a a a **pensar** em estatística se verá que o lugar mais perigoso do mundo é a cama...porque noventa por cento das pessoas morrem na cama...então é o lugar mais perigoso...não vá pra cama que você não morre...bem...**mas** o que acontece é o seguinte não não é olhando pra as estatísticas não mas São Paulo cresceu engolindo São José da Coroa do Campo e várias outras cidades que foram assassinadas...por que essa besteira de não não **[IE6] confessar** que Olinda não existe mais? foi...não é

L2 nem tanto Olinda existe...()

[

L1 Olinda foi engolida pelo Recife

L2 há um pulmão separando agora

[

L1 infelizmente

L2 separando Olinda de Recife e Recife jamais será ligada a Olinda

- L1 infelizmente Recife é a cidade de mais de um milhão de habitantes
- L2 ora
- L1 e se somar Olinda vai pra mais de um milhão e meio...o problema de de de morar em uma grande cidade é outra coisa muito relativa eu por exemplo moro numa grande cidade moro dentro de Recife **mas**::...moro dentro dum jardim...porque eu comprei três lotes de terreno...fiz a casa só pelo meio tem planta por todo lado
- [
- L2 é uma mansão
- L1 não não não é não é uma casa grande né...apenas com com um jardim com planta com passarinho com tudo quanto é bicho que pode existir...compreendeu? e a: a: a cem metros do rio Capibaribe que é o meu rio sagrado...tanto que quando eu morrer quero ser cremado e as cinzas jogadas no Capibaribe
- L2 Ed. olhe
- L1 é o meu rio sagrado
- L2 você **não [IE7] diga** que Olinda desapareceu...não pelo contrário você não **desconhece** uma pesquisa agora da onu **[IE8] determinou** o seguinte que Olinda é o maior conjunto barroco existente no mundo atualmente
- L1 que é que tem uma coisa a ver com a outra?...mas não é Olinda - Recife
- L2 e Olinda tem cultura própria
- L1 Olinda não...não tem cultura própria
- L2 ora não tem...
- L1 Olinda não tem cultura própria
- L2 Olinda ninguém mora () ninguém **[IE9] diz** é lá
- [
- L1 não ninguém **[IE10] diz** é lá
- L2 que eu moro não **[IE11] diz** é lá que eu pernoito
- [
- L1 que eu moro não **[IE12] diz** é lá que eu durmo bom E. eu **[IE13] confesso** a você que **acho** que a única/ esse negócio de () eu **acho** que tá muito certo ele **[IE14] falou** certo...que a coisa mais bonita de Olinda é a vista do Recife
- L2 não a vista de Olinda também é bonita bem bonita
- L1 ((rindo)) a coisa mais bonita de Olinda é a vista do Recife não tem nem dúvida
- L2 Olinda é uma beleza de cidade pra se morar
- []

- L1 de modo que o que há é o seguinte... Olinda não existe
- L2 Ed. porque é...
- L1 cidade dormitório
- L2 porque é
- L1 é um bairro do Recife
- L2 é um bairro do Recife
- L1 é um bairro do Recife
- L2 **mas** até a comunicação de quem mora em Olinda é um pouco diferente de quem mora em Recife
- L1 por quê? por quê?
- L2 até as vizinhanças os vizinhos se comunicam de forma
- [
- L1 NÃO::
- L2 mais até como cidade de interior
- [
- L1 NÃO...sim é claro...se comunicam
- L2 em Olinda
- L1 como os habitantes do bairro
- L2 se poe cadeira na calçada
- L1 também se poe
- L2 ainda hoje
- L1 também se poe nos arrabaldes do Recife
- L2 uma raridade
- L1 se poe
- L2 no tempo antigo eu da da época...
- tanto é que eu não moro em Recife eu moro em Olinda...L1 ((riu))
- L2 você em Olinda ainda vê vez por outra um piano passar na cabeça...não vê mais como a [IE15] **cantoria** "minha mãe me deu com o machucador e o machucador deu em mim" (3 seg.) eu já morei em Recife você sabe que eu já morei toda minha vida em Recife
- L1 é a mesma coisa
- L2 **mas acho** Olinda bem melhor
- L1 é mesma coisa
- L2 é uma comunicação medonha

- L1 é a mesma coisa você ah gosta mais de Olinda porque em Olinda está toda sua família você tem mais ambiente
- L2 não não não não não não não
- L1 é aquele negócio da realidade do sujeito que eu [IE16] dizia ainda há pouco...não é uma realidade introspectiva não é a realidade do sujeito pra você
- L2 na cidade pequena você tem menos solidão
- L1 é melhor mas Olinda é uma cidade assassinada não existe Olinda foi não é
- L2 Olinda será sempre
- Doc e as deficiências de Recife como como cidade...Recife e Olinda
- L1 não são a são a...já quando como [IE17] falou em Recife já já incluiu Olinda ((riu))
- L2 e quando se [IE18] falou em Olinda já incluiu Recife viu?
- L1 são as deficiências de tudo quanto é cidade...desse país
- L2 você tem problemas básicos
- [
- L1 não acredito...é...não acredito que haja problema de abastecimento mas e se
- L2 nem problema de transportes
- L1 e se você tem por exemplo
- [
- L2 nem problema de (...)
- L1 de abastecimento muito menos agora
- L2 muito menos agora
- []
- L1 compreendeu? nós temos vantagens que determinadas pessoas não têm
- [
- L2 não vá [IE19] fazer propaganda do Bom preço
- L1 prioritárias
- L2 não vá [IE20] dizer muito menos agora porque com a criação do Bom preço uma cadeia de supermercado da qual você é assessor
- L1 ((riu))
- L2 eu [IE21] vou dizer também vou fazer minha propaganda
- L1 não não é questão de propaganda não

- [
- L2 porque () muito melhor depois ()
- [
- L1 não não não é questão disso não **mas** realmente a cadeia de supermercados aqui é de de de de de Recife provavelmente é superior a qualquer uma do país...isso vocês podem **julgar** lá vendo...mas não não não é propaganda não é coisa nenhuma **agora** o que eu **acho** é o seguinte é que nós temos
- L2 () problema de saneamento isso é seríssimo
- L1 nós temos aquelas aquelas desvantagens de qualquer civilização colocada no trópico...**mas** como eu [IE22] dizia há pouco a cada::...vantagem a desvantagem corresponde a uma vantagem também...aqui tem brisa marinha...então nós temos os ventos alísios que vêm aqui éh:...soprando aqui perto soprando temos a brisa terral de manhãzinha cedo...o que faz com que a poluição seja um bem mais difícil
- L2 agora Recife tem um problema muito sério é porque em sendo Recife a a maior cidade do nordeste...há uma convergência
- L1 não Recife é a maior cidade do mundo...porque é aqui que o Capibaribe se encontra com o Beberibe pra formar o Oceano Atlântico
- [
- L2 () eu concordo com você
- L1 ((riu))
- L2 **mas** então há esse problema então a coisa se agrava
- L1 ((riu))
- L2 você viu agora Recife passou quase uma semana sem água...ainda existem bairros sem água...saneamento não existe...há uma preocupação muito grande tem a tem havido uma preocupação muito grande em obras de fachada...ultimamente tem se **pensado** mais seriamente nesse problema de saneamento básico de abastecimento d'água
- L1 o problema de Recife é o problema de todo o Brasil...é um é uma é é uma comunidade EM desenvolvimento...de modo que tem todas a a...os percalços do do do da fase de transição
- [
- L2 é ()
- L1 **mas** com grandes com grandes esperanças no futuro próximo...**embora** seja lamentável a gente [IE23] **dizer** a vocês

L2 () que não tem esperanças

L1 não...**embora embora** seja lamentável a gente **dizer** a vocês o seguinte...de que o Nordeste só cresce em termos absolutos...em termos relativos fica cada vez mais distante do Sul...o Sul cresce cada vez mais aumentando a distância para conosco...nós crescemos em termos absolutos todo o Brasil cresce a gente tem que crescer também...**mas** em termos relativos estamos indo pra trás e é preciso [IE24] **denunciar** isso e [IE25] **gritar** pra poder::ver se:algum dia:o governo federal olha de uma maneira mais positiva praqui porque::esse país::só pode crescer globalmente...se não crescer globalmente...e seria muito importante para o Brasil que o Nordeste crescesse porque::...não é bairrismo não aqui no Nordeste está o que há de mais autêntico da brasilidade em termos mundiais...porque::...**enquanto** lá o Sul sofreu influências externas que possibilitaram a a a criação daquela daquela::...sociedade cosmopolita que::...trouxe desenvolvimento e que trouxe vantagem

L2 nós temos aqui a cultura da cana

[]

L1 nós aqui ficamos é...nós aqui ficamos mais autenticamente brasileiros...de modo que é importante que essa socia essa é a sociedade BRAsileira cresça

L2 é o mercado de consumo

Doc você gosta de literatura de cordel?

L1 e quem não gosta...quem não gosta?

L2 é todo mundo gosta

L1 quem não gosta?

L2 é uma beleza

L1 é é é uma coisa curiosa...

[]

L2 agora mesmo os cantadores Dimas Otacílio éh:: éh::...Dimas de São José do Egito Dimas Otacílio

[

L1 Tonhê

L2 Lourival

L1 também

L2 eles estão gravando com Lula Porto acompanhados por Lula e por outro rapaz

L1 onde é isso? em que lugar?

[

L2 estão gravando estão gravando na casa de Katia Mesel

- L1 é...é preciso marcar uma reunião pra gravar com essa gente
- L2 eles estão gravando
- L1 eu tenho umas fitas deles lá...
[]
- L2 ()
- L1 tenho uma fita deles lá **mas mas** que não estão bem gravadas naquele tempo a técnica não era boa foi que
[]
- L2 () você não
- L1 seu irmão gravou é ago::ra...de modo que isso é importante...agora é uma uma coisa curiosa o o o cantador do Tipo do Dimas e de Otacílio...porque eles são::...são cultos...eles não são incultos não...eles cantam os repentes deles fazendo referências culturais/ CLARO que eles não têm uma cultura filTRAda nem cristalizada...**mas** tem um bom verniz de cultura é uma coisa curiosa...não é não é a poesia a poesia popular autêntica não quer dizer éh: éh:...se a gente considerar o povo como sendo inculto como sendo apenas apenas espontâneo
- L2 ô Ed. nenhum deles...nem Dimas nem Otacílio ()
[]
- L1 tá seria muito melhor pra vocês gravar gravar as cantorias deles do que essa besteira que a gente [IE26] **tá dizendo** aqui
- L2 Lourival que eu conheço de perto...Lourival não sabe escrever...
[]
- L1 muito mais importante
- L2 ele mal assina o nome...ele ferra o nome como se [IE27] **diz** no sertão...ferrar o nome pra votar...Lourival não sabe escrever
- L1 seria muito mais importante vocês gravarem eles
[]
- L2 eu **acho** ()
- Doc de onde teria vindo essa cultura deles?
- L1 é difícil saber se se teria sido consequência de tradição oral...se eles teriam absorvido essa cultura no no no nos...nos embates de cantoria...ou se efetivamente eles::com a preocupação de querer::éh::...fazer parecer que conhecem efetivamente mais do que conhecem se eles teriam lido alguma coisa **ou ou ou** procurado éh::...de qualquer forma...se

- L1 não há quem suporte um olindense ((riu))
- L2 Olinda tem desenvolvido...essas festas populares...em Olinda você tem ciranda...a ciranda é cantada durante o verão em toda Olinda isso é uma beleza...você tem::em época de São João em Olinda você ainda vê fogueira e como se vê fogueira o olindense faz fogueira até em cima do calçamento
- L1 também isso isso você vê em qualquer bairro do Recife também...nos outros bairros do Recife você também vê...agora ô ô ô ô
- [
- L2 **mas** Olinda tem reagido Olinda tem incentivado as festas folclóricas
- [
- L1 uma coisa interessante
- L2 agora mesmo você viu a semana passada na frente da Igreja de São Bento no Pátio de São Bento a festa das sinhazinhas
- [
- L1 é...ô é ô::
- L2 Olinda:...combate
- L1 Hemingway [IE31] **dizia** que as duas grandes tragédias americanas do século tinham sido Pearl Harbor e Pearl Buck...é...a grande tragédia pernambucana é olindense apaixonado ((riu))
- L2 nada **e** quem não é apaixonado por Olinda? pra ser apaixonado por Olinda não precisa ser olindense
- L1 ((rindo)) é a grande tragédia pernambucana
- []
- L2 basta beber água em Olinda
- L1 é a grande tragédia
- L2 eu sou apaixonado por Olinda
- L1 é a grande tragédia pernambucana não tenha dúvida
- Doc **conhece** Ouro Preto?
- L2 **conheço** Ouro Preto...eu [IE32] **digo** sempre que Olinda é Ouro Preto **maior** à beira-mar
- L1 ((riu))
- Doc maior em que sentido?
- L2 bom em conjunto barroco Olinda é **bem maior** do que Ouro Preto
- L1 ((riu))

L2 em igrejas bonitas...as igrejas de Olinda...são BEM melhores...tavam todas quase todas...uma grande quantidade de igrejas de Olinda tavam descaracterizadas...agora o patrimônio histórico tá uma comissão trabalhando permanentemente em Olinda e o patrimônio histórico tá restaurando...as igrejas de Olinda...você vê agora o seminário tá quase todo restaurado tá em restauração a Sé pra colocar no no na arquitetura inicial tal qual ela foi construída

L1 mas nós não...nós não sabemos quanto tempo Olinda ainda vai viver porque ela tá escorregando para o mar

L2 escorrega desde sua construção

L1 é e talvez vá se acabar

[]

L2 eu tava...